

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TUANY BARON DE VARGAS

ESTADO E CAPITAL NAS INTERMEDIÇÕES DO TRABALHO IMATERIAL
ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA
BRASILEIRA E O TRABALHADOR CIENTÍFICO

CURITIBA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TUANY BARON DE VARGAS

ESTADO E CAPITAL NAS INTERMEDIÇÕES DO TRABALHO IMATERIAL
ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA
BRASILEIRA E O TRABALHADOR CIENTÍFICO

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Direitos
Humanos e Democracia. Programa de Pós-
Graduação em Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Ricardo de
Limas Tomio.

CURITIBA

2020

V297e

Vargas, Tuany Baron de

Estado e capital nas intermediações do trabalho imaterial enquanto fator de desenvolvimento: a universidade pública brasileira e o trabalhador científico [meio eletrônico] / Tuany Baron de Vargas. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

Orientador: Fabrício Ricardo de Limas Tomio.

1. Universidades e faculdades públicas. 2. Teoria do conhecimento. 3. Pesquisa. 4. Trabalho. I. Tomio, Fabrício Ricardo de Limas. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 378

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **TUANY BARON DE VARGAS** intitulada: **ESTADO E CAPITAL NAS INTERMEDIÇÕES DO TRABALHO IMATERIAL ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO** da Universidade Pública brasileira e o trabalhador científico, sob orientação do Prof. Dr. FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 07 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:45:20.0

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:46:59.0

VERA KARAM DE CHUEIRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 17:18:34.0

GIOVANI CLARK

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -
40001016017P3

ATA Nº76

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia sete de abril de dois mil e vinte às 14:00 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPES, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **TUANY BARON DE VARGAS**, intitulada: **ESTADO E CAPITAL NAS INTERMEDIÇÕES DO TRABALHO IMATERIAL ENQUANTO FATOR DE DESENVOLVIMENTO A Universidade Pública brasileira e o trabalhador científico**, sob orientação do Prof. Dr. FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em DIREITO, foi constituída pelos seguintes Membros: FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), VERA KARAM DE CHUEIRI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), GIOVANI CLARK (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 07 de Abril de 2020.

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:45:20.0

FABRICIO RICARDO DE LIMAS TOMIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 15:46:59.0

VERA KARAM DE CHUEIRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 17:18:34.0

GIOVANI CLARK

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS)

*Para o Francisco,
Por seu amor que me escolheu e não me
deixou escolhas.*

*Para a Vó Zeza e o Vô Baron,
de quem poderia escrever os nomes mil vezes,
mas isso não espantaria a saudade que sinto
em chamar seus nomes.*

AGRADECIMENTOS

A despeito de toda vocação pragmática e ortodoxa do Direito, durante os oito anos em que pertenço a esta instituição, a Universidade Federal do Paraná me ensinou o Direito enquanto instrumento de libertação e humanização. Humanizou-me a cada dia. Mal sabia eu, quando subi pela primeira vez suas escadarias históricas, que conheceria muito do outro, mas principalmente conheceria muito sobre mim. Por essa constante (trans)formação devo dedicar algumas linhas em agradecimento àqueles que, por contribuições intelectuais ou afetivas, tornaram-me o que sou hoje, possibilitando que eu chegasse até a UFPR e pudesse concluir mais essa etapa. Afinal, nesse processo pude contar com tanta gente, tanta coisa, tanta história, tanta força, tanto amor, tanto apoio e tanta compreensão, que sem os quais a solidão e as tempestades de alguns dias teriam se tornado irremediavelmente insuportáveis.

A luta diuturna de duas mulheres me deu todas as ferramentas para que eu realizasse o sonho de pertencer à esta instituição. Esse trabalho evidentemente não existiria sem todos os esforços de minha mãe, Jucimara Baron, e minha avó – minha vó Zeza –, Terezinha Baron (*in memoriam*), na educação e criação. Provas de superação e força.

Ao Francisco que, enquanto esta dissertação era gerada, me gerou, irrigou meu coração e fez minha vida acontecer. Enquanto eu fazia os ajustes finais ao texto, ele ajustava o meu eixo de gravidade. Obrigada por me escolher sua mãe, uma mãe típica e incorrigível – totalmente cafona. O amor, meu filho, a mamãe ainda não sabe muito bem o que significa, mas com você descobri o que ele move, e sinto que ele fica mais próximo junto de você.

Essa dissertação é a materialização de um compromisso acadêmico, mas sobretudo de uma parceria construída com muito afeto. Duas coisas que, aliás, andaram crescendo juntas, distraidamente. Os agradecimentos ao Paulo Ricardo Opuszk, serão sempre insuficientes, sempre haverá mais um motivo. Me ajudou a compreender que o compasso da fé nas coisas costuma mudar a passos largos e, sobretudo, que, como na poesia de Álvaro Campos, “tudo é esforço neste mundo onde se querem coisas, tudo é mentira neste mundo onde se pensam coisas, tudo é outra coisa neste mundo onde tudo se sente”. Enfim, que a vida é maior que as verdades do momento, e que as realidades estão muito acima das contingências da hora. O aprendizado e carinho cotidianos transbordam as páginas desse trabalho.

Ao Fabrício Ricardo de Limas Tomio, que generosamente aceitou a orientação deste trabalho, também o que posso traduzir em palavras seria insuficiente a tamanha gratidão que tenho. Meu Professor desde o primeiro ano da graduação, comigo transformou-se da figura de um grande Professor a um grande homem. Seu pragmatismo dá lugar a uma grande sensibilidade para as coisas do mundo e é um privilégio encerrar essa fase com a sua chancela.

A composição da banca de avaliação também é motivo de muito orgulho e pela qual a gratidão se faz muito presente. Vera Karam de Chueiri é uma Professora que poderia ser apresentada como sendo uma das maiores intelectuais do país, e por tantas outras coisas. Mulher aguerrida. Aqui vou preferir destacá-la pela sua humanidade e grande coração, qualidades tão raras em tempos tão duros. Carinho e admiração se misturam nesse momento. O Professor Giovani Clark, vindo de maior Escola de Direito Econômico do país, torna este trabalho para mim ainda mais desafiador, sua leitura e avaliação são um privilégio engrandecedor.

Tantos seriam os nomes dos grandes mestres que me inspiraram nesses anos de UFPR, mas neste momento gostaria de destacar aqueles que na pós-graduação deram contribuições

riquíssimas. Celso Luiz Ludwig, pelos ensinamentos de filosofia e ética através da experiência vivida, muito além de aulas ou páginas de livros: a receptividade e apoio que me deu na condução da disciplina em meio ao puerpério, trouxeram toda sua sensibilidade ao me afirmar que a “vida (do) vivente é mais importante para a filosofia do que os seminários protocolares”, em que pese tenhamos ajustado os protocolos de modo a também cumpri-los. Ricardo Marcelo Fonseca, pela combatividade na Reitoria da UFPR inspira também que estas páginas sejam uma contribuição à luta pela educação superior pública, e também por apresentar uma leitura da Teoria do Estado que acabou permeando o resultado final deste trabalho. Sérgio Staut Júnior, que proporcionou uma experiência muito bacana no estudo da Teoria do Direito no primeiro ano da graduação e, depois, no mestrado. Momentos pelas quais sua gentileza foram transversais e críticas engrandecedoras. Também ao Marco Aurélio Serau e ao André Peixoto de Souza que, em meio a escrita, separaram um tempo para contribuir diretamente com este trabalho.

Não menos importante, é hora de lembrar da família. Com todas as dificuldades, diferenças e conflitos, foram essenciais aqui. Sonho nenhum seria possível sem essa rede de apoio. Destaco o auxílio da minha tia Vanessa Baron, da prima postiça Thaynara Lopes, do meu padraсто Paulo Barbosa, junto com minha mãe, nos cuidados com o Francisco no período “crítico” da escrita. Da prima e comadre Júlia Baron na revisão das traduções. Do meu irmão Tiago Barbosa na revisão das normas e no socorro com arquivos perdidos. Do dindo Pedro Jachinoski, dando a mão necessária de um pai.

Agradeço, ainda, àquelas amizadas que se apresentam em uma nobreza que se diria clássica em sua simplicidade e firmeza de dicção: Cassio Prudente Viera Leite, no companheirismo nos dias e noites de estudo para o processo seletivo; Hilda Maria Brzezinski da Cunha pelas conversas, troca de experiências vividas e acolhimento, ainda que distante fisicamente, em um momento de grande sensibilidade; Marina Kopper, (re)encontro que transbordou das contingências, pelo apoio incondicional, compreensão de tantas coisas, e a escuta necessária. E também aos colegas de pós-graduação pelos afetuosos laços criados no companheirismo cotidiano e nos trabalhos compartilhados, especialmente ao Erick Alan de Lima, ao Fábio Augusto de Souza e à Thais Vieira de Rocco.

Por fim, agradeço, aos servidores da secretaria do PPGD/UFPR, especialmente à Vanessa e ao Eduardo, pelo apoio cotidiano nas atividades do pós e pela amizade que se formou dessa relação, e também ao Professor Luiz Merkle, do PPGTE/UTFPR, por possibilitar o acesso sempre pronto e imediato ao seu raro acervo de obras de Álvaro Vieira Pinto.

<i>Não mexe comigo, que eu não ando só</i>	<i>Desde o leite do peito de minha mãe</i>
<i>Eu não ando só, eu não ando só (...)</i>	<i>Até o sem fim dos versos, versos, versos</i>
<i>É do ouro de Oxum que é feita a armadura que cobre</i>	<i>Que brotam do poeta em toda poesia</i>
<i>meu corpo</i>	<i>Sob a luz da lua que deita na palma da inspiração de</i>
<i>Garante meu sangue, minha garganta</i>	<i>Caymmi</i>
<i>O veneno do mal não acha passagem</i>	<i>Se choro, quando choro, e minha lágrima cai</i>
<i>E em meu coração, Maria acende sua luz e me aponta</i>	<i>É pra regar o capim que alimenta a vida</i>
<i>o caminho</i>	<i>Chorando eu refaço as nascentes que você secou</i>
<i>Me sumo no vento, cavalgo no raio de Iansã</i>	<i>Se desejo, o meu desejo faz subir marés de sal e</i>
<i>Giro o mundo, viro, reviro (...)</i>	<i>sortilégio</i>
<i>Pensou que eu ando só? Atente ao tempo!</i>	<i>Vivo de cara pra o vento na chuva, e quero me molhar</i>
<i>Não começa, nem termina, é nunca, é sempre</i>	<i>O terço de Fátima e o cordão de Gandhi cruzam o</i>
<i>É tempo de reparar na balança de nobre cobre que o</i>	<i>meu peito</i>
<i>rei equilibra</i>	<i>Sou como a haste fina, que qualquer brisa verga, mas</i>
<i>Fulmina o injusto, deixa nua a justiça</i>	<i>nenhuma espada corta</i>
<i>(...) Minha fome é matéria que você não alcança</i>	<i>(Carta de Amor. Maria Bethânia)</i>

A nós no Brasil convém imaginação institucional. Os ideais e os interesses estão sempre, em qualquer lugar, pregados na cruz das instituições e das práticas. Num país como o nosso, as consequências dessa crucificação são mais palpáveis. O imperativo de ação transformadora é mais urgente. Ao converter uma a uma as disciplinas sociais em instrumentos de imaginação institucional, explicando o que existe ou o que existiu sem lhe emprestar a autoridade do destino, estará o pensamento brasileiro desbravando trajetória que as ideias mundo afora precisam seguir.

(Roberto Mangabeira Unger. Necessidades Falsas.)

RESUMO

O conhecimento é uma nova medida de valor de um novo capitalismo, que reconfigura os modelos de exploração do trabalho. É, também, o alvo principal nas novas estratégias de desenvolvimento, através da consideração do trabalho cognitivo ou imaterial. Nesse contexto, identifica-se o ambiente universitário como protagonista no empenho desenvolvimentista brasileiro, uma vez que é um ambiente de produção tecnológica e humana, de subjetividades que se entrecruzam, com potencial para fonte de emancipação humana pelo exercício do trabalho. Essa posição pode ser resultado das mutações do próprio capitalismo, numa dinâmica pós-fordista e pós-industrial, que investe o *corpus* da universidade no contexto de uma nova divisão internacional do trabalho cognitivo, em que a universidade está para sociedade de conhecimento assim como, outrora, a indústria e os governos estiveram para uma sociedade industrial. Sendo assim, o presente trabalho pretende avaliar as estratégias de desenvolvimento nacional a partir da prática da pesquisa científica na Universidade Pública. Para tanto, busca-se no trabalho humano uma categoria explicativa e propositiva para debater uma nova política de desenvolvimento. O trabalho humano é apresentado, então, como uma forma de manutenção de uma inovação contínua e não episódica, em arranjos institucionais e em uma política que seja capaz de controlar a estrutura da sociedade e produzir mudanças estruturais sem que sejam necessárias crises, como condição de possibilidade de transformação. As conclusões reforçam a hipótese de que a Universidade Pública brasileira é o local para um experimentalismo factível dessa nova leitura do desenvolvimento numa economia do conhecimento. Os resultados da pesquisa evidenciam na Universidade Pública um perspicuo ambiente para a transformação social levado à cabo através de um projeto de desenvolvimento soberano e nacional e construído sobre os pilares do trabalho.

Palavras-chave: Economia do Conhecimento. Desenvolvimento. Trabalho Imaterial. Universidade Pública. Pesquisa Científica.

ABSTRACT

Knowledge is a new currency of value of a new capitalism that reconfigures the models of exploitation of labor. It is also the main target in new development strategies through consideration of cognitive or immaterial labor. In this context, the university environment is identified as a protagonist in the Brazilian developmental effort, since it is an environment of technological and human production, of intersecting subjectivities, with potential for the source of human emancipation through the exercise of labor. This position might be the result of the mutations of capitalism itself, in a post-Fordist and post-industrial dynamic, which invests the university corpus in the context of a new international division of cognitive labor, in which the university stands for the knowledge society as it once was industry and governments stood for an industrial society. Thus, the present work intends to evaluate the national development strategies based on the practice of scientific research at the Public University. To this end, human labor seeks an explanatory and propositional category to debate a new development policy. Thus, human work is presented as a way of maintaining continuous and non-episodic innovation, in institutional arrangements and in a policy that is capable of controlling the structure of society and producing structural changes without the need for crises, as a condition of possibility of transformation. The conclusions reinforce the hypothesis that the Brazilian Public University is the place for a feasible experimentalism of this new reading of development in a knowledge economy. The research results show at the Public University a keen environment for social transformation carried out through a sovereign and national development project built on the pillars of work.

Keywords: Knowledge Economy. Development. Immaterial Labor. Public University. Scientific Research.

RESUMÉN

El conocimiento es una nueva moneda de valor de un nuevo capitalismo que reconfigura los modelos de explotación del trabajo. También es el objetivo principal en nuevas estrategias de desarrollo a través de la consideración del trabajo cognitivo o inmaterial. En este contexto, el entorno universitario se identifica como protagonista en el esfuerzo de desarrollo brasileño, ya que es un entorno de producción tecnológica y humana, de subjetividades que se entrecruzan, con potencial para la fuente de la emancipación humana a través del ejercicio del trabajo. Esta posición puede ser el resultado de las mutaciones del propio capitalismo, en una dinámica posfordista y postindustrial, que invierte el corpus universitario en el contexto de una nueva división internacional del trabajo cognitivo, en el que la universidad representa a la sociedad del conocimiento como solía ser industria y gobiernos representaban una sociedad industrial. Así, el presente trabajo pretende evaluar las estrategias nacionales de desarrollo basadas en la práctica de la investigación científica en la Universidad Pública. Con este fin, el trabajo humano busca una categoría explicativa y proposicional para debatir una nueva política de desarrollo. Por lo tanto, el trabajo humano se presenta como una forma de mantener la innovación continua y no episódica, en arreglos institucionales y en una política que sea capaz de controlar la estructura de la sociedad y producir cambios estructurales sin la necesidad de crisis, como una condición de Posibilidad de transformación. Las conclusiones refuerzan la hipótesis de que la Universidad Pública de Brasil es el lugar para un experimentalismo factible de esta nueva lectura del desarrollo en una economía del conocimiento. Los resultados de la investigación muestran en la Universidad Pública un ambiente entusiasta para la transformación social llevado a cabo a través de un proyecto de desarrollo soberano y nacional construido sobre los pilares del trabajo.

Palabras-clave: Economía del Conocimiento. Desarrollo. Trabajo Inmaterial. Universidad Pública. Investigación Científica.

LISTA DE SIGLAS

ADCT	–	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ANDES	–	Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior
ANDIFES	–	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BRICS	–	Grupo formado pelos cinco principais países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)
CAPES	–	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	–	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	–	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPQ	–	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONFIES	–	Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica
CONIF	–	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CRFB	–	Constituição da República Federativa do Brasil
CT&I	–	Ciência, Tecnologia e Inovação
EC	–	Emenda à Constituição
FASUBRA	–	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
GTDN	–	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IES	–	Instituição de Ensino Superior
IFES	–	Instituição Federal de Ensino Superior
IFOCS	–	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
ISEB	–	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDO	–	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MEC	–	Ministério da Educação
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P&D	–	Pesquisa e desenvolvimento
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
SBPC	–	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUDENE	–	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNE	–	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa.....	129
Gráfico 2. Estágios de investimento do capital de risco.....	133
Gráfico 3. Quais países têm maior colaboração com a indústria?.....	135
Gráfico 4. Com quais corporações o pesquisador brasileiro colabora?.....	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. PROJETOS PARA O BRASIL: O TRABALHO COMO FATOR DE TRANSMUTAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL	23
Seção 1. O trabalho sem Direito: entre a locação de mão de obra e o coador da indústria..	25
Seção 2. Trabalho enquanto categoria do desenvolvimentismo nacional: uma retomada dos pensadores (subversivos) do desenvolvimento.....	44
Seção 3. O trabalho numa teoria dialético-participativa da democracia: desenvolvimento e o exercício de soberania por indivíduos produtores	56
CAPÍTULO 2. A CIÊNCIA COMO UM PLANO PARA O CAPITAL OU PARA A SOCIEDADE	71
Seção 1. A morada do trabalho na teoria filosófica da ciência.....	73
Seção 2. A ontologia do ser social e o trabalho na burocracia universitária	86
Seção 3. Um pouco além do Direito do Trabalho tradicional: reconstruir a tutela jurídica para reformar as estruturas e deixar de deformar os direitos.....	97
CAPÍTULO 3. RETOMAR O DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO	112
Seção 1. Institucionalidade experimental pela Universidade	113
Seção 2. Divisão internacional do trabalho e a universidade pública	124
Seção 3. Entre a resistência à mudança e o resistir para mudar: ataques ao trabalho universitário e os entraves à autenticidade desenvolvimentista	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	168
AS CORRENTES BÁSICAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO – MEADOS DOS ANOS 50 A INÍCIO DOS ANOS 60	168
MAPAS DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA – BRASIL	171

INTRODUÇÃO

Um país ganhar todas as batalhas; mas se perder a da justiça social, perdeu a guerra. Se forem encontrados os fundamentos macroeconômicos, mas não for possível a superação da pobreza, não há futuro. A recuperação de uma economia em recessão é sempre provável, mas o sucateamento do “material” humano será fatal.

A política econômica seguida tradicionalmente no Brasil engendrou uma sociedade com chocantes desigualdades, e a questão do (sub)desenvolvimento – seja ele social, econômico, ou manifestado em suas multifacetadas – é sempre colocado como algo a se superar ou alcançar. Um horizonte distante, forjado por modelismos importados e com ferramentas inadequadas aos problemas que pretende solucionar.

Para aqueles que enxergam a História só como uma contenda, o atraso, a miséria e o subdesenvolvimento não são outra coisa senão o que resultado do fracasso dos países que a suportam. “As classes dominantes põem as barbas de molho e, ao mesmo tempo, anunciam o inferno para todos”, com a tranquilidade plena de que a “injustiça siga sendo injusta e a fome faminta”¹.

Mas a resignação não parece ser o melhor caminho. Ou, sequer, uma opção. Afinal, “a pobreza não está escrita nas estrelas, o subdesenvolvimento não é fruto de um obscuro desígnio de Deus”².

“A economia mundial é um sistema de poder engendrado historicamente, portanto, em transformação. Esse poder pode ser virtual: o caso do Brasil é típico pela diferença que existe entre o poder que permanece virtual e aquele que se realiza plenamente”³. Por isso, em primeiro lugar é necessário esclarecer quais são as condições estruturais da mudança. É necessário repetir, quantas vezes forem necessárias, quais são as condições estruturais de mudança. Mesmo que os tempos se mostrem difíceis e que os contextos sejam igualmente desfavoráveis. “A visão

¹ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*. p. irreg.

² GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*. p. irreg.

³ FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 26.

do processo econômico somente deixa de ser simplesmente virtual quando adquire consistência política, capta os sistemas de dominação social que prevalecem”⁴.

Assim, há a necessidade de ação em três frentes. A primeira repousa em (re)conhecer o processo de estrutural do desenvolvimento inserido na especificidade brasileira⁵, bem como as soluções políticas adotadas – antes de meramente econômicas. A segunda ordem é identificar o atraso estrutural que impede o desenvolvimento, e as potencialidades para sua reforma e superação. Por fim, como uma terceira frente, situar a ação de desenvolvimento e sua forma de inserção no processo de globalização. Não é acidental, pois, que essas três ordens estruturam os três capítulos desta dissertação.

É preciso destacar, entretanto, antes de situar as especificidades de cada temática que será abordada, a categoria central que permeia as ações referidas: a consideração da atividade humana primeira, o trabalho. É dizer, a identificação do atraso do desenvolvimento em seu ponto central: o fator humano, o ser social.

O trabalho é uma categoria central do desenvolvimento, é necessário repetir tal pressuposto indispensável. Sem trabalho não há desenvolvimento. E é por isso que nessa transformação, se o desenvolvimento que se busca é, em última análise, o desenvolvimento-liberdade – “liberdade-autonomia do homem perante os outros homens e perante o Estado, é a liberdade-participação no Governo e na Administração, mas é também a liberdade-libertação da miséria, da insegurança, e da necessidade”⁶ –, sua gênese ontológica também se origina a partir da esfera do trabalho.

Assim, ao ter o trabalho como categoria do desenvolvimento, este mostra-se como transversal em todos os momentos de análise aqui proposta. Retomar o trabalho em sua noção mais ampliada, como categoria simples, que não se confunde e tampouco identifica-se com o trabalhador individual ou a quimera de uma “classe-sujeito”, buscar sua forma de manejo nas políticas desenvolvimentistas (e em seus discursos legitimadores), situa-lo no atual contexto

⁴ FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 13.

⁵ Não é exagero recordar que, nesse ponto, a análise furtadina que se coloca nesse estudo é tributária dos estudos de Braudel. Portanto, trata-se de uma análise dos fenômenos econômicos a partir de uma matriz estrutural, vale dizer, da maneira como se relacionam e determinam as variáveis “exógenas” e “endógenas”. Furtado assinala desde o início de seus estudos que os modelos econômicos contêm “um número indeterminado de estruturas”.

⁶ MIRANDA, Jorge. **Apreciação pelo Partido Popular Democrático (PPD) dos Projetos de Constituição e das Propostas de Sistematização durante o Processo Constituinte Português de 1976**. Disponível em <http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01000166j.html>. Acesso em 25 jun. 2019.

capitalista possibilita tomar a “questão” do desenvolvimento nacional em suas raízes mais profundas.

Com isso, o trabalho como categoria permite uma revisão das condições estruturais do desenvolvimento. Assim, ao adotar o pensamento de Celso Furtado teórico central à delimitação estrutural proposta por esta dissertação, recorre-se àquilo que respaldou sua construção teórica. Embora em sua obra não haja referência explícita ao marxismo, pela sua produção é possível extrair duas importantes formulações daquele pensamento: “numa delas aparece a teoria do valor-trabalho e do colapso do capitalismo; na outra aparece o Marx das classes e forças político-sociais, do Estado e da luta política”⁷. A estrutura no pensamento furtadiano (ademais do que a mera genealogia do conceito de estrutura também ter paternidade marxista) repousa na consideração do trabalho.

Marx, em sua investigação do ser social, tem na totalidade seu percurso metodológico: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida”⁸. O caminho teórico-metodológico de seu legado pressupõe a compreensão de que o método consiste em elevar-se do abstrato com categorias simples ao concreto como maneira de se proceder no pensamento para se apropriar do concreto. O pensamento, portanto, como representação ideal do movimento real: o ser determinando a consciência.⁹

A categoria teórica do trabalho constitui, portanto, uma categoria abstrata simples que possibilita reproduzir o concreto como síntese de múltiplas determinações e unidade do diverso a partir da realidade socioeconômica.

Assim, conforme será debatido nos capítulos subsequentes, o trabalho será condição essencial para o desenvolvimento – em sua dimensão estrutural –, seja nas considerações do conjunto de fatores de produção (numa análise marginalista) ou na própria escolha de prioridades públicas pelo Estado. E a superação da condição de subdesenvolvimento envolve o aprimoramento do trabalho, sua desalienação e até mesmo a reificação. O trabalho, pois, será tratado como categoria «em» desenvolvimento, como categoria «no» desenvolvimento, e como

⁷ MALLORQUIN, Carlos. **O estruturalismo de Celso Furtado**. Tradução do artigo publicado no periódico *Cahiers Du Brésil*, 1998, pp. 33-34. S. 1.: S. n, 1998. Disponível em: <https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Carlos_Mallorquin.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

⁸ MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

⁹ SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019.

categoria «de» desenvolvimento, que possibilita a superação da condição de subdesenvolvimento, pois genealogicamente é transformador.

A diferenciação estrutural não se dá de maneira automática e funcional, ao contrário, a “mudança estrutural é um problema a ser enfrentado com as políticas de desenvolvimento. Daí a importância de se conceber estratégias adequadas para levar a cabo as referidas “transformações estruturais”¹⁰.

Tal mudança repousa, então, na defesa de um Estado forte, capaz de formular e implementar políticas públicas de desenvolvimento com certa distância dos interesses do capital e a partir das inspirações vindas dos trabalhadores. “Embora o marxismo tenha nos acostumado a pensar no aparato do Estado como a extensão desses interesses, ele é também a grande alavanca de sua transformação”¹¹. É por perder tal aspecto de vista que as respostas políticas e jurídicas que usualmente têm sido atribuídas ao problema social – não somente pelos neoliberais, frise-se – têm sido, “a um só tempo, real e superficial, ativa e maldirecionada”, sendo a forma prática mais banal é a ênfase conferida ao princípio da subsidiaridade estatal¹².

É na conjugação da categoria trabalho como transformadora estrutural e o Estado indutor da política econômica a partir das políticas públicas, que o desenvolvimento se constrói por trabalhadores que atendem aos cidadãos com a vida do desenvolvimento social. Trabalhadores esses indetificados como os burocratas do Estado. Trabalhadores que formam e conduzem o Estado para o atendimento ao cidadão. Trata-se, em última instância, de conciliar o legado marxista acerca do trabalho, com a racionalização weberiana pela burocracia.

Mas para isso, a reflexão acerca da centralidade do trabalho no processo de desenvolvimento deve recuperar, ainda, a discussão acerca do trabalho imaterial e sua articulação com as formas de trabalho material. Tal compreensão é decisiva para uma escolha pública adequada ao desenvolvimento. Sobretudo porque o trabalho imaterial, na atual configuração capitalista vai além da questão da simples produção de mercadorias. O trabalho imaterial ao produzir ao mesmo tempo subjetividade e valor econômico, coloca às claras as

¹⁰ MALLORQUIN, Carlos. **O estruturalismo de Celso Furtado**. Tradução do artigo publicado no periódico *Cahiers Du Brésil*, 1998, pp. 33-34. S. 1.: S. n, 1998. Disponível em: <https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Carlos_Mallorquin.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

¹¹ UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 189.

¹² UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 157.

intersecções entre economia, poder e conhecimento. O trabalho imaterial rompendo tais oposições manifesta-se especialmente através da pesquisa científica.

A ciência é colocada no centro de um projeto próprio, autêntico, e nacional de desenvolvimento. Os países que já avançaram no processo de industrialização voltado para o mercado interno – o Brasil é o exemplo conspícuo – são confrontados com o dilema de renunciar a um desenvolvimento autônomo, ou então lutar para o fortalecimento deste mesmo mercado. E “nesta segunda hipótese, o acesso à vanguarda tecnológica será mais custoso, mas o desenvolvimento será mais autodirigido e as forças que apoiam as mudanças sociais, mais participativas”¹³.

Encontrou-se a possibilidade de uma proposta de retomada do processo desenvolvimentista autenticamente nacional e autônoma a partir da recuperação da literatura econômica de Furtado – pré e pós ditadura – como um possível substrato à contemporânea institucionalidade experimental ungeriana como sua ferramenta de ação, onde ambos operacionalizam-se pela consideração do trabalho enquanto categoria central, e encontram na produção da ciência o seu meio.

Colocados tais pressupostos, é possível retormar às frentes de ação que dão tom ao formato de apresentação deste estudo. No capítulo *Projetos para o Brasil: o trabalho como fator de transmutação da realidade social* será buscado o local concreto do trabalho nas práticas e políticas do desenvolvimento nacional. Na primeira seção busca-se no percurso histórico do arranjo econômico e político a forma com que o desenvolvimento ganhou espaço como uma feição deliberada de política pública estatal (inicialmente como sinônimo de mera industrialização), e o modo como o trabalho esteve presente nessa aspiração – ainda que inicialmente de forma tangencial, ou como luta social. Já na segunda seção demonstra-se como após a incorporação do desenvolvimento como política pública, possibilitou-se o surgimento, no âmbito da burocracia de Estado, de grupos e intelectuais que propuseram a modificação estrutural estatal de desenvolvimento por meio da categoria do trabalho. Enquanto partícipes orgânicos da estrutura estatal, encontram brechas de subversão no próprio sistema posto com uma interpretação autenticamente nacional. São eles Celso Furtado, e os pensadores do ISEB. Retormar tais pensamentos é, pois, a chave-mestra para alcance dos objetivos dessa dissertação. Por fim, a terceira seção busca na teoria participativa da democracia, enquanto ferramenta de legitimação das escolhas políticas, mas também como conformador do Estado, o local do

¹³ FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 25.

desenvolvimento. Encontra na reinvenção constitucional pela «democracia mobilizadora», um possível espaço jurídico para apropriação do trabalho como o centro do processo de desenvolvimento como exercício da soberania por parte de cidadãos. Este capítulo é, pois, aquele do reconhecimento do processo estrutural do desenvolvimento.

Em *A ciência como um plano para o Capital ou para a sociedade*, a segunda ordem de ação é identificada através do debate acerca da ciência. A primeira seção buscará retomar o registro identitário do trabalho, o local da subjetividade, por meio do trabalho imaterial realizado pelo pesquisador científico. Mais que isso, encontrará na ciência uma dupla potencialidade do trabalho: a produção da ciência produz também existência humana, enquanto situa-se estrategicamente pra modificação das estruturas subdesenvolvidas. Na segunda seção a questão será abordada do ponto de vista do local hábil para desenvolvimento de tais potencialidades. Apresentará, a partir de uma noção de ontologia, como o trabalho espira-se para espaços da vida e encontra no aparato estatal, mais especificamente no âmbito público universitário, através do trabalho de seus burocratas, seu mais fecundo espaço de transformação social. Enquanto para fechar o capítulo, trata-se, na terceira seção, de como a Reforma Trabalhista tem como resultado a precarização, inclusive, do próprio trabalho qualificado realizado na produção da ciência, uma vez que apresenta-se como um tentativa de atingir um estrutura de direitos que ampara – mesmo que de forma primária e incipiente – o desenvolvimento a partir do trabalho.

Para debate da terceira frente, tendo como foco o desenvolvimento e o trabalho no paradigma da sociedade do conhecimento, apresenta-se o capítulo *Retomar o desenvolvimento: a contribuição da universidade pública para o desenvolvimento da nação*. Mesmo que na insuficiência do Direito (seja constitucional, seja trabalhista) em incorporar os sentidos do trabalho como apresentados, a primeira seção demonstrará como a Universidade Pública é um ambiente propício pra a realização de um experimento institucional que reflita – e por ele seja tranpassada – o trabalho que autenticamente conhece e transforma a situação de subdesenvolvimento. Já na segunda seção, aponta-se de como a produção de ciência nas universidades atua na atual dinâmica capitalista como um antivalor¹⁴, bem como de que forma

¹⁴ “A função do fundo público no travejamento estrutural do sistema tem muito mais a ver com os limites do capitalismo, como um desdobramento de suas próprias contradições internas. Dizendo em outras palavras, as transformações mais importantes do sistema capitalista se dão no coração, no núcleo duro das mais importantes economias capitalistas. O fundo público, em resumo, é o antivalor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação. Afinal, o que se vislumbra com a emergência do antivalor é a capacidade de passar-se a outra fase em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas. E essas novas formas, para relembrar a asserção clássica, aparecem não como desvios do sistema

a a instituição pode modificar a arrancada desenvolvimentista através de um sistema de política tecnológica simbiótica entre trabalhadores e capital. Encerra-se o capítulo, apontando como as ataques à Universidade Pública – especialmente aos pesquisadores –, impõe resistência na consideração da instituição como reflexo de vontades e potencialidade humanas pelo trabalho, instituindo uma limitação ideológica – tão indevida, quanto inconstitucional – à possibilidade de um projeto autenticamente nacional de desenvolvimento.

Como considerações finais será sintetizada a forma com que, a despeito da tentativa de excluir o trabalho das discussões teóricas do desenvolvimento, como elemento constitutivo do tecido social, é ele elemento central. Para o desenvolvimento importará então, localizar o espaço universitário público como a zona que possibilita ao trabalho científico a não submissão aos imperativos sociais, institucionais e materiais reificados, tornando-se, então, autêntico espaço de transformação e desenvolvimento social. Sobretudo porque a luta contra o subdesenvolvimento só foi possível com a superação da visão dogmática da divisão internacional do trabalho, e o “horizonte tecnológico indica a direção do crescimento e abre um campo de opções. Cabe à política econômica definir seu balizamento”¹⁵.

Há, ainda, em seus anexos, um mapa das principais correntes do pensamento econômico brasileiro de modo a se evitar que a matriz adotada como fio condutor deste trabalho seja dada como único referencial possível. Outras abordagens, inclusive antagônicas à adotada, podem ser utilizadas para o debate do desenvolvimento, levando a conclusões diametralmente opostas à aqui delineada. Entretanto, tendo em vista o escopo e a necessária limitação desta dissertação, torna-se inviável analisa-las de forma pormenorizadas e refutar suas conclusões. De todo modo, há uma importância didática importante em traçar tal quadro, justamente para situar a complexidade e sofisticação do debate do desenvolvimento no período. O segundo anexo conta com os mapas de complexidade econômica do Brasil dos períodos de 1995-2016, demonstrando como a estrutura econômica brasileira permanece calcada em modelos primário-exportadores, e baseada, ainda, no trabalho simples – insuficiente para o alcance do desenvolvimento proposto.

capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão” (OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988).

¹⁵ FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 13.

CAPÍTULO 1

PROJETOS PARA O BRASIL: O TRABALHO COMO FATOR DE TRANSMUTAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

Talvez a melhor forma para desmistificação de algumas análises econômicas seja através do estudo das práticas mais avançadas de produção. Em um primeiro momento, esta prática foi identificada na manufatura mecanizada, como a surgida nos primeiros anos da Revolução Industrial, a ser seguida pela produção industrial em massa do final do século XIX. Smith e Marx estavam certos ao considerar o estudo das práticas mais avançadas como a porta de entrada para o *insight* econômico. É através desse estudo que se encontra a fonte mais gratificante de *insights* sobre o funcionamento da economia e seus possíveis futuros, porque a prática mais avançada é a variante da atividade econômica que revela plenamente os poderes humanos.¹⁶

Dessa forma, a economia, em especial a produção, não prescinde do trabalho humano. A Economia Política¹⁷ liga a análise do trabalho à produção, o movimento dialético das relações de produção – forças produtivas e forças de produção – com a superestrutura onde Estado e Direito se encontram.

Por isso que a preocupação com o trabalho, no século XX, vai tomar uma outra roupagem no pensamento nacional. Com a manufatura tendo sido apreendida apenas a partir da terceira década do século XX no capitalismo tardio brasileiro, dentro de uma dinâmica capitalista periférica muito peculiar. Era o encontro do trabalho com o debate desenvolvimentista, em que pese a resolução do problema do atraso industrial num capitalismo

¹⁶ UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

¹⁷ Veja-se que para Paulo Ricardo Opuska, a economia política é um método, mas também uma forma de concepção da própria ciência econômica e, especialmente, aquela que funda a economia de mercado, e explica e justifica a sua estruturação. (OPUSZKA, Paulo Ricardo. A economia política como elemento estruturante da economia e mercado e sua abordagem crítica. In: _____. (Org.). **Reflexões da economia política para um Direito Econômico brasileiro**. Curitiba: Instituto Memória, 2015.)

tardio não equivalesse, necessariamente, a solucionar os problemas do subdesenvolvimento e da pobreza¹⁸.

Assim, na primeira seção deste capítulo, através do recorte histórico do referido período será possível identificar como o trabalho passou do campo das lutas sociais para o campo da política econômica estatal de forma determinante e como isso se deu através de uma proposta que apontava a industrialização convencional como garantia do crescimento econômico e a convergência ao nível das economias mais ricas. Essa teoria foi a que suportou o ingresso da indústria convencional, padronizada, com processos de maquinaria rígida e mão de obra semiqualiificada no sudeste do Brasil em meados do século XX. À época, a prática mais avançada de produção associava-se a um setor particular da economia, como, por exemplo, a manufatura.

Em que pese essa fórmula de crescimento tenha deixado de ser exitosa em todo o mundo¹⁹ e as nações hoje, especialmente as nações em desenvolvimento, sejam confrontadas com um dilema que está na vanguarda da economia política prática, uma nova vanguarda (uma economia baseada na ciência avançada, em tecnologia avançada, em inovação permanente, em processos produtivos flexíveis, que será tratada com maior profundidade no segundo e no terceiro capítulos), compreender o início do debate desenvolvimentista no Brasil e a mudança do local do trabalho nesse percurso é essencial para o debate posterior acerca do surgimento de uma economia insular do conhecimento e potencialmente includente.

Na segunda seção, por sua vez, colhe-se na leitura dos autores que buscaram criar uma teoria autenticamente brasileira acerca do desenvolvimento, especialmente a partir do aparelhamento do Estado, enquanto seus partícipes orgânicos, o trabalho enquanto categoria analítica do desenvolvimento. Não se trata, pois, de realizar um transplante atemporal de tais pensamentos, mas sim recuperar nas construções que foram bem-sucedidas em influenciar as políticas desenvolvimentistas levadas à cabo antes da ditadura militar, e deram protagonismo ao trabalho numa tentativa de desenvolvimento genuinamente nacional.

Já na terceira seção, busca-se abordar a questão da democracia e da participação política exercida por excelência – e primordialmente – através do trabalho. Nesse ponto, aproveita-se de uma “concepção marxiana de democracia o pressuposto de autodeterminação

¹⁸ TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise**: o movimento recente da industrialização brasileira. Unicamp: Instituto de Economia, 1998.

¹⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

no mundo do trabalho como centro do processo do exercício de soberania por parte dos cidadãos entendidos como indivíduos produtores”²⁰.

As três seções podem ser identificadas, portanto, como três pressupostos de análise para o objeto desta dissertação. O recorte histórico, a produção intelectual brasileira dos anos 1950, e a teoria participativa democrática através do trabalho são as três pré-condições para a análise aprofundada, nos capítulos subsequentes, da produção científica como a estratégia latente para o desenvolvimento brasileiro contemporâneo.

Seção 1. O trabalho sem Direito: entre a locação de mão de obra e o coador da indústria

Já faz parte do senso comum – inclusive do senso comum acadêmico²¹ – a consideração de que a indústria é propulsora do progresso. É nela que se concentra porção majoritária da força de trabalho e onde se vende fração de maior valor da produção. Ou seja, é nela que se coloca a incumbência do crescimento econômico. Mas essas são considerações relativamente recentes, tendo em vista que a vocação agrária do país predominou até meados da década de 1950.

As reflexões acerca da temática regional no Brasil tornam possíveis não somente os esclarecimentos acerca da conjuntura de acumulação industrial no país (que se expressaram sobretudo através de políticas de desenvolvimento regional), mas também explicam as mudanças no discurso sobre o seu desenvolvimento. “Esse discurso que se assentou no apanágio da industrialização – como uma necessidade histórica da mobilidade de capital hegemônico – se pauta, hoje em dia, num discurso fundado no progresso técnico e organizacional, como mecanismo ainda atual para a reprodução capitalista”²². Trata-se da verificação de como (e a quem) serviram as políticas de desenvolvimento regional e por que tal temática não mais

²⁰ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre o diálogo e a discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Estudos Brasileiros**, n. 63, 2016.

²¹ É ao que Warat se refere ao introduzir o termo “senso comum teórico” no aspecto jurídico-científico, um quadro de referência imaginário que através da verdade organiza a vida social no interior de um paradoxo, ou seja, “em nome da razão madura se consegue a infantilização dos atores sociais. Eles não conseguem mais pensar por si, pensam a partir da mediação que o Estado exerce sobre a produção, circulação e recepção de todos os discursos de verdade.” (WARAT, Luis Alberto. **Introdução Geral ao Direito**: a epistemologia jurídica da modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002).

²² LENCIONI, SANDRA. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: a falência das políticas de desenvolvimento social. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 6, p. 83-89, 1992. p. 83.

legítima os atuais discursos de desenvolvimento aqui travados.

As abordagens contemporâneas multidimensionais do desenvolvimento, que resultam “do cruzamento de várias visões sobre o conceito e pressupõe uma abordagem interdisciplinar, dada a diversidade de componentes inter-relacionados que o constituem”²³, não foram a tônica do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira, como pode ser deduzido do que até este momento foi exposto. Em verdade, o planejamento para o alcance do desenvolvimento econômico, travado pela primeira vez com o governo de Juscelino Kubitschek, nada mais foi do que um projeto de simples modernização por meio da industrialização, uma tentativa de assimilação do progresso técnico das sociedades já desenvolvidas, mas uma tentativa incapaz de melhorar as condições sociais da população em geral.

Porém, mesmo diante de tal impossibilidade, as tensões sociais e o agravamento das secas no Nordeste, na década de 1950, ameaçavam o projeto governamental de industrialização e modernização do país, criando o campo propício para a criação da primeira política estatal, deliberada, verdadeiramente inserida em um processo desenvolvimentista.

Entretanto, como será visto adiante, a industrialização que dava tom ao desenvolvimentismo no Brasil não nasceu com o governo JK. Tampouco com ela, nos anos 50, nascia um novo país. Embora comumente a industrialização no Brasil tenha como marca de seu início o final da Segunda Guerra Mundial, ela é resultado de um processo histórico não linear. Para contextualizá-la, não é possível desconsiderar que, sobretudo no final do século XIX²⁴, surgiram diversos tipos de indústrias como reflexo do arranjo econômico mundial. Também a Primeira Guerra e a crise de 1930 “representaram um impacto bastante poderoso para estabelecer uma base industrial duradoura, embora diminuta”²⁵ no país.

Considerável impulso nesse processo se deu pela abolição da escravidão em 1888 e com a proclamação da República em 1890. “A abolição acarretou substancial desorganização de algumas tradicionais regiões agrícolas, provocando o êxodo de grande número de

²³ MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, Curitiba, n.2, ano 36, p. 25-50, maio/ago. 2012. p. 39.

²⁴ Antes desse período, devido à deliberada política mercantilista brasileira, não é possível apontar nenhum fato suficiente para indicar um início do processo de desenvolvimento industrial. A economia brasileira, até então, era baseada na exportação de produtos primários, marcada por ciclos sucessivos (pau-brasil, açúcar, ouro e diamantes, borracha, algodão e cacau).

²⁵ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 13.

fazendeiros para as cidades, onde passaram a se dedicar à indústria e ao comércio”²⁶, ao passo que a ampliação das exportações a partir da República e o grande afluxo de imigrantes ao país proporcionaram mercado para os bens industriais (produzidos ou não no país) e trouxeram consigo o *know-how* necessário a tais empreendimentos.

Ainda nesse período, destaca-se que alguns latifundiários induziram uma espécie de indústria complementar para aviar as carências da própria lavoura. Alguns comerciantes atacadistas, importadores e exportadores buscaram ampliar seus lucros do comércio que empreendiam mediante produção nacional. “Bem mais tarde e devagar, esta indústria em germe, coxa, rústica, caindo e levantando, entre avanços e retrocessos, proteções maiores e menores, irá sobrepujar a agricultura”²⁷. Essa indústria parca de tecnologia, com mão de obra desqualificada, produz mercadorias que podem se dizer toscas se comparadas com aquilo que se importava. A industrialização nasce, então, com a indústria leve de consumo, com artigos rústicos destinados às necessidades dos trabalhadores livres.²⁸

Para proteger essa incipiente indústria nacional, é que se apresenta a influência da política protecionista desse momento que instituiu o recolhimento das tarifas aduaneiras parcialmente em ouro – dificultando a competição estrangeira – e a criação da Caixa de Conversão²⁹, que possibilitou maior saldo de divisas para aquisição de maquinaria. Entretanto, esse surto industrial foi bastante reduzido se comparado ao crescimento geral da economia de todo o período.³⁰

Mas se a indústria naquele momento se prestava ao consumo do trabalhador, para protegê-la era necessário assegurar a renda através de uma política de proteção ao café, já que nenhuma outra cultura de exportação assalariava tantas pessoas no país. Quando na década de 1880 a oferta do café superou a demanda, o Estado necessitou intervir para salvaguardar a

²⁶ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 15.

²⁷ SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do autor, 2012. p. 4.

²⁸ SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do autor, 2012. p. 8.

²⁹ Criada para ajudar combater a crise pela qual passava o mercado do café e manter equilibrado o poder de troca da moeda do Brasil no comércio com outras nações. “A Caixa de Conversão era parte de uma política ou de um arranjo cambial singular e apropriado para o país: a taxa de câmbio era fixada num nível considerado competitivo, jamais se valorizava, e quando a abundância cambial se invertia, a Caixa saía de cena, e a taxa de câmbio era deixada à sua própria sorte para desvalorizar-se. O mecanismo era conveniente para os financistas conservadores do governo federal que, para todos os efeitos práticos, haviam sido bem-sucedidos em recuperar o padrão ouro, ainda que numa paridade inferior à de 1846”. (FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Economia da República velha, 1889-1930**. Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018).

³⁰ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 15.

atividade³¹. “O capitalismo brasileiro se despia, em certa medida, do liberalismo ao pé da letra. [...] Ao invés, adotava planejamento mais organizador a fim de esquivar crises cíclicas e destruidores”³².

Entretanto, há de se ter cuidado. Embora se prestasse a proteger o trabalhador para garantir o mercado de consumo interno³³, não era, em absoluto, uma política social. A riqueza dos empresários do café foi garantida com a “queima” do excedente também a partir de um paulatino endividamento externo, mas o ônus da amortização desses empréstimos recaía também sobre a classe trabalhadora com a inflação dos impostos aduaneiros sobre os produtos importados. Por outro lado, assegurar a realização do lucro do cafeicultor permitia os investimentos na nova indústria, já que não era possível inverter todo lucro em novas produções.

Outro fator considerável a este processo se deu durante a Grande Depressão de 1930, onde o governo, empreendendo todos os seus esforços na manutenção do setor cafeeiro³⁴, impôs limitações sobre os bens importados e provocou carências no mercado interno, que manteve sua demanda inalterada em relação à baixa oferta, com uma significativa elevação nos preços. Criou-se, então, um cenário propício ao aumento da produção interna que sofria com a competição externa.³⁵

Os latifundiários têm aí, sobretudo, uma oportunidade. Uma oportunidade que iniciou aos poucos um movimento de substituição de importações, norte de uma nova trajetória industrializante e que passaria a se tornar o modelo condutor do desenvolvimento brasileiro.

Assim, nos anos 30, a expansão industrial dos setores nacionais caracterizou-se pela utilização da capacidade ociosa existente no país (sobretudo pelo aproveitamento de equipamentos de segunda mão que, em sua maioria, eram provenientes das fábricas estrangeiras

³¹ Nesse sentido, cf. MALTA, Mauro Moitinho; PELÁEZ, Carlos Manuel (Org.). **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973; NETTO, Antônio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981; CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**: café - auge, “sobrevida” e superação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977; ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

³² SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil**: do café ao Plano Real. Curitiba: Ed. do autor, 2012. p. 11.

³³ Outro marco importante para as primeiras experiências industriais no país se dá com a Primeira Guerra Mundial, período em que surgiram diversos tipos de indústrias – sobretudo no ramo alimentício – como consequência da interrupção do recebimento de alguns suprimentos da Europa, embora também sem um estabelecimento sólido. Com o fim da Guerra essas incipientes indústrias foram sufocadas pela livre competição dos países industriais e por um governo que, essencialmente preocupado com a produção cafeeira, não tinha mecanismos de garantia e proteção dessa base fabril ainda em formação. (Cf. BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 16-21.)

³⁴ Sobretudo com o estabelecimento do Reajustamento Econômico nos primeiros anos da administração Vargas.

³⁵ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 22.

mais duramente atingidas pela crise³⁶). Isto porque a importação da maquinaria restou comprometida pela carência de divisas e o preço mais elevado das importações devido à desvalorização da moeda.

Embora nesse ínterim sejam verificadas algumas mudanças em relação à produção fabril, essas não foram profundas. Ou seja, tais mudanças não foram suficientes para alterar substancialmente a estrutura social brasileira. Não é possível afirmar, portanto, que houve crescimento da indústria no Brasil, sobretudo porque, a despeito do acréscimo na produção industrial, esta decorreu da capacidade ociosa já existente.³⁷

É também na década de 1930 que boa parte da literatura que discute a historiografia econômica brasileira identifica um marco. “Isso porque, até então, as abordagens históricas que buscavam analisar e compreender os aspectos socioeconômicos brasileiros se baseavam, quase que unicamente, em considerações étnico-raciais e, por isso, eram incompletas e insatisfatórias”³⁸. Em tese, isso colaborou para a superação da sua incompletude analítica e para a problematização do quadro social para apreensão dos movimentos de mudança e evolução das estruturas e instituições, para que o país pudesse desenvolver características típicas do capitalismo avançado.³⁹

Decisiva para a economia e também para o processo de industrialização foi a modificação do papel estatal a partir de então. Com a grande crise, o Estado brasileiro passou a ter que lidar com a “estatização das relações sociais”, quando vários seguimentos da sociedade passaram a buscar o Estado como *locus* privilegiado para garantir ou ampliar seus interesses, a intervenção econômica minimamente planejada, a construção de um aparelho burocrático-administrativo etc”⁴⁰. E entre 1930 e 1945, o governo Vargas cimentou os alicerces da indústria efetivamente por uma política intervencionista estatal deliberada para esse fim.

³⁶ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 23.

³⁷ BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 25.

³⁸ CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade**. São Paulo, 2012. 250 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo. p. 142.

³⁹ Em 1931, o Relatório Niemeyer foi o primeiro documento a representar uma tentativa de exame da economia brasileira com vistas ao crescimento, “não obstante sua pequena influência e o fato de não ter conduzido a qualquer esforço para atuar conscientemente sobre a estrutura do desenvolvimento econômico”. (BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 32.)

⁴⁰ BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 57.

Se a economia fosse abandonada ao jogo espontâneo das forças de mercado, os estrangulamentos da economia travariam a sua marcha, dada a imensa crise então instalada pelo mundo afora, somadas às precariedades financeiras e tecnológicas do capital nacional. Os bancos nacionais estavam grudados no curto prazo. Restringiam-se ao financiamento agrícola exportador, quando a comercialização da colheita de hoje corre pagar o empréstimo de ontem. Mas, quem financiaria a grande indústria no longo prazo? O intervencionismo, à luz do planejamento, impulsionava os organismos estatais para coordenarem os fatores produtivos (terra, capital e trabalho) no seu arranjo mais eficaz. Era uma questão de demanda efetiva, empreender investimentos públicos, como admoestaria John Maynard Keynes dentro da concepção macroeconômica.⁴¹

Os motivos que levaram o Brasil a esforçar-se para implementar um projeto de industrialização foram semelhantes aos motivos que levaram aos surtos esporádicos nesse sentido. “A diferença básica consistiu em ter a industrialização deixado de ser um expediente ocasional para transformar-se em uma decidida política no sentido de modificar drasticamente a estrutura da economia brasileira”⁴², a partir da percepção de que o país não cresceria se mantivesse o modelo de exportação de produtos primários – sobretudo porque o bem-estar do país dependia estritamente do mercado externo – diante de um mercado mundial em retração.

Embora as ideias positivistas de Augusto Comte fossem uma ideologia bastante disseminada em toda a América Latina, apenas no Brasil elas se tornaram um guia para a atuação política e administrativa. Essa orientação prevalecente na Administração Vargas não lhe era um atributo ideológico pessoal, e sim a ideologia hegemônica de seu partido⁴³. A burocracia econômica criada em seu governo produziu não só agentes capazes de operar as instituições como também reproduzir suas ideologias. Visando à racionalização do aparato administrativo e defendendo o intervencionismo estatal para promoção da industrialização, o positivismo deixou ao país uma estrutura estatal durante (e depois) a era Vargas uma

⁴¹ SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do autor, 2012. p. 32.

⁴² BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966. p. 36.

⁴³ “O positivismo no Rio Grande do Sul veio, principalmente, através dos alunos que frequentaram a Faculdade de Direito de São Paulo. Falo de Júlio de Castilhos e Assis Brasil, entre outros. Eram leitores de Comte e, no caso de Castilhos, uma leitura particular de Comte que repassou para a versão de republicanismo que vigorou dali para a frente no RS. A esse conjunto de ideias chamou-se “castilhismo”. Getúlio, como membro do Partido Republicano Rio-Grandense, bebeu nessas ideias e defendeu o castilhismo. Mas, ao que indica sua biblioteca e citações em trabalhos e discursos, ele não era um admirador de Comte. Aproximava-se mais de Spencer e até de Saint-Simon, onde teria buscado sua visão evolucionista da História e a importância do proletariado e dos industriais na sociedade moderna” (NOLL, Maria Izabel. Getúlio e Lula: aproximações, distanciamentos, ganhos e limites de duas Eras. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 491, ago./2016). Assim, Vargas assume o papel de líder republicano positivista de Júlio de Castilhos e o Direito do Trabalho, enquanto categoria jurídica, socialmente referenciada, e constitucionalmente aspirada, é fruto do Positivismo Brasileiro, presente dos ideais da Revolução Farroupilha à Ideologia Getulista.

mentalidade essencialmente desenvolvimentista⁴⁴.

O processo de industrialização no Brasil teve seu impulso através de dois atos de guerra. Como condição para concessão de seu apoio em tropas e matérias-primas, Getúlio impôs aos aliados a Construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a devolução das jazidas de ferro de Minas Gerais, possibilitando a industrialização de base⁴⁵. Some-se ainda o surgimento da Vale do Rio Doce e da Companhia Nacional de Álcalis. Cria-se na estrutura do Estado praticamente um “departamento de bens intermediários” para dar conta da industrialização. “Ao que tudo indica, o período de 1930-45, sobretudo os anos do Estado Novo – marcou um salto qualitativo na ideologia industrialista preexistente, adicionando-lhe elementos básicos para a definição de uma estratégia industrializante”⁴⁶.

Ou seja, o Estado age em nome do capitalismo para que este supere obstáculos que a livre iniciativa e as forças de mercado não dariam conta sozinhas, sincroniza os esforços para o desenvolvimento, intervém nos setores mais complicados, e assegura o livre mercado onde a acumulação capitalista vicejara com maior facilidade.⁴⁷

Em relação aos trabalhadores a estratégia não foi muito diferente. Vargas estabelece uma garantia mínima de um padrão de consumo para sustentação do Capital. A consequência de tal intervencionismo nos impostos diretos e indiretos dispensa maiores digressões. A suavização do peso do desenvolvimento capitalista vem pela disciplina, tutela e garantia das relações de trabalho, especialmente pela instituição de um salário-mínimo, mas também pela própria Consolidação das Leis do Trabalho. Modelo tão útil à expressão capitalista que permanece, a despeito de suas reformas. Essas garantias também incutiam as promessas de mudanças pela modernização no imaginário popular.

Vargas torna-se “o construtor do moderno Estado brasileiro. Além de ser o líder da transformação de uma economia agrárioexportadora voltada para fora em outra industrializada e voltada para dentro, ele criou instituições que contribuíram para o desenvolvimento

⁴⁴ PERISSINOTTO, Renato Monseff; COSTA, Paulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela de Moraes. Elites estatais e industrialização: Brasil, Argentina e México. In: COSTA, Paulo Roberto Neves; PONT, Juarez Varallo (Org.). **Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 73-76.

⁴⁵ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 201-202.

⁴⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 248.

⁴⁷ SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do autor, 2012. p. 39.

econômico e social do país”⁴⁸. Mas não é possível deixar de mencionar que o avanço no sentido de criação de “condições objetivas para que surgisse naturalmente uma gradual conscientização a respeito da viabilidade de um processo autossustentado de criação de riqueza com base na industrialização”⁴⁹ por meio do dirigismo estatal não se consolidou pela participação popular, e sim pela força em meio a uma ditadura.

Nesse sentido, não se pode concordar com Bresser-Pereira quando adota uma postura destinada a suavizar a ditadura do período, apontando o golpe como essencial para se completar o projeto de revolução econômica iniciada pela Revolução de 1930⁵⁰ (fato histórico onde, aliás, de acordo com Bielschowsky, não há nenhum indício que tenha sido uma revolução industrialista, em que pese tenha quebrado a hegemonia política das oligarquias regionais⁵¹). Vargas no Estado Novo adota “uma legislação com fundamento nas ideias de um Estado Social autoritário, com medidas de cunho assistencialista e regulatório. Logo, esse período foi marcado por um sistema de proteção social conservador, corporativista no que tange à concessão de benefícios”⁵². Sendo tais direitos sociais postos em função das necessidades do projeto de industrialização nacional⁵³.

Parece mais acertada, dessa forma, a consideração de que Vargas “governou como

⁴⁸ SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, 2013, vol. 22, n.3, pp. 855-860.

⁴⁹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p, 254.

⁵⁰ “Luiz Carlos Bresser-Pereira, no artigo Getúlio Vargas: o Estadista, a Nação e a Democracia, define Vargas como um estadista, pois teve a capacidade de se antecipar aos fatos e liderar as forças políticas em direção a novos rumos. A análise que faz sobre o Estado Novo é polêmica: “Vargas foi um estadista porque teve a visão da oportunidade que a Grande Depressão dos anos 1930 abria para o Brasil iniciar sua industrialização e completar sua revolução nacional e capitalista”. Este ponto de vista surge e “embora ele próprio fosse autoritário, não era elitista. Foi a primeira vez na história política do Brasil que um grande líder político foi buscar as bases de sua legitimidade no povo”. Apesar de pertencer a elite agrária, “se definiu como um político antes de esquerda do que de direita, na medida em que fundou o primeiro partido de massas do país, o Partido Trabalhista Brasileiro”. Apesar de todo rótulo que lhe foi posto ao longo da história, “Vargas é com frequência chamado de ‘ditador’ devido ao Estado Novo (1937-1945), o que, tecnicamente, é correto. É preciso considerar, no entanto, que o Estado Novo foi uma forma de completar a revolução econômica, política e social, iniciada em 1930”. Entretanto, mesmo esse rótulo deve ser relativizado, pois, se “Vargas errou ao decidir embarcar no Estado Novo, não teria sido o estadista que foi se houvesse então realizado eleições e transferido o governo para um novo presidente eleito”.” (SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, 2013, vol. 22, n.3, pp. 855-860).

⁵¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p, 249.

⁵² OPUSZKA, Paulo Ricardo. Estágio de desenvolvimento das conquistas (direitos) sociais em busca da consciência coletiva e cultura jurídica. In: VARGAS, Tuany Baron; SOUZA, Fábio Augusto de; LIMA, Erick Alan de (Orgs.). **Direitos humanos no ocaso do estado social: da derrocada à resistência**. Curitiba: Kindle Direct Publishing, 2020. *E-book*.

⁵³ OPUSZKA, Paulo Ricardo. Estágio de desenvolvimento das conquistas (direitos) sociais em busca da consciência coletiva e cultura jurídica. In: VARGAS, Tuany Baron; SOUZA, Fábio Augusto de; LIMA, Erick Alan de (Orgs.). **Direitos humanos no ocaso do estado social: da derrocada à resistência**. Curitiba: Kindle Direct Publishing, 2020. *E-book*.

ditador e democrata; foi reformador social e enquadrando sindicatos; censurou a Imprensa e patrocinou o cinema, o teatro, as artes plásticas e a literatura; perseguiu comunistas e fundou a Petrobrás”⁵⁴. Mas foi com essa complexa figura que o Estado brasileiro passou a ser “interventor, regulador e planejador”, onde, de um lado, “o nacional-estatismo teve como forma particular no Brasil o trabalhismo”, enquanto, de outro, no Estado Novo o projeto trabalhista consistente deu lugar ao “populismo, detratando-o com a pecha de demagogia, corrupção e irresponsabilidade administrativa”⁵⁵.

Não é possível afirmar, entretanto, que “se tenha gerado no período um projeto de industrialização articulado e perfeitamente definido”⁵⁶. Mas do ponto de vista de suas inovações, “o Brasil passou, entre 1930 e 1948, por um processo de substituição de importação de bens de consumo não duráveis; entre 1948 e 1955 por um processo de substituição de importação de bens de consumo duráveis”, ao passo que a partir de 1955 houve um processo de substituição de importação de bens de capital.⁵⁷ Mas uma “diretriz geral de política econômica que cobrisse com um embasamento ideológico abrangente e definitivo” as pioneiras atividades de planejamento econômico varguistas⁵⁸ só vai surgir alguns anos depois.

Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Era chegada a hora. Embora a existência de desigualdades regionais não fosse novidade na realidade brasileira, e já tivesse sido objeto de certa atenção no Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) e pela Constituição de 1934, somente a partir do governo de Juscelino Kubitschek os debates desenvolvimentistas com preocupação especial aos desequilíbrios regionais passaram a ser questão de Estado⁵⁹. Deu-se a largada nas políticas de desenvolvimento regional no Brasil, com inspiração, agora,

⁵⁴ SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, 2013, vol. 22, n.3, pp. 855-860.

⁵⁵ SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, 2013, vol. 22, n.3, pp. 855-860.

⁵⁶ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 258.

⁵⁷ PERISSINOTTO, Renato Monseff; COSTA, Paulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela de Moraes. Elites estatais e industrialização: Brasil, Argentina e México. In: COSTA, Paulo Roberto Neves; PONT, Juarez Varallo (Org.). **Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 58.

⁵⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 258.

⁵⁹ “Durante o governo de Epitácio Pessoa foi iniciada uma série de obras para combater as secas no Nordeste. Até então, o Governo Federal só havia criado a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), em 1909, que enviava verbas federais apenas para casos emergenciais de calamidade pública. (...) Já a Constituição de 1934, no seu art. 177, previa a elaboração de um plano federal de combate às secas, com a reserva de 4% da receita federal para o combate às secas, dos quais 3% seriam gastos segundo um plano sistemático e 1% ser reservados para as emergências”. (BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 88. nota 3.)

estruturalista.

Sob a égide da Constituição de 1946, que previa uma série de dotações constitucionais para o desenvolvimento das regiões mais problemáticas⁶⁰, a postura pioneira do governo foi também uma das mais significativas em termos de políticas de desenvolvimento das regiões. Por isso, entender os impactos dos movimentos sociais e do arranjo político no projeto desenvolvimentista proposto pelo governo federal é essencial para compreender a sua construção e a sua falência. Uma política que, parafraseando Lévi-Strauss, chegou ao declínio, sem ter passado pelo ápice.

O desenvolvimento regional ao mesmo tempo em que começou a ser discutido, foi reduzido às desigualdades existentes entre Sudeste e Nordeste: contradições sociais foram transformadas em contradições espaciais. Enquanto as distâncias se encurtavam num Brasil que ganhava uma extensa rede rodoviária, indústrias automobilísticas e uma nova Capital no Planalto Central, no Nordeste as Ligas Camponesas ganhavam cada vez mais força denunciando grandes distâncias entre seu povo. Além disso, mesmo a sindicalização rural estando prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas e agasalhada pela Constituição de 1946, esta era sucessivamente barrada pelas pressões do bloco agrário. Afinal, se o campo não é somente um viveiro de pobreza, e é, também, um viveiro de rebeliões, nesse momento, suas tensões chegariam ao conhecimento de toda a nação.⁶¹

Embora com origens demarcadas ainda durante o governo de Getúlio Vargas, o campesinato, no final da década de 1950 e no início da década de 1960, começou a ganhar evidência e nova dinâmica no governo JK, passando a ter maior visibilidade, ocupando os jornais (nacionais e internacionais) e, com forte apoio do Partido Trabalhista Brasileiro, adquiriu lugar nos centros de discussão como um verdadeiro ator político.

Ressalva importante é a atuação do Partido Comunista Brasileiro, que, mesmo na clandestinidade, uma vez que seu registro foi cassado em 1947 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, continuava exercendo grande força política e eleitoral⁶². Ao contrário da postura que adotou nas eleições de 1950, de voto em branco no pleito presidencial, nas eleições em que Juscelino restou vencedor, o Partido Comunista Brasileiro apoiou a sua candidatura por meio do Partido Trabalhista Brasileiro, que compunha a chapa com o Partido Social Democrático.

⁶⁰ Os art. 198 e 199 previam dotações para o Nordeste e para a Amazônia, e o art. 29 do ADCT preocupa-se com o Vale do São Francisco.

⁶¹ OPUSZKA, Paulo Ricardo; VARGAS, Tuany Baron de. A vulnerabilidade do trabalho no desenvolvimentismo brasileiro: obstáculos da crise e da modernização. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas. (Org.). **Trabalho, tecnologias, multinacionais e migrações: desafios contemporâneos dos direitos humanos na ordem democrática global**. 1 ed. Belo Horizonte: Conpedi, 2018. *E-book*.

⁶² Tal como quando elegeu quatorze deputados e um senador para compor a Assembleia Constituinte de 1946.

Com disputa acirrada e vitória por uma pequena margem de votos, muitos supunham que o apoio comunista havia sido decisivo.⁶³

O Partido Comunista considerava que a sociedade brasileira ainda mantinha resquícios feudais nas relações do campo e que seria necessária e urgente uma revolução. Uma revolução que, embora ainda não socialista, deveria ser “anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”⁶⁴. Inserindo o Partido definitivamente nas lutas populares, diferentemente do que propunha até então, a mudança na rota partidária após as denúncias dos crimes de Stalin iniciou a defesa de uma pauta revolucionária pacífica, “com ênfase na consolidação e ampliação da legalidade e das liberdades democráticas, em aliança com outras forças progressistas”⁶⁵.

O pleito pela urgente reforma agrária e pela modificação das estruturas do campo não era mero devaneio dos comunistas. Em 1953, o economista Hans W. Singer sistematizou os problemas econômicos dos 'terras secas' e dentre suas conclusões afirmou “ser a estrutura fundiária responsável pelos problemas nordestinos, não as secas”⁶⁶.

Entretanto, ao congregar setores dominantes do ambiente agrário, da burocracia governamental criada durante a ditadura Vargas e da burguesia comercial e industrial, o partido governista “optou por evitar tensões desestabilizadoras que certamente adviriam de qualquer medida que pudesse afetar as tradicionais relações de poder existentes no campo”⁶⁷. Assim, políticas destinadas à reforma agrária foram completamente excluídas da agenda. Por outro lado, o governo Kubitschek não poderia ficar inerte aos movimentos rurais que foram tidos como potencialmente perigosos às práticas dominantes e corriqueiras de exploração de trabalho.

Nesta mesma senda, os representantes das Ligas Camponesas e o deputado socialista Francisco Julião⁶⁸, que apoiava e participava ativamente das lutas do campo, começaram a

⁶³ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 60.

⁶⁴ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 60.

⁶⁵ RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 60.

⁶⁶ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 96.

⁶⁷ GRZYNSZPAN, Mario. **O Brasil de JK**: movimentos sociais no campo. São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampo>>. Acesso em 24 fev. 2018.

⁶⁸ “O político e escritor pernambucano é melhor conhecido como o ex-presidente das Ligas Camponesas, organizações de trabalhadores rurais e de camponeses que exigiram a reforma agrária no Nordeste do Brasil nos finais dos anos 50 e início dos anos 60. [...] No entanto, Julião não surgiu do vazio para se converter no porta-voz dos trabalhadores rurais. Nos quinze anos que precederam a sua escolha para presidente honorário das Ligas Camponesas, em 1955, foi um advogado obscuro do Recife que representava vários camponeses em ações legais

construir, e a identificar em seus discursos, uma forte identidade com Cuba, cada vez mais recorrente com a aproximação do desfecho da Revolução Cubana. Em suas falas, o caminho revolucionário trilhado por esse país, também predominantemente agrário, deveria servir de exemplo ao Brasil. A ameaça de uma revolução comunista (pacífica ou não) trazida pelo movimento passou a ser clara e as atitudes a serem tomadas passaram a ser imediatas.⁶⁹

O panorama mundial construído após a Guerra Fria em 1947, dividido entre os blocos comunista e capitalista, não deixava alternativa a uma via autônoma. Embora a postura comunista não fosse a posição de JK, a partir de seu projeto Operação Pan Americana, o Brasil manteve uma política de não-alinhamento automático a nenhum dos dois lados como estratégia para garantir a autonomia do país em âmbito internacional⁷⁰. Tal postura fez com que os Estados Unidos pressionassem enormemente o governo brasileiro, com medo de que a Latino-América se tornasse comunista e passasse ao controle soviético.⁷¹

Também por isso as influências da Revolução Cubana nos discursos do campesinato brasileiro geravam tanto temor: “na América Latina, um grupo de guerrilheiros armados (com o apoio de uma população pobre e revoltada com as injustiças e as desigualdades sociais) havia

contra latifundiários. As Ligas Camponesas cresceram, e com o apoio delas Julião tornou-se deputado estadual em 1958 e deputado federal em 1962. [...] Nos anos que se seguiram ao golpe de estado, uma profusão de livros e artigos, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, tentava explicar o desaparecimento de Julião e das Ligas. A imagem de Julião como um reformador social importante e efetivo, promovidas por escritores como Gondim da Fonseca em *Assim Falou Julião* (1962), Antônio Callado em *O Tempo de Arraes* (1964) e Joseph Page em *The Revolution That Never Was* (1972), não sobreviveu ao ataque. As motivações que levaram Julião a organizar camponeses e trabalhadores rurais foram questionadas, a sua capacidade organizacional criticada e a sua lucidez política posta em causa. O propagador da palavra de ordem “reforma agrária na lei ou na marra”, um homem que foi comparado ao grande abolicionista Joaquim Nabuco em 1963, foi amaldiçoado no seu próprio País, e virtualmente esquecido pela nova geração de brasileiros.” (PEREIRA, Anthony W. *Profeta no exílio: o retorno no mito de Francisco Julião. Cadernos de Estudos Sociais*, v. 7, n. 1, 1991.). Sobre Francisco Julião e seu envolvimento com as ligas camponesas, cf. MURAT, L. **Depoimento - Francisco Julião**. [s. l.], 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130836>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

⁶⁹ Não é possível comparar o Movimento dos Sem-Terra (MST). Embora sejam realizadas mobilizações nacionais e ocupações simultâneas em diversas fazendas, nas diferentes regiões do Brasil, nem mesmo assim o MST é considerado uma ameaça à governabilidade do país e à paz no continente, como eram apresentadas as Ligas no contexto específico da Guerra Fria.

⁷⁰ “Nas palavras do presidente brasileiro: “Já não é possível continuarmos em atitude próxima ao alheamento, mais como assistentes do que participantes de um drama em cujas consequências estaremos envolvidos. (...) O não compartilharmos, senão simbolicamente, da direção de uma política, o não sermos muitas vezes ouvidos nem consultados - mas ao mesmo tempo estarmos sujeitos aos riscos dela decorrentes - tudo isso já não é conveniente ao Brasil. (...) Já atingiu este país um grau, no plano espiritual e material, que é forçoso reconhecer-se-lhe não apenas o direito, mas a obrigação de fazer-se ouvido. Não pode ele continuar aceitando passivamente as orientações e os passos de uma política com a qual não é cabível seja apenas solidário de modo quase automático, solidário por hábito ou simples consequência de posição geográfica”. (SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK: a operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6597/799.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 jun. 2018. p. 16).

⁷¹ MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 405.

sido capaz de fazer uma revolução e tomar o poder”⁷², gerando, em outros termos, uma imprevisibilidade histórica que ameaçava diretamente as representações construídas⁷³. Até porque, em regiões não desenvolvidas, e marcadas por traços do colonialismo, “o campesinato, quando se revolta, aparece logo como a classe radical: conhece a opressão nua, suporta-a muito mais que os trabalhadores das cidades e, para que não morra de fome, precisa nada menos que de um estouro de todas as estruturas”⁷⁴.

Essa caricatura de um Nordeste revolucionário e comunista estava articulada intimamente às alocações dos diversos setores dominantes da sociedade no Nordeste e em outras regiões do Brasil. Transparecia, assim, as ligações entre os “interesses dos Estados Unidos e os de setores dominantes da sociedade no Brasil, quando revelava como muitos políticos e intelectuais, entre outros grupos, encontravam-se apreensivos e alarmados com a possibilidade de uma revolução iminente, se nenhuma medida fosse tomada”⁷⁵.

Assim, embora o discurso oficial defendesse que a principal força motriz do desenvolvimento de políticas atentas à questão nordestina fosse a “situação de abandono secular em que se encontrava a Região, em relação às políticas nacionais de promoção do desenvolvimento, o que vinha resultando no seu atraso crescente”⁷⁶, em verdade se deu basicamente por dois motivos: (i) a necessidade de intervenção social na região a fim de frear as crescentes lutas sociais de inspiração comunista e (ii) a “reprodução do capital hegemônico, assentado sobretudo no Sudeste, que precisava colocar o seu projeto de integração produtiva do território como de interesse geral”⁷⁷. A industrialização, assim, além de modernizar e fazer o país crescer, precisava realizar um espécie de conciliação entre o trabalhador camponês (que ficou de fora do “consenso” propiciado pela CLT) com o Capital⁷⁸. Bem por isso que o Grupo

⁷² MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 405.

⁷³ MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 405.

⁷⁴ SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 6.

⁷⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 406.

⁷⁶ BRASIL. **A instituição da SUDENE**: marco histórico no desenvolvimento brasileiro. Disponível em: <[http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao sudene](http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao%20sudene)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

⁷⁷ LENCIONI, SANDRA. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: a falência das políticas de desenvolvimento social. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 6, p. 83-89, 1992. p. 85.

⁷⁸ Esse era um movimento que já vinha sendo adotado desde a Revolução de 1930, mas que foi reforçado durante o período JK, através de outras medidas. Nesse sentido, Opuszkza afirma que: “A política adotada pelo Governo Vargas focou em organizar a relação capital e trabalho, no intuito de ocorrer uma transição da luta de classes para um processo de conciliação entre as partes. O instrumento criado para alcance desse objetivo foi a instituição de um sistema corporativista alcançam por meio da legislação aplicável aos sindicatos” (OPUSZKA, Paulo Ricardo. Estágio de desenvolvimento das conquistas (direitos) sociais em busca da consciência coletiva e cultura jurídica.

de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), embora existente desde 1956 (criado pelo Decreto nº 40.554/56), apenas foi incumbido da tarefa de traçar um plano estratégico concreto de desenvolvimento para o nordeste em 1958, com a denominada Operação Nordeste⁷⁹ e capitaneada por Celso Furtado.⁸⁰

Nas palavras do economista, “o discurso sobre o Nordeste saía do terreno da denúncia de ingratidão e de injustiça com o irmão necessitado para inserir-se no grande debate sobre o desenvolvimento no país”⁸¹.

Em 1959, o Grupo apresentou um Relatório intitulado de “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” que, embora não a ostente, é de autoria de Celso Furtado. O relatório indicava a disparidade de rendas entre Nordeste e Sudeste como a mais grave e propunha-se a atacar o problema em diversas frentes.

O Plano de Ação traçado apontava quatro diretrizes básicas. A primeira, como é de se esperar, é a industrialização, a partir da intensificação dos investimentos industriais, com o objetivo de formar na região um centro autônomo de produção industrial⁸². A industrialização do Centro-Sul acabou por incrementar o consumo de açúcar no Brasil, tendo a produção nordestina canavieira um grande impulso, porém sem o aumento da produtividade por hectare na região⁸³. O setor exportador de açucareiro não era mais o fator dinâmico do complexo econômico nordestino. O Relatório apontava, então, que a forma mais barata da economia crescer seria por meio da exportação de produtos primários e da diversificação da produção

In: VARGAS, Tuany Baron; SOUZA, Fábio Augusto de; LIMA, Erick Alan de (Orgs.). **Direitos humanos no ocaso do estado social**: da derrocada à resistência. Curitiba: Kindle Direct Publishing, 2020. *E-book*).

⁷⁹ “No dia 13 de junho de 1959, Celso Furtado pronuncia uma conferência no ISEB sobre a já alardeada Operação Nordeste para uma plateia – além de isebianos como o amigo pessoal de Furtado, Ronald Corbisier – de técnicos ligados ao Estado, deputados e militares interessados na questão nordestina. Essa palestra acabou ganhando versão publicada sob o nome – que Furtado assumiria como ‘jornalístico’ – Operação Nordeste. Consiste basicamente da apresentação dos quadros teóricos em que o diagnóstico sobre o Nordeste foi feito e de uma apresentação sucinta da política a ser implantada pela SUDENE, seus pressupostos, objetivos e grupos a beneficiar. De lançamento posterior ao documento oficial “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” esta palestra-texto compõe-se de uma apresentação política e pública daquele, é um “submeter” o autor do documento a uma espécie de “sabatina pública” (CARDOSO, Tayguara Torres. **O novo Nordeste**: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre o desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 79). O texto “Operação Nordeste” pode ser consultado em FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

⁸⁰ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 96.

⁸¹ FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 45.

⁸² GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2 ed. Recife: Ministério do Interior, 1967. p. 14. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁸³ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*. p. irreg.

interna. Ou seja, a industrialização superaria o atraso da região, geraria novos empregos, “fixaria capitais que tenderiam a emigrar do Nordeste e formaria uma ‘classe dirigente nova, com espírito de desenvolvimento’”⁸⁴.

A segunda diretriz propunha a “transformação da econômica agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta equilibrada de alimentos nos centros urbanos”, cuja industrialização deveria ser intensificada⁸⁵. Um dos grandes obstáculos à industrialização e ao desenvolvimento no Nordeste era o abastecimento de alimentos. “Como a terra agricultável no Nordeste era um fator escasso e monopolizada pela lavoura canavieira, a oferta local de alimentos era insuficiente, tornando a região dependente de importações”⁸⁶, gerando, por consequência, altos preços se comparados às demais regiões.

A transformação da economia do semiárido para elevação de sua produtividade e resistência às secas era a terceira linha do plano de Celso Furtado. Esse objetivo pretendia uma total revisão da atuação do Estado para esse fim até então. A intervenção estatal no Nordeste, sempre marcada pela centralização e pela fragmentação de suas ações, com uma política concretizada por órgãos nacionais para o combate à seca⁸⁷, fomentava as tensões sociais existentes, uma vez que se limitaram a “construção de milhares de pequenos e médios açudes dentro de propriedades privadas de forma a assegurar água para a produção agropecuária e o funcionamento de agroindústrias”⁸⁸. Em regra, os grandes latifundiários haviam transformado a seca em um grande negócio e vinham “investindo” as verbas públicas em seus próprios empreendimentos rurais. Os projetos de irrigação e açudes foram frequentemente utilizados

⁸⁴ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 100.

⁸⁵ GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2 ed. Recife: Ministério do Interior, 1967. p. 14. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁸⁶ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 101.

⁸⁷ “O Império instituiu uma Comissão Imperial para estudar a abertura de um canal comunicando as águas do rio Jaguaribe com as do rio São Francisco, porém não foi concretizado e a prioridade foi dada à construção de açudes e poços tubulares. Em 1904, foram criadas várias comissões: “Açudes e Irrigação”, “Estudos e Obras contra os efeitos das Secas” e de “Perfuração de Poços”. Em 1909, foi instituída a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual foi transformada em 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).” (PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz; ARRAES, Andréa Moreira Duarte; ARRAES, Helder Feitosa Libório. Políticas Públicas de Combate a Seca no Brasil e a Utilização das Cisternas nas Condições de Vida de Famílias na Região do Baixo Salitre (Juazeiro - BA): Uma Dádiva De Deus?. **Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1521.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018).

⁸⁸ PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz; ARRAES, Andréa Moreira Duarte; ARRAES, Helder Feitosa Libório. Políticas Públicas de Combate a Seca no Brasil e a Utilização das Cisternas nas Condições de Vida de Famílias na Região do Baixo Salitre (Juazeiro - BA): Uma Dádiva De Deus?. **Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1521.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

para encobrir desvios de verbas em projetos superfaturados ou em troca de favores políticos.

Os mecanismos financeiros que prescindem à expansão capitalista na região configuram o novo papel dos fundos públicos nos processos de constituição do capitalismo contemporâneo. Poderiam ser listados como estando na vanguarda, precoce, de um capital financeiro em geral, que se arma a partir dos fundos públicos, se concretiza e se torna capital privado na órbita da produção, se traveja na modernidade de uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma dos gastos sociais públicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos da reprodução econômica e social até o limite do possível em contextos históricos determinados, e potência, de forma inimaginável para o século XIX, a própria capacidade de expansão e renovação do sistema.⁸⁹

Assim como Vargas já tinha identificado num contexto mais amplo, aqui também se necessitava uma intervenção estatal distinta do que se convencionava num país sem indústria. “A estratégia do ‘northeastern way of life’, muito sol, praias, suco de caju e mão de obra barata, não é nada sem a dedução fiscal e a ação das estatais”⁹⁰.

Destaque-se, nesse ponto, que no ano de 1959 o jornalista Antônio Callado fez duas séries de reportagens para um jornal do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, após viajar o Nordeste a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste, denunciando os “industriais da seca” e as condições da população. Essas reportagens eram fruto de uma estratégia do governo Juscelino Kubitschek para obter apoio da opinião pública à Operação Nordeste que sofria resistência de muitos parlamentares no Congresso⁹¹. Suas reportagens ganharam grande repercussão e “foram transcritas nos Anais da Câmara Federal e nos Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco, como tema de diversos discursos favoráveis e contrários”⁹², gerando indignação à parte do Parlamento e garantido a implementação do Projeto para o Nordeste.

O último ponto do Plano de Ação do GTDN referia-se à necessidade de deslocamento da fronteira agrícola, com o objetivo de incorporação à região de terras úmidas do Maranhão,

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribação: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990. p. 72.

⁹⁰ OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribação: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990. p. 86.

⁹¹ MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História*, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 399.

⁹² MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. *Projeto História*, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004. p. 401.

capazes de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização do semiárido.⁹³

Dessa forma, o Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste muito mais do que um projeto de industrialização da região, apresentou-se como um documento político, antes de um mero documento técnico-econômico, tirando o foco da seca para identificar a miséria e o subdesenvolvimento como verdadeiro problema do Nordeste.

Foi com base nesse Relatório que o Presidente Juscelino Kubitschek criou a SUDENE, por meio da Lei nº 3.962/1959. Ela foi instituída onde predominava um vazio completo do aparelhamento estatal federal, como um órgão essencialmente de planejamento. Ao verificar que o problema do desenvolvimento econômico era, em primeiro lugar, um problema de cunho político, quebrou a prática centralizada de planejamento nacional e envolveu o governo federal e os governos estaduais na elaboração de políticas e projetos de interesse comum. A SUDENE passou a ser uma “uma espécie de ‘contrapeso’ à influência do poder econômico do setor industrial do Centro-Sul no âmbito do Poder Executivo”⁹⁴.

O rigor do diagnóstico científico do Relatório do GTDN identificou em âmbito interno que o Nordeste vivia a mesma situação de deterioração econômica que os países da periferia, onde a política nacional de desenvolvimento agravava as desigualdades regionais. Ao promover uma política de industrialização fundada na substituição de importações e restrições alfandegárias, “obrigavam o Nordeste a gastar sua renda das exportações em compras no Centro-Sul, contribuindo para o desenvolvimento do Centro-Sul e ao mesmo tempo transferindo recursos da região mais pobre para a mais rica”⁹⁵, uma vez que, conforme exposto, a produção de alimentos é um problema central para a região. “Convertido em assalariado, o camponês que antes cultivava sua pequena parcela não melhorou com a nova situação, pois não ganha o suficiente para comprar os alimentos que antes produzia. Como de costume, a expansão expandiu a fome”⁹⁶.

A partir da década de 1960, a SUDENE ilustrava no Brasil o que a CEPAL passou a identificar a necessidade de justa distribuição de renda para solução dos problemas Latino-Americanos, já que admitiu que a industrialização, por si só, não traria as soluções. “A questão,

⁹³ GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2 ed. Recife: Ministério do Interior, 1967. p. 14. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁹⁴ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 109.

⁹⁵ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 99.

⁹⁶ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*. p. irreg.

no Brasil, deixou de ser a industrialização em si, que já era um processo irreversível com o Plano de Metas, mas para onde conduzir o desenvolvimento e como solucionar os problemas sociais”⁹⁷.

Assim, a SUDENE foi pioneira em incorporar ao discurso nacional-desenvolvimentista outras prioridades, como as urgentes reformas de base, tal como a reforma agrária. Deixando a miséria às vistas, a instituição procurou gerar condições para a alteração da estrutura fundiária prevalente no Nordeste, pressionando os setores sociais dominantes. Diante dos obstáculos jurídicos postos pela Constituição de 1946, que previa apenas a desapropriação por interesse social, a reforma agrária não se efetivou. E foi pela exposição pública da dicotomia entre latifúndios improdutivos e pobreza que se iniciou seu desmonte.

Com a missão de criar condições políticas e institucionais para a reforma agrária, o governo João Goulart pressionou o Congresso Nacional e aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e criou a Superintendência de Política Agrária. Ainda, considerou de interesse social e passíveis de desapropriação os imóveis com mais de 500 hectares situados até 10 quilômetros das margens das rodovias, ferrovias e açudes, tornando-os, por meio do Decreto 53.700, passíveis de desapropriação.

Com isso, o governo, que se prontificava a promover uma nova política desenvolvimentista no país, “unificou, contra si e contra o sistema democrático, toda a classe dos proprietários. A política reformista proposta pelo Relatório do GTDN e pela SUDENE caiu, juntamente com o regime constitucional, em abril de 1964”⁹⁸.

Embora o discurso contra as desigualdades regionais tivesse sido mantido pelos militares, as reformas de bases necessárias à efetividade do plano não eram de interesse da ditadura instaurada. A SUDENE foi rebaixada e, então, passou a ser um órgão de coordenação de investimentos da iniciativa privada, focada na atração de indústrias no “Sistema 34/18” e as políticas de desenvolvimento regional passaram a ser executadas por órgãos sobrepostos, descoordenados e contraditórios.

Em última análise, o que houve no Nordeste revelou-se nitidamente como um avanço do poder econômico burguês. Nessa expansão, as empresas estatais tornam-se elementos chave da própria expansão, e não o contrário como se pode eventualmente acreditar. É uma situação

⁹⁷ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 110.

⁹⁸ BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003. p. 113-114.

absolutamente distinta do que se vivia no período que precedeu o golpe de 1964, “quando o definhamiento do poder dos proprietários rurais combinado com o definhamiento da indústria regional pôs em xeque o poder burguês na região, do que se salvaram pela adesão ao movimento militar na conjuntura”. Naquele momento, o solapamento econômico do Nordeste pelo avanço capitalista nas demais regiões juntamente com fortes movimentos sociais e políticos contestadores davam o tom à atuação local. Posteriormente, “o que é novo na composição da estrutura de propriedade das empresas, sobretudo industriais, é a quebra do ‘exclusivo regional’ que era a marca da antiga industrialização do Nordeste, isto é, a presença praticamente exclusiva de empresas de capital estritamente regional”.⁹⁹

Outro ponto importantíssimo de destaque é o domínio de classe que passa a ser compartilhado entre os grandes latifundiários e outras formas de capital. “Entretanto, essa dinâmica do econômico parece não se transladar para a esfera das identidades, das alteridades, do inter-reconhecimento social e político, e finalmente para o imaginário sócio-político”¹⁰⁰. Essas novas formas de capital passam a ser vistas quase como indiferentes economicamente, e as palavras de ordem contra imperialismos e imperialistas, que outrora haviam tido tanto destaque nos discursos, justamente desaparecem quando os imperialistas passam a explorar diretamente a força de trabalho pelas indústrias.

A clássica “questão nordestina”, a “questão regional” por excelência, é redefinida pela efetiva entrada em funcionamento dos mecanismos fiscais-financeiros sob a égide da Sudene, e da implantação dos projetos das grandes empresas estatais. Quando se constituiu, a questão nordestina era resultado da “confluência de processos que definiram as questões do mercado de trabalho e do Estado brasileiro, simultâneas e recíprocas, que o Nordeste se constitui simultaneamente como região e como região mais atrasada”¹⁰¹. Após o manejo de fundos públicos na região, esses referenciais não fazem mais sentido. O Nordeste foi efetivamente integrado à economia nacional como um todo, desregionalizou-se a economia, mesmo que numa divisão regional do trabalho no Brasil com atividades regionalmente localizadas.

Todo esse retrospecto serve como ponto de partida para se discutir o desenvolvimento nacional atual fora de sensos comuns, a partir da própria construção do Estado e orientação do

⁹⁹ OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribaçã: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990. p. 83.

¹⁰⁰ OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribaçã: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990. p. 84.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribaçã: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990. p. 86.

poder político brasileiro que deve ser historicamente localizado. Trata-se de identificar, a partir de então, o que há de novo e o que não há nas estratégias postas, para que erros não sejam repetidos e anseios já sepultados pela própria compreensão histórica como equivocados não sejam reavivados sob o signo do novo.

Seção 2. Trabalho enquanto categoria do desenvolvimentismo nacional: uma retomada dos pensadores (subversivos) do desenvolvimento

A inclusão do desenvolvimento como ideário e prática, e a atenção às questões desenvolvimentistas, formaram um quadro conceitual no pensamento econômico extremamente importante, especialmente no período compreendido entre 1945-64.

Esses intelectuais analisaram e orientaram os caminhos tomados na(s) política(s) brasileira(s), garantindo uma interpretação que reconhece as condicionantes da própria realidade “que reflete o estágio de desenvolvimento do país, os interesses de classe envolvidos e a forma de inserção do país na economia capitalista internacional”¹⁰², mas que, embora influenciados pelas ideologias e teorias econômicas vigentes nos países desenvolvidos, não se limitaram à sua repetição. Assim, a “burguesia mercantil, burguesia industrial, a nova classe média formada pela tecnoburocracia privada e principalmente estatal, e os trabalhadores urbanos são os atores locais das interpretações sobre o Brasil; os intelectuais, seus autores”¹⁰³.

Desse modo, trata-se nessa seção de se estabelecer um panorama das principais teorias ou interpretações sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento brasileiros¹⁰⁴. Em um primeiro momento, as interpretações clássicas do Brasil pré-industrial, em que não havia propriamente uma preocupação com o subdesenvolvimento ou proposições ao desenvolvimento, mas as concepções da vivência subdesenvolvida no país permeiam os estudos dos pensadores do Brasil da época e são indispensáveis. Depois disso, a questão passa a se

¹⁰² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹⁰³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹⁰⁴ Embora não se descuide da relevância das interpretações brasileiras vistas a partir de análises antropológicas e literárias, especialmente aquelas que se preocupam com questões atinentes à identidade nacional, para que se alcance o objeto e o objetivo desta pesquisa, a abordagem será centrada nas interpretações de cunho econômico e sociológico – especialmente da ciência política – que, de algum modo, se envolveram no debate político de forma ativa.

apresentar explicitamente, o foco passa para os pactos políticos, para as formas pelas quais a sociedade brasileira se organizou politicamente para exercer influência sobre o Estado. Em sua grande maioria são pactos que podem ser acompanhados da adjetivação nacional, preocupadas em discutir o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no Brasil.¹⁰⁵

Dentre tais pensadores, a obra de Celso Furtado tem especial destaque. “Furtado converte-se – é forte o termo – em demiurgo do Brasil. Ninguém, nestes anos, pensou o Brasil a não ser em termos furtadianos”¹⁰⁶. Por essa razão que Furtado será adotado como um dos fortes marcos teóricos do presente trabalho. Além de ser uma construção teórica extremamente consistente, sua relevância aqui se mostra também porque sua obra “foi escrita *in actione*. Enquanto as anteriores explicaram e ‘construíram’ um país do passado, a de Furtado explicava e ‘construía’ o Brasil dos seus dias: era contemporânea de sua própria ‘construção’”¹⁰⁷. Para que se compreenda bem o pensamento de Celso Furtado, entretanto, é necessário ir ao encontro, primeiro, com seus contrapontos e situá-lo nesse grande mapa das ideias sobre as funções da economia, do Estado e do desenvolvimento.

Duas grandes interpretações antagônicas sobre a sociedade brasileira conflitam nos anos quarenta e cinquenta. De um lado temos a interpretação da vocação agrária do Brasil – hegemônica até os anos 30; de outro, a interpretação voltada à indústria, que se tornará dominante a partir de então e até o final dos anos 50.

Essa primeira interpretação, “produto de longa dominação agrário-mercantil, cobre um amplo período de tempo e é extremamente variada, constituindo uma violência teórica querer reduzi-la a algumas características essenciais”¹⁰⁸. De qualquer maneira, e para ilustrar brevemente, a vocação agrária considera o Brasil um país rico e cheio de futuro, rejeitando o subdesenvolvimento e encontrando uma vocação agrária definitiva. Embora o país não passe de uma oligarquia, aponta-se uma democracia presidencialista aos moldes estadunidenses. A ausência de conflitos (sociais e raciais) é uma característica da visão do plano social, enquanto

¹⁰⁵ Tendo em vista o objetivo específico desse trabalho, os termos de cada corrente serão dados em termos gerais. No **Anexo 1** do presente trabalho encontra-se um quadro-síntese de tal pensamento, com a identificação dos principais autores em que a coluna “projeto econômico básico” é a chave de compreensão do mapa. Neste anexo será possível verificar que essas correntes não se distinguem apenas por essa chave em específico, mas baseavam-se em corpos analíticos distintos, em instituições e meios de divulgação próprios. Presta-se, em suma, para facilitar o aprofundamento em alguma das vertentes específicas não esgotadas nesta dissertação.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 19.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 19.

¹⁰⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

no aspecto cultural “a interpretação da vocação agrária ignora que a cultura brasileira de então, de um lado era uma mera cultura ornamental, de salão, desligada do desenvolvimento das forças produtivas; de outro, era uma cultura transplantada, sem capacidade de formulação teórica original ou crítica”¹⁰⁹.

Para essa interpretação, o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna (1922) vê embranquecer-se. É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado (1928). É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto, mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal O Estado de São Paulo, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufânista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freire. É o país cordial de Buarque de Holanda. É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudín.¹¹⁰

Portanto, a partir da década de 1930, a industrialização estabeleceu-se, paulatinamente, como valor ideológico na medida em que significou uma prioridade para a Nação que se gestava, e operou um movimento estratégico de deslocamento da vocação agrária para a vocação industrial. Vozes como a de Eugênio Gudín não foram simplesmente desconsideradas, mas as insistências na própria vocação agrária do país mostravam-se em completa dissintonia com as necessidades concretas de expansão, antepostas ao crescimento industrial. E aí não é outro senão o conflito nos anos 45 com os desenvolvimentistas que defendiam um projeto de superação do subdesenvolvimento pela industrialização integral. Para compreensão dessa vocação industrial contraposta é possível identificar três correntes básicas: o neoliberalismo, o desenvolvimentismo e o socialismo¹¹¹.

A tese neoliberal sobre a indústria curiosamente é protagonizada pelo mesmo Eugênio Gudín que defendia um Brasil agrário. E embora aparentemente careça de sentido, não o é. O discurso neoliberal vai definir-se por contraste com os desenvolvimentistas a partir da defesa do livre mercado para alcance da eficiência econômica, mas não por isso se colocavam em oposição total à industrialização (ao menos abertamente), e diziam-se até favoráveis a certa

¹⁰⁹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹¹⁰ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹¹¹ Divisão proposta por Ricardo Bielschowsky. Cf. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

diversificação industrial. “Sua marca característica, contudo, era a oposição, ou pelo menos a omissão, quanto a propostas desenvolvimentistas”¹¹², já que sua participação no debate econômico se colocava no plano das condições de equilíbrio monetário para maximização da eficiência de mercado, e a intervenção estatal era admitida exclusivamente para correção de desajustes nesse sentido.

Os socialistas a partir de uma perspectiva e táticas das “lutas antifeudais” e “anti-imperialistas” radicalizavam o projeto básico da industrialização como uma das ferramentas para a transição para o socialismo. Esse ideal subordinava toda a leitura econômica da industrialização, já que o Partido Comunista Brasileiro, que vinculava os intelectuais dessa corrente, considerava como luta prioritária.

Mas como já dito, a corrente que permaneceu e impactou diretamente no terreno do desenvolvimento foi a desenvolvimentista, que em suma sustentava o projeto de industrialização integral, considerada como forma de superação do atraso e da pobreza. Para formar um capitalismo moderno no país, o planejamento da economia e a intervenção estatal eram extremamente necessários. Aqui também é possível apresentar três subcorrentes: do setor privado (onde se destaca a obra de Roberto Simonsen); do setor público nacionalista (onde se localiza a obra de Furtado) e do setor público não nacionalista (com Roberto Campos, por exemplo).

Seus aspectos diferenciais básicos podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Os economistas desenvolvimentistas tinham, segundo sua carreira profissional, preocupações e linguagens algo distintas. Aqueles que atuavam no setor privado privilegiavam a defesa dos interesses empresariais de uma forma que não ocorreria aos que trabalham no setor público, por força dos compromissos que naturalmente assumiam.
- b) No setor público havia duas posições desenvolvimentistas básicas quanto à intervenção estatal: os economistas que denominamos “não nacionalistas” preconizavam soluções privadas, de capital estrangeiro ou nacional, para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura, admitindo a intervenção estatal apenas em último caso; e os “nacionalistas”, ao contrário, advogavam a estatização dos setores de mineração, transportes, energia, serviços públicos de modo geral e alguns segmentos da indústria de base. Já entre os desenvolvimentistas do setor privado, as posições sobre o assunto não eram uniformes, encontrando-se economistas que se aproximavam da primeira posição e outros de visão mais nacionalista.¹¹³

¹¹² BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 33.

¹¹³ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 33.

Juntamente de Celso Furtado na corrente do setor público nacionalista estão os pensadores do Grupo de Itatiaia, responsáveis pela publicação dos Cadernos do Nosso Tempo (1953-1955) e que acabam se reunindo posteriormente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹¹⁴. Os intelectuais públicos do ISEB¹¹⁵ desenvolviam sobretudo reflexões políticas sobre o (sub)desenvolvimento. O pensamento começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária: “a cultura brasileira é então definida como alienada, heterônima, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial”¹¹⁶, e é a partir daí que esses autores irão propor um projeto de industrialização e independência política. Isso seria dado não somente para finalidades econômicas, mas também para construir uma identidade cultural brasileira.

É de se destacar que, muito embora nenhum desses autores seja marcadamente marxista, as influências de Marx em suas obras são claras. A partir de um método historicista dual – e, é bom que se diga, ideologicamente comprometido –, o ISEB divide a sociedade em dois blocos: a oligarquia agrário-mercantil dominante, imperialista, formada por uma burguesia agrário mercantil interessada na manutenção de um *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador, e, de outro lado, “sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações substituidoras de

¹¹⁴ “O ISEB foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. O ISEB foi um dos centros mais importantes de elaboração teórica de um Programa do curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, promovido pelo ISEB. Rio de Janeiro, 14 maio 1959 projeto que ficou conhecido como “nacional-desenvolvimentista”. Criado ainda no governo Café Filho, o ISEB iniciou suas atividades quando Juscelino Kubitschek assumia a presidência da República e quando o país acelerava a sua industrialização, com a ampliação dos investimentos privados nacionais e estrangeiros, além do investimento estatal. Os intelectuais do ISEB apoiaram a política de desenvolvimento de JK, por considerá-la muito próxima das ideias que vinham formulando”. (ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimentismo**. Disponível em <<https://goo.gl/7B8VVc>>. Acesso em 26 nov. 2018).

¹¹⁵ O cientista político Hélio Jaguaribe é, sem dúvida, um dos principais formuladores teóricos do grupo. Entretanto, o pensamento da sociologia de Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Ewaldo Corrêa Lima, também são fundamentais. Destaque-se, entretanto, que o pensamento do economista Ignácio Rangel – que monta um modelo particularmente original e dialético do desenvolvimento brasileiro –, em que pese tenha intelectual atuante no Iseb e no Clube dos Economistas, diverge de todas as demais correntes, sendo comumente apontado como um pensador independente quando, para fins metodológicos, se pretende subdividir grupos dentro do pensamento econômico.

¹¹⁶ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

importação da velha oligarquia”¹¹⁷. Esse segundo grupo seria aquele identificado como a “burguesia nacional”, moderna, com ímpeto industrializante, e socialmente progressista.

Mas restringir o ISEB a uma ideologia só burguesa é um erro, uma generalização que ignora as inúmeras peculiaridades do Instituto. Em 1958, por exemplo, Alberto Guerreiro Ramos adota uma posição de esquerda não-marxista e passa a fazer a crítica do próprio ISEB, gerando uma cisão dentro do Instituto, que também estava em um processo de radicalização, acompanhado do Partido Comunista.

O ISEB, por exemplo, entra em crise e se divide em 1958, a partir da posição crítica e independente de Alberto Guerreiro Ramos (1961 e 1964), notável sociólogo que adota uma posição de esquerda não-marxista e passa a fazer a crítica do próprio ISEB (do qual, por outros motivos, também se desliga em um momento anterior, Hélio Jaguaribe quando escreve que as empresas multinacionais estavam contribuindo para a industrialização do país), então em processo de radicalização política, e do PCB.

É de se notar que esses intelectuais, de um lado, embora estivessem constatando e analisando uma realidade, de outro serviam de instrumentos de uma ideologia ascendente burguesa no país, estavam formulando, em termos técnicos, o que outrora era identificado como mero desejo.

Assim como Furtado, o ISEB irá pensar o desenvolvimento a partir do traçado de uma estratégia nacional para o alcance da industrialização. Nesse sentido a proposta nacionalista se mostra como o reclame da transferência do centro de decisão para dentro do país. O Estado se apresenta como um instrumento de ação coletiva para o desenvolvimento. Mais do que isso, um instrumento de coordenação da estratégia nacional de desenvolvimento por meio do sistema jurídico, dos mercados regulados e do aparelho burocrático. E para tanto, entre capital e trabalho forma-se uma aliança, que embora não elimine o conflito, permanecerá em prol do projeto de desenvolvimento nacional.

Finalmente, ao posicionar Celso Furtado nesse “mapa” do pensamento econômico brasileiro. Contemporânea às discussões travadas pelo ISEB são as suas análises econômicas. Furtado, por sua vez, mesmo possuindo muitos pontos comuns com o ISEB, desenvolve uma obra que passou a ser apontada como um marco do desenvolvimento econômico brasileiro, e

¹¹⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

junto com o projeto de industrialização da CEPAL foi mais bem-sucedida ao influenciar os rumos desenvolvimentistas do país.

Simultânea e contraditoriamente, Furtado é o menos “chicherizado dos intelectuais brasileiros de seu tempo e o mais ideológico de todos”, já que sua obra pode ser identificada como um “certo zigue-zague determinado pela obsessão de produzir conhecimento que se transforme em ação”.¹¹⁸

A análise econômica de Furtado buscava na história a possibilidade de descrever as estruturas em movimento, “visando a uma interpretação globalizante de processos sociais historicamente determinados, que por isso mesmo tanto poderiam revelar o acúmulo do atraso das estruturas quanto à possibilidade de sua mutação, passíveis, portanto, de ganhar maior racionalidade no curso da história”¹¹⁹.

Foi daí que, a partir de um método histórico-estrutural, Celso Furtado consegue compreender integralmente o processo – específico e complexo – da condição do subdesenvolvimento. Condição decorrente de estruturas malformadas, mas dotadas de enorme capacidade de persistência e reprodução na realidade. É com essa metodologia que apresenta cientificamente a dupla desenvolvimento-subdesenvolvimento efetivamente como um par, dialético (embora distinto), sendo o subdesenvolvimento a outra face do próprio processo de desenvolvimento – e não uma fase prévia, ou um dos pontos num *continuum* evolutivo para o alcance do desenvolvimento.¹²⁰

Esse método está longe de ser uma teorização vulgar, tendo sua força, sobretudo, em apontar a emergência de processos que não eram perceptíveis nem importantes para outras vertentes teóricas. Desenvolvido-subdesenvolvido, moderno-atrasado escapa tanto da a-historicidade neoclássica “quanto ao mecanicismo das “etapas” e dos modos de produção sequencias próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo”¹²¹. Também inova ao teorizar contemporaneamente os processos que mascaram os interesses de classe e são postos como interesses da nação.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 35.

¹¹⁹ BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In: AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. *E-book*. p. irreg.

¹²⁰ O “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser tomados como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente” (FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 23). Nesse sentido, cf. FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

¹²¹ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 15.

Nesse sentido, compreender o subdesenvolvimento envolvia também alargar o conceito de acumulação, investigando seu perfil e a orientação do esforço acumulativo de determinada sociedade. Quais as razões pelas quais determinado povo atrasa, trava ou interrompe sua acumulação (re)produtiva, não canalizando adequadamente, mas, pelo contrário, esterilizando excedente social? Por que algumas sociedades logram maiores graus de homogeneização social e satisfação de suas necessidades básicas, enquanto outras promovem uma incompatível diversificação e sofisticação do lado da demanda, reproduzindo modos de vida miméticos? Como uma sociedade historicamente acumula atraso e deforma suas estruturas sociais, dinamizando apenas o consumo conspicuo e ostentatório, realizando progresso técnico pelo lado da demanda, pela via da modernização em acelerada temporalidade e jaz comandada por elites aculturadas e por processos induzidos do exterior?¹²²

É por isso que Furtado utilizará a industrialização combinada com aquele consenso entre capital e trabalho para que se alcance o desenvolvimento. Por outro lado, Francisco de Oliveira aponta que uma inconsistência teórica da construção furtadiana se encontra em esperar igual agregação de valor entre a produção de bens primários e a produção de bens manufaturados. Isso porque, do ponto de vista de sua formalização, uma análise mais cuidadosa levaria a “não postular essa aparência, pois a base da teoria da contabilidade social repousa justamente sobre a noção de valor agregado, e não seria de esperar que economias com divisões sociais de trabalho tão desiguais produzissem o mesmo valor agregado”¹²³, já que tanto os preços internacionais quanto as relações de troca daí decorrentes são diretamente derivadas dessa divisão social do trabalho e da agregação de valor por ele produzida.

Mas a versão marxista – que não é a de Furtado ou a da Cepal – sobre a temática também não soluciona esse impasse. Desconsideram que Marx foi explícito em sua afirmação de que a estruturação do capitalismo industrial de uma divisão internacional do trabalho não se dá mediante troca desigual de valores. “A famosa comparação entre o valor produzido por um artesão chinês e o que resulta do emprego da força de trabalho de um operário inglês é suficientemente clara a respeito”¹²⁴.

A rigor, a não incorporação completa da teorização de Marx sobre a internacionalização do capital irá levar Furtado a perceber somente mais tarde que a industrialização preconizada foi realizada na grande maioria dos países latino-americanos por

¹²² BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In: AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. *E-book*. p. irreg.

¹²³ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 15.

¹²⁴ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 16.

meio de associações com o capital estrangeiro, colocando por terra a noção de troca desigual via relação de trocas no comércio internacional.

Mas a contribuição furtadiana é inovadora precisamente ali onde também comete equívocos, pois antecipa a questão que somente vai ser percebida em sua inteireza já correndo os anos 1960: não há nenhuma “contradição antagônica” entre países produtores de manufaturas. No capitalismo moderno, a divisão internacional do trabalho está estruturada muito menos por uma “divisão entre as nações” do que por uma “divisão interna do trabalho” entre as empresas em escala internacional: estas são as multinacionais que Stephen Hymer vai teorizar mais tarde. De algum modo, pois, ao escapar do clichê do marxismo vulgar e dos epígonos de David Ricardo, a teorização furtadiana enriquece e dá alguns passos adiante no aprofundamento de uma teoria da divisão internacional do trabalho cujos alicerces estão na internacionalização prevista por Marx, na teoria leninista do imperialismo e na posterior teorização de Hymer sobre as empresas multinacionais.¹²⁵

Foi somente após escrever *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*¹²⁶ irá perceber que a industrialização, por si só, no contexto latino-americana é um mecanismo de concentração de renda e não de maior e melhor distribuição. E “não porque não crie emprego, mas porque a suposição de uma relação unívoca no modelo keynesiano entre multiplicadores de renda e emprego eram falsas”¹²⁷, como será analisado com maiores detalhes no terceiro capítulo desta pesquisa.

De todo modo, a despeito de tamanhas contribuições, o desenvolvimentismo entrou em crise, ou melhor, foi colocado em crise. Lutas dentro da própria esquerda e o advento do Golpe Militar acarretaram, em certa medida, a recuada desses pensamentos. A crise política e econômica resultou em um vácuo político do poder entre 1960 e 1964, culminando com o Golpe de Estado de 1964, viabilizou um pacto autoritário capitalista, próprio de um novo sistema de dominação.

O Golpe rompeu definitivamente com qualquer aliança ou tentativa de unificação da burguesia nacional. Aliás, “falar ainda de revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da

¹²⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 17.

¹²⁶ FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹²⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 18.

esquerda com a burguesia depois da violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível”¹²⁸.

a interpretação autoritário-modernizante, além de seu caráter essencialmente capitalista, na medida em que defende enfaticamente a livre empresa, é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia não apenas como regulador mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, antiliberal, burguês e tecnoburocrático, da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizante. O que desaparece é o discurso nacionalista e principalmente o discurso popular ou populista. O discurso nacionalista desaparece porque a industrialização consolidara-se através da proteção alfandegária (Lei de Tarifas de 1958) e da aliança da burguesia local com as novas empresas multinacionais industriais. O discurso popular torna-se desnecessário, já que os trabalhadores foram excluídos do pacto social. Ao invés de aliança com os trabalhadores, fala-se agora em segurança nacional, que, no contexto de 1964, significará repressão policial contra os trabalhadores e a esquerda.¹²⁹

Nesse momento, por outro lado, a esquerda vai se dividir ainda mais e em posições nem sempre claramente distintas. Bresser-Pereira¹³⁰, por exemplo, vai destacar três correntes fundamentais nesse período: (i) interpretação funcional capitalista; (ii) interpretação da super-exploração imperialista; (iii) interpretação da nova dependência. Obviamente essas interpretações já estavam sendo desenvolvidas antes de 1964, “mas é um engano pensar que o debate nas ciências sociais se resolve no campo puro das ideias ou ideologias”¹³¹.

É possível dizer que, a partir de então, a hegemonia de uma interpretação autoritário-modernizante, característica dos governos militares, representa a vitória da Escola Superior de Guerra – na época agente ideológico principal dessa nova interpretação – sobre todas as demais correntes que se propunham a pensar um desenvolvimento nacional-burguês.

¹²⁸ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹²⁹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹³⁰ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹³¹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

E nesse sentido, é sintomático que o ISEB, o Partido Comunista e a CEPAL, tenham perdido seu significado político e ideológico a partir do momento em que deixaram de representar interpretações vivas do Brasil ou da América Latina.

As reflexões mais nacionalistas foram substituídas por uma política que embora tenha sido identificada pela esquerda democrática como uma submissão aos interesses de empresas multinacionais, que continuavam os investimentos na industrialização do país no período, refletia, ao contrário, “apenas o medo do comunismo, então avassalador, e levando a burguesia local e o governo americano a apoiarem o regime autoritário”¹³².

Mas é evidente, também, que as multinacionais tinham papel forte no estabelecimento desses novos caminhos. Roberto Campos, o intelectual que pode aqui ser destacado como o grande responsável por essa proposta autoritária de desenvolvimento, embora comumente definido como um economista neoclássico, ao contrário dos neoclássicos, defende o planejamento econômico por meio da tecnocracia. Mas essa proposta nada se assemelha à defesa de multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao Brasil restaria a função primário-exportadora¹³³. Trata-se de um plano econômico de cooptação da análise neoclássica pela perspectiva tecnoburocrática do planejamento econômico, visando à manutenção dos investimentos daquelas empresas, que marcou o regime militar. Algo semelhante ao que Bielschowsky enquadrou como um “desenvolvimentismo do setor público não nacionalista”¹³⁴.

É por isso, e nesse panorama, que o pensamento da ISEB e de Furtado serão um primeiro eixo teórico de análise de toda a reflexão que adiante será travada neste trabalho. As três frentes: Estado, nacionalismo, e capital e trabalho, deverão ser recuperadas não como um mero transplante estanque, com uma cobertura superficial de algo sempre igual a si mesmo. Mas porque “houve um pequeno *intermezzo* em que a contribuição de Furtado foi escanteada como superada pelos ideólogos do neoliberalismo”¹³⁵, mas a economia e a política brasileira

¹³² BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

¹³³ Esta é a visão de Eugênio Gudin, preocupado em criticar a tese de Prebisch contra a lei das vantagens comparativas do comércio internacional e as teorias da CEPAL.

¹³⁴ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

¹³⁵ Washington Peluso Albino de Souza divide o neoliberalismo em três fases: a de regulamentação, a de regulação e a de austeridade. Neste trabalho, utiliza-se a expressão neoliberalismo especificamente para se falar do neoliberalismo de austeridade. Para essa diferenciação, cf. CLARK, Giovani; [CORREA, Leonardo Alves](#); NASCIMENTO, Samuel Pontes do. O Direito Econômico, o pioneirismo de Washington Peluso Albino de Souza e o desafio equilibrista: a luta histórica de uma disciplina entre padecer e resistir. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 73, p. 301-324, 2018.

pagaram um alto preço por esse descaso. Hoje, as questões propostas por Furtado voltam em toda sua atualidade dramática”¹³⁶.

A ideologia furtadiana estava ancorada em bases incrivelmente reais, e foi aí que colheu forças para influenciar todo um estilo de gestão econômica e estatal: estava ancorada de fato, embora assim a teorização furtadiana não o compreendesse, nas novas funções do Estado no capitalismo dos oligopólios. Porque mesmo as torpes figuras dos “entreguistas” clássicos, toda laia que vai de Roberto Campos, passando por Lucas Lopes, Gouveia de Bulhões, até Delfim Netto, embora não comungassem ideologicamente do *love the government*, eram também estatizantes, obedecendo a lógica do capitalismo oligopolista. Mas estes últimos sempre pensam que a intervenção do Estado é passageira, apenas preparatória da assunção, pela empresa privada, dos ramos e setores que o Estado desbrava, enquanto furtado e as gerações que ele formou padeciam de uma fúria amorosa pelo Estado: o primeiro, por ter descoberto keynesianamente a autonomia do gasto estatal em relação às imediatas condições concretas da demanda e da oferta agregadas, e, muitos dos segundos, misturando essa confusa noção com outra mais confusa ainda, de extração marxista vulgar, da estatização ante-sala do socialismo¹³⁷.

Agora, sob um disfarce até mesmo “pós-moderno”, alguns discursos neoliberais pretendem retornar freneticamente a práticas que foram o apanágio de um Brasil oligárquico e até mesmo retrógrado. A recuperação desses pensamentos subversivos – na medida em que encontram brechas de subversão da ordem dentro do próprio sistema posto e da estrutura estatal pretensamente estanque – é extremamente necessária. “Nestes tempos em que doutrinas e políticas ao arrepio da formulação dos problemas brasileiros pelos seus demiurgos são implementadas, a ferro e fogo, atentando contra algumas das bases da formação nacional”¹³⁸, a retomada da teoria formulada por esses pensadores é sobretudo uma prática de resistência e proposição.

Assim, após situar o desenvolvimento e o trabalho nas políticas delineadas no Brasil, e na sequência localizá-las também no seio da compreensão do pensamento econômico sobre o tema, cumpre estabelecer o debate no âmbito da Teoria do Estado e na compreensão do Direito em si.

¹³⁶ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 7.

¹³⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 20.

¹³⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. p. 118.

Seção 3. O trabalho numa teoria dialético-participativa da democracia: desenvolvimento e o exercício de soberania por indivíduos produtores

Após todas as tentativas expostas nos capítulos anteriores, infelizmente não se pode concordar que *O Brasil deu certo, e agora?*¹³⁹. Embora se tenha tomado a Constituição praticamente como um ato de fé em sua efetividade, “nosso sonho de uma sociedade próspera e democrática transformou-se em sono agitado, depois em insônia ansiosa, até virar pesadelo. Acordamos trinta anos mais tarde em um mundo não desejado, em um mundo que nos dá medo”¹⁴⁰.

É digno de atenção e constantemente apontado, que a “democracia moderna somente existiu em países com sistemas econômicos em que a produção e a distribuição são exercidas principalmente por empresas de propriedade privada e fortemente orientadas para o mercado — vale dizer, em países com sistemas econômicos capitalistas”¹⁴¹.

Entretanto, diante de diversas crises – econômica, política, etc. –, as democracias contemporâneas, inclusive a brasileira, carece da reconstrução de um projeto democrático em todas as áreas da vida social, permitido pelo potencial transformador da política.

O interesse maior é a condução de instituições, práticas e de doutrinas que sejam menos vulneráveis a crises, orientadas ao avanço de um modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades econômicas e educativas. “A utilidade prática da reconstrução é facilitar o objetivo mais premente na maioria das democracias contemporâneas: a construção

¹³⁹ **O BRASIL Deu Certo. E Agora?**. Direção de Louise Sottomaior. S.l: Cultura Maior, 2013. Son., color. Idealização de Maílson da Nóbrega. O documentário, idealizado por Maílson da Nóbrega, ministro da Fazenda do governo Sarney, que também é narrador no longa-metragem, conta com depoimentos de três ex-presidentes da República, doze ex-ministros de Estado, sete ex-presidentes do Banco Central e especialistas em finanças como Roberto Setúbal, ex-presidente do banco Itaú, e Alexandre Saes, Professor de história econômica da FAE-USP. A primeira parte do documentário introduz, com superficialidade, o problema econômico vivido pelo país entre o descobrimento e a Era Vargas, com o objetivo de demonstrar que nunca houve estabilidade no Brasil. Já na segunda parte, são abordadas as transformações da economia do período da ditadura militar até a atualidade. Chama atenção o tom dado ao viés econômico da ditadura e o desenvolvimento que supostamente acarretou, a realidade dos chamados anos perdidos, o confisco de Collor e a invenção do Plano Real como grande salvador da economia nacional. Na narração não há em nenhum momento a opinião dos cidadãos (sequer de forma dirigida), não há também considerações de nenhum especialista que não tenha participado ou se beneficiado política ou economicamente dos governos citados. Não há outros economistas para explicar ou discordar de alguma prática dos modelos de gestão, mesmo o neoliberal (que não é citado como tal). O desafio que remanesce na conclusão do documentário é o combate à corrupção e a permanência de desigualdades sociais, uma vez que, ao que pretende parecer, a prosperidade plena foi alcançada antes de 2002.

¹⁴⁰ GÉNÈREUX, Jacques. **O horror político**: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 10.

¹⁴¹ DAHL, Robert. Porque mercados livres não bastam. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 227-236, abr. 1993.

de um novo modelo de desenvolvimento baseado em ampliação de oportunidades para aprender, para trabalhar e para produzir”¹⁴².

Em que pese Unger afirme que, “a prática do direito — inclusive do direito constitucional — trocaria a idealização das normas vigentes (o discurso dos princípios e das políticas públicas) pela imaginação das instituições alternativas. O vínculo entre a ideia da democracia e a prática do direito é claro e simples”¹⁴³. Ao direito, a começar pelo direito constitucional, cabe organizar este processo e tomar como suas as aspirações do projeto democrático, embora não necessariamente abandonando o caráter principiológico da Constituição, com fins a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Assim, tanto o direito quanto a democracia é, ao mesmo tempo, método e alvo.

A compatibilização, entretanto, do direito e da democracia para o alcance do projeto de desenvolvimento não é tão natural como a princípio pode parecer. Sobretudo quando aqui a mediação pelo trabalho também pode ser uma alternativa presente. Dessa forma, primeiramente cumpre demonstrar tais percursos.

A teoria da democracia clássica, assim como apontada por Schumpeter¹⁴⁴, analisa o método democrático clássico como um “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, o qual realiza o bem comum, fazendo com que o próprio povo decida questões através da eleição de indivíduos, os quais devem reunir-se em assembleias para executar a vontade desse povo”¹⁴⁵. Enquanto para a moderna teoria política, segundo ele, seria a democracia “aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo”¹⁴⁶.

Dahl, em *Uma introdução à teoria democrática*¹⁴⁷, em que pese não deixe claro seu ponto de vista sobre a “teoria clássica”, observa que não existe uma teoria democrática, mas apenas teorias democráticas variadas. Mas assim como Schumpeter, defende uma teoria da democracia moderna e explicativa, em substituição daquelas “clássicas”, apresentando a

¹⁴² UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

¹⁴³ UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

¹⁴⁴ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹⁴⁵ SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

¹⁴⁶ DAHL, Robert. **Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

¹⁴⁷ DAHL, Robert. **Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

democracia como poliarquia, também centrada em arranjos institucionais calcados no processo eleitoral.

A delimitação e escolha por um caminho de desenvolvimento a ser tomado passa pelo seu viés econômico, exposto anteriormente, mas é sobretudo pela delineação do mecanismo de poder e com a forma jurídica estabelecida que se operacionalizam tais anseios. Nessa configuração, “o poder é difuso e fragmentado entre uma pluralidade de grupos que influenciam de maneiras diversas o processo decisional complexo”¹⁴⁸, uma poliarquia que pode ser mais ou menos democrática.

Mas um aspecto interessante na teoria de Dahl, refere-se à discussão acerca dos pré-requisitos sociais para um sistema poliárquico. Um desses requisitos seria o consenso a respeito das normas, que dependeria de um “treinamento social” (operado em três tipos: de reforço, neutro e negativo) a respeito da escolha dessas regras, que poderia ocorrer na dinâmica social das escolas, igrejas, famílias, etc. Dahl não diz no que consistiria esse treinamento, mas “é de se presumir que o treinamento social ‘efetivo’ seria aquele que desenvolvesse atitudes individuais para apoiar as normas democráticas”¹⁴⁹.

Ocorre que, conforme ressalta Carole Pateman, não é possível simplesmente dar como superadas as teorias clássicas da democracia como pretendeu Schumpeter. A autora afirma que essa visão decorre do fato de Schumpeter ter dissimulado “o fato de que nem todos os autores que gostariam de ser chamados de teóricos ‘clássicos’ da democracia adotaram o mesmo ponto de vista a propósito do papel da participação”¹⁵⁰.¹⁵¹

Ademais, Pateman ressalta que a teoria clássica¹⁵² (ou seja, a teoria da democracia participativa) tinha um propósito ambicioso, a da educação para a prática democrática, que curiosamente aparece em Dahl na forma de “treinamento social”. O “negócio pendente” na teoria democrática contemporânea seria justamente a carência da “elaboração de planos de ação

¹⁴⁸ COSTA, Pietro. Democracia política e Estado constitucional. In: COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico**. Curitiba: Juruá, 2010. *E-book*. p. irreg.

¹⁴⁹ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 20.

¹⁵⁰ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 33.

¹⁵¹ É o exemplo de Stuart Mill e Rousseau, onde a participação revela funções bem mais abrangentes e é fundamental para o estabelecimento e manutenção do Estado democrático, “Estado esse considerado não apenas como um conjunto de instituições representativas”, mas como aquilo que a autora denomina como sociedade participativa (PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 33.)

¹⁵² Especificamente fazendo referência à crítica contemporânea de Schumpeter à filosofia política do século XVIII, que identificava o modelo democrático como arranjo institucional que viabiliza a tomada de certas decisões tendentes a realizar o bem comum, em que este bem comum poderia ser reconhecido ou definido por todos os cidadãos comuns.

e prescrições específicas que proporcionem uma esperança de progresso, no sentido de um Estado genuinamente democrático”¹⁵³.

Assim, recupera os “clássicos” da teoria democrática participativa justamente para verificar as possibilidades da sua realização empírica de tais prescrições daqueles autores, em uma configuração política complexiva. Igualmente, para fins da investigação proposta neste trabalho, será recuperado, especialmente, as ideias de George Douglas Howard Cole, teórico político do século XX, que “desenvolveu uma teoria da democracia participativa que não apenas incluía e ampliava os postulados básicos, mas inseria-se no contexto de uma sociedade moderna, de grande escala e industrializada”¹⁵⁴.

Não se trata, a partir dessa estratégia, da pretensão de se estabelecer um enxerto (filologicamente adaptado) de uma nova teoria da democracia (de uma democracia pluralista *à la* Dahl), mas sim de mas sim de rechaçar os “modelismos”, identificando a construção democrática em um “paradigma ‘pluralístico’, e não mais à imagem ‘clássica’ (como a chamava Schumpeter) da democracia”¹⁵⁵.

Ademais, em que pese Cole tenha realizado a primeira formulação plano detalhado de uma sociedade participativa na forma de um socialismo de guildas¹⁵⁶, para este trabalho “os

¹⁵³ O que, por si só, não seria incompatível com as “novas formulações”. Ressalte-se que o próprio Dahl constantemente teve de, expressamente, apresentar defesa às críticas de que sua elaboração teórica seria uma nova teoria normativa da democracia.

¹⁵⁴ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 34.

¹⁵⁵ COSTA, Pietro. Democracia política e Estado constitucional. In: COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010. *E-book*. p. irreg.

¹⁵⁶ “A estrutura do socialismo de guilda se organizava, horizontal e verticalmente, dos pés à cabeça, e era participativa em todos os níveis e aspectos. A estrutura vertical devia ser de natureza econômica, pois de acordo com os bons princípios funcionalistas as funções políticas e econômicas deviam ser separadas na sociedade. Do lado econômico, a produção e o consumo eram também diferenciados. O que em geral se considerava como “guildas” na verdade devia ser a unidade da organização no setor da produção. Para a esfera econômica Cole também propunha o estabelecimento de cooperativas de consumidores, conselhos de utilidades (para abastecimento de gás, etc.), guildas cívicas para cuidar da saúde, educação, etc., e conselhos culturais para “expressar o ponto de vista cívico” — e alguns outros corpos ad hoc que poderiam prover o necessário em uma área específica. A oficina deveria ser o “bloco de construção” básico da guilda e, de modo similar, a unidade básica de cada conselho, entre outras coisas; devia ser pequena o bastante para permitir o máximo de participação de todos. Cada guilda elegeria representantes para os estágios mais altos da estrutura vertical, para as guildas e conselhos locais e regionais, e, no nível mais alto, para o Congresso de Guildas Industriais (ou o seu equivalente). O propósito da estrutura (política) horizontal era dar expressão ao “espírito comunal da sociedade global”. Cada cidade ou área rural teria a sua própria comuna, onde a unidade básica seria o bairro, novamente para permitir o máximo de participação dos indivíduos, e os representantes seriam eleitos a partir das guildas e demais corpos locais da comuna, com base nos bairros. A camada horizontal seguinte seria composta por comunas regionais, reunindo a cidade, o campo e as guildas regionais, e no topo estaria a Comuna Nacional que, pensava Cole, seria um corpo de mera coordenação sem se constituir no prolongamento funcional, histórico ou estrutural do Estado existente.” (PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 58-59)

princípios por trás do socialismo de guilda são bem mais do que as formas efetivas de organização imaginadas pelos socialistas de guilda”¹⁵⁷.

O argumento de Cole afirma que o sistema industrial em grande parte é a chave para o paradoxo da democracia política. Segundo o autor, a razão da maioria ser nominalmente grandiosa, mas efetivamente impotente, decorreria do fato das circunstâncias de suas vidas não os acostumarem para o poder e, até mesmo, para a responsabilidade. É dizer, um sistema servil na indústria, refletia-se necessariamente em servidão política.¹⁵⁸

Nas suas objeções ao sistema capitalista, uma das principais era a de que, nela, o trabalho era simples mercadoria, negando-se humanidade ao trabalho. Num sistema de socialismo de guilda, ao se reestabelecer o reconhecimento dessa humanidade, se reestabeleceria o reconhecimento do direito à igualdade de oportunidades e de posição social, ou seja, a igualdade de independência indispensável a participação política.

Mais importância do que a dada mera socialização dos meios de produção para alcance da prática democrática efetiva, são dados dois outros fatores: sob um sistema participativo haveria um grupo de pessoas iguais na tomada de decisões na empresa e, mais, “a organização participativa da indústria levaria a abolição do medo de desemprego do homem comum e, desse modo, à abolição da outra grande distinção de posição social: a desigualdade na segurança da manutenção do emprego”¹⁵⁹.

Embora Cole considerasse a “eficiência material” apenas como um dos objetivos da organização social e política, pensava que uma sociedade participativa seria superior também nesse aspecto. Sob condições de segurança e igualdade econômica, a motivação do lucro – a motivação de “ganância e medo” – seria substituída pela motivação do trabalho livre, e os trabalhadores veriam que seus esforços seriam para o benefício de toda a comunidade. Cole pensava que existiam grandes reservas insuspeitadas de energia e de iniciativa do homem comum que um sistema participativa traria à tona; o autogoverno era a chave da eficiência. Os trabalhadores nunca seriam convencidos a dar o melhor de si sob um sistema que, de qualquer perspectiva moral, é absolutamente indefensável.¹⁶⁰

Dito isso, é possível voltar à leitura do desenvolvimento nesse contexto. Diante do exposto, a opção da Constituição de 1988 não é baseada em noções análogas às de mercado, com foco único na liberdade, como muitas vezes pretende o discurso neoliberal. Na base desse pensamento, encontra-se “uma antropologia problemática, que apresenta o homem como um

¹⁵⁷ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 59.

¹⁵⁸ Cf. COLE, George Douglas Howard. **Guild Socialism Restated**. Nova York: Routledge, 2011.

¹⁵⁹ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 57.

¹⁶⁰ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 58.

ser autossuficiente, essencialmente solitário, que só pontualmente precisa de outros seres ao seu redor. Isso contradiz tudo aquilo que a psicologia, a sociologia ou a história, sem falar do simples bom senso, nos ensinam sobre a identidade humana”¹⁶¹. Além disso, o liberalismo concebido de tal modo torna-se uma “prática política defeituosa” na medida em que desconsidera as desigualdades presentes nas experiências concretas.

A Constituição da República, todavia, não adota um modelo republicano clássico¹⁶². Uma concepção puramente republicana traz consigo a vantagem de se firmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão-somente a uma negociação entre interesses particulares opostos. Nesse ponto, tal abordagem se aproxima das, ou pelo menos não as nega, correntes defendidas por liberais igualitários, como John Rawls¹⁶³ e Ronald Dworkin¹⁶⁴, que, ao contrário dos liberais clássicos, não são insensíveis às condições materiais que são necessárias para aproximar a sociedade dos desejados ideais igualitários, concebendo os direitos de liberdade em sua dupla dimensão¹⁶⁵. Ou seja, para esses autores, por meio de um “empreendimento político”, as decisões majoritárias só seriam de fato democráticas após satisfeitas determinadas condições adicionais que protegem o status de cada cidadão como pertencente a tal empreendimento¹⁶⁶, não é o que a prática e a vivência constitucional demonstram.

De todo modo, é a partir das lentes democráticas e a leitura dos direitos fundamentais emanados da Constituição que se tem a implicação direta da construção de uma estrutura de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que é essa estrutura que possibilitará a promoção desses mesmos direitos. Especialmente em tempos de crise, “sempre subestimamos, no Brasil, a elasticidade do repertório de ideias institucionais disponíveis no mundo”¹⁶⁷. Os mais incríveis fundamentos macroeconômicos nunca serão suficientes sem o substrato garantido pelo direito.

¹⁶¹ TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 111.

¹⁶² Trata-se, em verdade, do “republicanismo pré-moderno”, especificamente quanto aos ideias de soberania. (BRUGGER, Bill. **Republican theory in political thought: virtuous or virtual**. Nova York: St. Martin’s Press, 1999. p. 22).

¹⁶³ Cf. RAWLS, John. **O liberalismo político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 2000.

¹⁶⁴ Cf. DWORKIN, Ronald. **Sovereign Virtue: the theory and practice of equality**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

¹⁶⁵ Cf. GARGARELLA, Roberto. **As teorias da justiça depois de Rawls: um breve manual de filosofia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁶⁶ DWORKIN, Ronald. **Is democracy possible here?: principles for a new political debate**. Princeton: Princeton University Press, 2006. *E-book*. p. irreg. Em igual sentido: NOVAIS, Jorge Reis. **Direitos fundamentais: trunfos contra a maioria**. Coimbra: Ed. Coimbra, 2006. p. 32-35.

¹⁶⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

A questão é ainda mais alarmante quando a especificidade sociológica conferida ao conceito de austeridade, na sociedade brasileira atual, tem reconhecido que “é através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas que se encontram as soluções para a crise composta pela nebulosa dos mercados financeiros, do déficit público do Estado e dos modelos econômicos e sociais seguidos nos últimos anos”¹⁶⁸. Esse fenômeno tem como marca clara o despalante político sustentado pela justificativa econômica, e parte de uma lógica de naturalização das desigualdades, inviável constitucionalmente.

O quadro que se coloca é que ao invés das ações estatais desafiarem e reformarem as instituições das formas existentes de economia de mercado, é o *status quo* econômico que busca moderar as estruturas que pretendem administrar, através de reformas de toda natureza. Ocorre que,

Nenhuma nação reforma seu Estado e sua política para só depois decidir o que fazer com o Estado e com a política reformados. Reforma-os quando se torna necessário reformá-los para atender interesses ou conseguir objetivos que se tornaram irresistíveis. Reforma-os para sobreviver e andar. A constituição do experimentalismo democrático no Brasil só pode avançar no meio de uma luta para reorientar o caminho econômico e social do país. Entre nós, representaria ao mesmo tempo a contrapartida, a condição e a consequência da tentativa de construir outro modelo de desenvolvimento, capaz de dar instrumentos à energia humana que fervilha, frustrada e dispersa, no país.¹⁶⁹

O cerne intuitivo dessa proposta é a “reconstrução econômica na tentativa de substituir a demanda de garantia de emprego pelo aumento dos recursos e capacidades de cada trabalhador-cidadão, possibilitando, assim, a diversificação e descentralização radicais das formas de acesso às oportunidades produtivas”¹⁷⁰, que se dará por meio, inicialmente, de uma política de ciência e tecnologia, como será visto adiante.

Até porque, o artigo 1º da Constituição da República de 1988 institui um Estado Democrático de Direito que “em como fundamentos a dignidade da pessoa humana” (inciso III) e como objetivos fundamentais (artigo 3º), dentre outros, construir uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I) e garantir o desenvolvimento nacional (inciso II).

¹⁶⁸ FERREIRA, Antônio Casimiro. A sociedade de austeridade: poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, 2011. p. 119-136.

¹⁶⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

¹⁷⁰ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016. p. 210.

Enquanto o artigo 170 afirma uma ordem econômica que embora favorece o capitalismo, é estabelecida de maneira eminentemente plural quanto a sua forma, “fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”, em conjunto com uma ordem social que “tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” (artigo 193), “não se limitando ao reducionismo da forma produtiva baseada nos meios privados e a exploração paga do trabalho”¹⁷¹, como equivocadamente apregoam “os defensores da escola da análise econômica do direito, que desvirtuam a aplicação e interpretação do direito”¹⁷².

“Há mais do que uma visão da democracia e do direito neste argumento a respeito da reconstrução constitucional no país. Há também uma ideia de Brasil”¹⁷³. Tal abordagem tem o objetivo de ser uma alternativa programática ao *establishment* econômico por meio das instituições, e nesse sentido, os instrumentos tradicionais de um constitucionalismo essencialmente liberal – reclamados pela economia neoliberal –, componentes de um paradigma já em muito superado, são inadequados.

A qualidade mais importante do Brasil é sua vitalidade. O Brasil é, antes de mais nada, vida. Hölderlin escreveu que quem pensa com mais profundidade ama o que tem mais vida. Por esse critério, o nosso é um país amável.

Entretanto, este país que é, antes de tudo, a encarnação da vitalidade, tem preferido vestir, em todos os departamentos da vida nacional, uma camisa de força — feita de doutrinas e de instituições que suprimem a vitalidade dos brasileiros ao lhes negar os instrumentos das capacitações e das oportunidades. Tiremos a camisa de força.

No cerne da civilização brasileira, há um sonho. O sonho é a reconciliação da pujança com a ternura. Se não transformarmos as instituições e as consciências — democratizando a economia de mercado, dotando uma estratégia nacional insurgente e inovadora de escudo econômico, assegurando o ensino público que converta o espontaneísmo inculto em flexibilidade preparada e aprofundando a democracia —, essa ideia de pujança continuará a ser devaneio, fantasia, escapismo. Na ausência da efetivação da pujança, a ideia da ternura continuará a ser o que quase sempre foi na história de nossa civilização: um álibi pra descrever e para justificar a sentimentalização das trocas desiguais, que tem sido a fórmula tradicional das relações sociais no Brasil.¹⁷⁴

¹⁷¹ CLARK, Giovani. CORRÊA, Leonardo Alves. NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. especial, p. 265-300, 2013.

¹⁷² CLARK, Giovani. CORRÊA, Leonardo Alves. NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. especial, p. 265-300, 2013.

¹⁷³ UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

¹⁷⁴ UNGER, Roberto Mangabeira. A constituição do experimentalismo democrático. **RDA – Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 257, p. 57-72, maio/ago. 2011.

É o que Unger chamará de reinvenção institucional pela «democracia mobilizadora»¹⁷⁵. A pretensão é a tomada de um projeto que leve adiante “antiga esperança radical-democrática de explorar a área de intersecção possível entre as condições institucionais do progresso prático – principalmente do crescimento econômico – e as condições institucionais da independência do indivíduo da hierarquia extrema e arraigada”¹⁷⁶. Com a distinção, entretanto, na aposta da afinidade “entre a flexibilidade que a inovação econômica e tecnológica permanente exige e o interesse humano numa experiência mais plena de liberdade”¹⁷⁷, especialmente a partir do pressuposto da “autodeterminação no mundo do trabalho como o centro do processo de exercício da soberania por parte de cidadãos entendidos como ‘indivíduos produtores’”¹⁷⁸. Um possível experimento neste sentido será apontado no terceiro capítulo deste trabalho.

A grande contribuição de Cole à teoria democrática “foi atrair a nossa atenção para o inter-relacionamento entre os indivíduos e as estruturas de autoridades no interior das quais eles interagem”, e especialmente por meio da prática do trabalho.

Obviamente, há pouca evidência empírica para apoiar uma afirmação no sentido de que na democracia industrial, a participação integral nos níveis mais altos, é impossível. Existe, por outro lado, o suficiente para sugerir que se trata de uma questão complexa, que envolve muitas dificuldades; muito mais do que está presente nos primeiros escritos G. D. H. Cole.

Ocorre, por outro lado, que mesmo que não se busque um transplante socialista para a realidade brasileira (o que, frise-se, não se defende de forma alguma), a consideração do trabalho na teoria da democracia é essencial para a consideração de um modelo de desenvolvimento autenticamente nacional e, mais, atual.

Aliás, essa preocupação que, como exposto na seção anterior, foi arraigada na interpretação econômica de desenvolvimento por Celso Furtado, encontra substrato na atual teoria política de Mangabeira Unger para o mesmo objetivo, “onde este exalta a perspectiva da mudança institucional, como mola propulsora de um novo patamar democrático, levando-se em consideração principalmente seus impactos e propostas para mudança na formação social do

¹⁷⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁷⁶ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016.

¹⁷⁷ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016.

¹⁷⁸ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016.

Brasil”¹⁷⁹.

Ademais, não é muito destacar que embora Mangabeira Unger confronte a perspectiva da esquerda marxiana, especialmente no que concerne à possibilidade de ruptura com o sistema, está em consonância com as ideias de Marx no tocante à necessidade de um “novo projeto democrático” e aproveita a concepção marxiana de democracia de Cole quanto à necessidade de se ter os indivíduos produtores no centro do processo de exercício democrático para o desenvolvimento. Isso se dá através da reinvenção constitucional por uma democracia mobilizadora.

Essa preocupação da recolocação do sujeito na teoria democrática através de prescrições, treinamentos e possibilidades, também é o desafio enfrentado pelo constitucionalismo do segundo pós-guerra. Sem a pretensão de adentrar na discussão acerca dos entrecosques entre o constitucionalismo e a democracia, assume-se a complementariedade entre ambos. Com o destaque de que após esse período a democracia que se pretenderá instaurar será uma forma de organização centrada sobre a pessoa e os direitos ganham a tônica inédita de que apenas conferindo a eles papéis estratégicos que se formarão alternativas ao totalitarismo e ao despotismo.

Até então, estes direitos moviam-se todos na órbita estatal. No pós-guerra essa órbita não basta. “É indispensável um passo mais decidido: é preciso destacar os direitos da atração fatal exercida sobre eles pelo Estado. Tem propósito, então, ao mesmo tempo, uma crítica da soberania estatal e um novo pensar sobre a posição ocupada pelos direitos no ordenamento”¹⁸⁰.

O Estado de bem-estar social constitui-se a partir de uma continuidade em relação ao Estado liberal, e não de uma ruptura. O Estado, nesse sentido, conserva sem dúvidas as imposições negativas atribuídas pelos direitos fundamentais liberais. Mas, de outro lado, avança progressivamente para intervir positivamente, especialmente, para garantir a justiça das relações. Os novos ordenamentos constitucionais, especificamente em relação aos modelos europeus, surgem com uma base na hierarquia normativa e no controle de constitucionalidade de matriz kelseniana. Porém, o discurso dos direitos imanente ao novo constitucionalismo é também uma “retratação” ao formalismo exacerbado, já que define princípios substantivamente densos e comprometidos para além de garantias procedimentais e formais.

¹⁷⁹ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016.

¹⁸⁰ COSTA, Pietro. Democracia política e Estado constitucional. In: COSTA, Pietro. **Soberania, representação, democracia**: ensaios de história do pensamento jurídico. Curitiba: Juruá, 2010. *E-book*. p. irreg.

A tônica dos direitos – tais como os de cidadania, de participação e de comunicação política, por exemplo – não são garantidos apenas contra possíveis coações externas, mas também em relação à promoção positiva de participação.

São de duas teses de fundo, então, que resulta a conformação estatal. Tem-se a existência de um nexos imediato entre a pessoa e os direitos: o caráter originário dos direitos, a sua dependência do Estado, e a sua proposição não como uma emanção, mas como o critério de sua legitimidade.

Mas considerando o sujeito-trabalhador (sobretudo, mas não só) a democracia tem em suas trincheiras um novo enfrentamento. O que se assiste é a “uma ‘refeudalização’ progressiva. O poder transforma em renda o que dependia anteriormente do lucro redistribuído pelo capitalismo, e cria sua própria oligarquia”¹⁸¹. É um fenômeno mundial a arrancada de governos com anseios tirânicos, mas que se escondem atrás da chancela do voto majoritário como se essa fosse a garantia estanque da natureza essencialmente democrática de seu regime.

A abertura para essa nova configuração de poder se dá pela passagem de uma sociedade de classes para uma sociedade de massas. Embora esse processo seja mais lento, se não quando se está diante de totalitarismos, atualmente é possível afirmar que se está diante, totalmente, da era das sociedades de massa.

De modo tal que é praticamente impossível se analisar a democracia atualmente numa perspectiva rousseauiana e marxiana, já que não mais existe uma unidade, um titular de poder unívoco. A sociedade de massas não brechas para que se analisem as configurações do direito e do poder a partir de um ponto de vista essencialmente classista (embora, como será visto, a categoria “classe” não seja descartada). Mas é considerar que ao contrário de uma sociedade de classes, onde o voto poderia minimamente ser identificado aos interesses de classe, e “caso não representassem esses interesses, os tiranos deveriam tomar o poder pela força. Porém, nas sociedades de massa, a maioria é formada pelas ideologias, e não pelos interesses de classe”¹⁸².

Dito isso, é possível voltar à leitura do desenvolvimento nesse contexto. Diante do exposto, a opção da Constituição de 1988 não é baseada em noções análogas às de mercado, com foco único na liberdade, como muitas vezes pretende o discurso neoliberal.

¹⁸¹ HELLER, Agnes. Nossa única chance de sobreviver é preservar a democracia liberal. Entrevista concedida a Sarah Halifa-Legrand. **O Globo**, dez./2018. Disponível em: <<https://is.gd/2II2ke>>. Acesso em 23 jan. 2019.

¹⁸² HELLER, Agnes. Nossa única chance de sobreviver é preservar a democracia liberal. Entrevista concedida a Sarah Halifa-Legrand. **O Globo**, dez./2018. Disponível em: <<https://is.gd/2II2ke>>. Acesso em 23 jan. 2019.

Além disso, o liberalismo concebido de tal modo torna-se uma “prática política defeituosa” na medida em que desconsidera as desigualdades presentes nas experiências concretas. O liberalismo triunfa nas políticas e nos gabinetes ministeriais, mas “nove entre dez livros de Economia denunciam os danos da concorrência selvagem e da omissão dos governos ante os deveres fundamentais que a própria teoria econômica atribui ao Estado”¹⁸³. E mais do que isso, “seu projeto nos faz passar de um extremo a outro, de ‘o Estado é tudo’ totalitário ao ‘o indivíduo é tudo’ ultraliberal, de um regime liberticida a outro sociocida, digamos assim”¹⁸⁴.

O resgate do trabalho numa teoria participativa da democracia, por outro lado, pode gerar certa confusão: o resgate da humanização do trabalho é radical no sentido de transformar a prática das instituições e é isso seu caráter distintivo das demais formas de “humanização” do direito.

“Nas disciplinas normativas da filosofia política e do pensamento jurídico, a humanização predomina. O ponto é adocicar um mundo que não podemos ou não queremos reconstruir”¹⁸⁵. São duas as formas pelas quais essa “humanização” comumente se apresenta. A primeira é por meio da redistribuição compensatória via taxaço e transferência, traço central da base ideológica e institucional que define o horizonte histórico da social-democracia. E, no direito, muitas das mais influentes teorias emprestam prestígio filosófico a essas práticas redistributivas. Entretanto, “a aparente abstração dessas teorias - sua pretensão de transcender a circunstância histórica a que se aplicam - oculta sua rendição às limitações do compromisso do século XX, do qual nasceu a social-democracia”¹⁸⁶.

A outra forma, mais “tradicional”, é presente no “entendimento da legislação como um repositório de princípios impessoais do direito tanto quanto de políticas dirigidas ao interesse público”¹⁸⁷. Buscando a melhor face da lei, “– a face das concepções ideais –, espera-se diminuir a influência de interesses privilegiados e defender aqueles dos grupos de menor representatividade na política legisladora”¹⁸⁸.

¹⁸³ GÉNÉREUX, Jacques. **O horror político**: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 21.

¹⁸⁴ TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 109.

¹⁸⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda devem propor**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 23.

¹⁸⁶ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda devem propor**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 23.

¹⁸⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda devem propor**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 24.

¹⁸⁸ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda devem propor**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. p. 24.

Os cidadãos entendidos como exercícios produtores e protagonistas da prática democrática pelo trabalho, por outro lado, aposta no humanismo de outra forma:

Em outra direção, a hipótese causal fortalece a pretensão do projeto da democracia mobilizadora em levar adiante a antiga esperança radical-democrática de explorar a área de intersecção possível entre as condições institucionais do progresso prático – principalmente do crescimento econômico – e as condições institucionais da independência do indivíduo da hierarquia extrema e arraigada. A causa do experimentalismo prático – e suas reivindicações por uma liberdade mais ampla de ajuste de estruturas – é o que esses dois projetos têm em comum. A democracia mobilizadora aposta na afinidade entre a flexibilidade que a inovação econômica e tecnológica permanente exige e o interesse humano numa experiência mais plena de liberdade.¹⁸⁹

E, com isso, é possível se estabelecer a síntese dos argumentos expostos neste capítulo e expor a grande hipótese a ser explorada nos próximos capítulos deste trabalho.

O Brasil reclama a falta de propostas e de alternativas. Com o colapso dos regimes comunistas no mundo, o descrédito dos esquerdismos tradicionais, e, sobretudo, com o esgotamento da estratégia de crescimento e desenvolvimento econômico via indústria, o discurso dominante passou a ser o da adesão ao modelo de organização econômica e social dos países ricos.

Com o agravamento das diversas crises aos brasileiros restou lidar com as contingências, enquanto as estruturas são relegadas ao esquecimento.

À época dos projetos nacionalistas e do viés estatizante, seguiu-se o discurso do adesismo desencantado, travestido de realismo maduro. Nestas condições, generalizou-se no país um discurso político: um discurso que afirma a incapacidade do Estado para as atividades produtivas e estratégicas enquanto reclama a atuação social de um Estado eficaz contra os extremos de desigualdade no nosso país. O primeiro-mundismo imitativo e o “tudo pelo social”. O Estado, segundo esta visão, deve ser apenas um zelador das regras de mercado e um agente de assistência social.¹⁹⁰

Abandonou-se o ideal desenvolvimentista dos anos 1950 como romântico. Rejeitou-se “a concepção de que a história humana deve continuar a ser uma história de grandes alternativas, tanto no plano das instituições quanto no plano dos ideais. Pois o que vale uma

¹⁸⁹ MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre diálogo e discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6, pp. 202-2018, abr./2016.

¹⁹⁰ GOMES, Ciro. *O próximo passo: uma alternativa prática ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

diferença de cultura se lhe falta a encarnação numa vida institucional própria?”¹⁹¹.

Este trabalho pretende ir contra a maré e provocar novamente o debate sobre o que realmente falta ao desenvolvimento do país.

É certo que o modelo de exploração e consideração do trabalho que coou a indústria brasileira queimando o café e o posterior modelo de desenvolvimento industrial cepalino com uma forte questão regional e arraigada situação de colonialismo interno para obsoleto, e assunto relegado aos livros de história. Entretanto, subjaz a essas estratégias uma forma muito específica de preocupação com a integração dos trabalhadores, do trabalho humano, como seu fio condutor. Estratégia bem sucedida no período e que necessita ser recuperada nas atuais práticas para o desenvolvimento.

Também se reconhece – e não poderia ser diferente – que os pensadores do Brasil, expostos na segunda seção, são homens de seu tempo. Pensaram um Brasil historicamente localizado e propuseram soluções olhando um país pré-ditatorial que muito teria a aprender com suas experiências. Entretanto, permaneceram sólidos e atuais a necessidade de se estabelecer uma teoria verdadeiramente capaz de mudar a realidade, autenticamente nacional, e, para esta análise, principalmente, preocupada com o desenvolvimento a partir das lentes do trabalho e dos trabalhadores que são os que, verdadeiramente, suportam o peso do subdesenvolvimento.

Como uma primeira linha para uma intervenção desenvolvimentista, apresentou-se, na terceira seção, uma estratégia democrática de mudança institucional através de uma «democracia mobilizadora», através de uma reconstrução constitucional, que encontra no indivíduo produtor, com o seu trabalho, o centro de seu processo.

No próximo capítulo será iniciada a discussão acerca da factibilidade do experimentalismo democrático proposto como principal hipótese desse trabalho. Com o surgimento de uma nova prática de produção em todas as principais economias do mundo, tendo como sua mais simples e reveladora a denominação «economia do conhecimento», tem-se a oportunidade de resgate da consideração do trabalho enquanto categoria de desenvolvimento para orientar as mudanças institucionais e políticas necessárias para nos levar a economia do conhecimento insular para a economia inclusiva capaz de gerar impactos profundos, estruturais e positivos no complexo processo de desenvolvimento.

¹⁹¹ GOMES, Ciro. **O próximo passo**: uma alternativa prática ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Em que pese não se desconheça que em algumas abordagens clássicas da Sociologia se reconheça o trabalho como um fato sociológico fundamental, ou, ainda, em outras, se anuncie a perda de centralidade explicativa do trabalho como hipótese central de análise¹⁹² – especialmente através de uma consideração equivocada da crise do trabalho material e da impossibilidade explicativa pelo trabalho imaterial, conforme se verá no segundo capítulo deste trabalho – a hipótese central deste trabalho vai em outro sentido, não havendo interesse – pela limitação do objeto da pesquisa – na exploração deste campo em específico.

O esforço é outro, destina-se a refletir sobre a agenda de um vanguardismo inclusivo que leve a reavaliar os futuros alternativos da economia. A produção da ciência e tecnologia, que no Brasil é centrada na Universidade Pública, é o meio para tanto. A prática experimental democrática com participação efetiva dos trabalhadores encontra sua institucionalidade também na Universidade. Bem por isso, nos próximos capítulos, partindo dos pressupostos aqui expostos, se dará a atualidade prática ao debate desenvolvimentista ao tempo que se resgatará a essência do mecanismo primordial do desenvolvimento: o trabalho humano.

¹⁹² Offe considera que as subdivisões do trabalho enquanto atividade, e sua fragmentação em múltiplas espécies, não torna possível a suposição de sua unidade e coerência internas, de modo “a ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais”. OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, pp. 5-10, 1989. Outros autores também vão apontar a perda de centralidade explicativa do trabalho: v.g. Habermas, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. In: Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. & Habermas, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978; KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: a derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; SCHAFF, Adam; FRIEDRICH, Gunter. **Microelectronics and society**: for better or for worse. Oxford: Pergamon Press, 1992.

CAPÍTULO 2

A CIÊNCIA COMO UM PLANO PARA O CAPITAL OU PARA A SOCIEDADE

Em todos os momentos da história econômica, há uma prática mais avançada de produção. Pode não ser, quando aparece pela primeira vez e começa a se espalhar, a prática mais eficiente: aquela que obtém o maior resultado em relação aos insumos necessários. É, no entanto, a prática mais promissora: aquela com maior potencial para alcançar e permanecer na fronteira da produtividade e inspirar mudanças em toda a economia. Possui, em maior medida do que as práticas rivais de produção, os atributos de fecundidade e versatilidade, atributos que assumem formas variadas em diferentes contextos.¹⁹³

Se na primeira metade do século XX essa prática identificava-se com o avanço da indústria, hoje, a «economia experimental» ou «economia do conhecimento»¹⁹⁴ pode ser apontada como este estágio. Ocorre que os efeitos produzidos por essa prática produtiva pode ainda se mostrar modesta, e, mais, situar-se às franjas de cada setor da economia, ou de forma insular.

Entretanto, aceitar esse confinamento “é negar à grande maioria dos trabalhadores e empresas o nível de produtividade que nossas realizações técnicas já tornaram possível, mas que nossos arranjos econômicos e sociais deixaram de disponibilizar aos trabalhadores comuns”¹⁹⁵.

Essa nova fronteira de produtividade, situa-se, no Brasil, na Universidade Pública, local que realiza pesquisa científica de excelência – inclusive as de base, mas não só –, e revela-se como instituição de destaque para a retomada do desenvolvimento nacional autêntico. Sendo assim, neste capítulo serão apresentados as formas pelas quais a Universidade é este local de

¹⁹³ UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

¹⁹⁴ “O conceito de economia do conhecimento foi cunhado por Drucker para se referir à aplicação do conhecimento de qualquer campo ou fonte, novo ou velho, como estímulo ao desenvolvimento econômico. Contudo, a figura mais conhecida por chamar atenção para o impacto do conhecimento nas economias das sociedades industriais avançadas é Daniel Bell” (GUILLE, David. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 135, p. 611-636, dez. 2008).

¹⁹⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

destaque.

A alternativa intelectual pode assumir a forma de um projeto teórico abrangente. Em sua forma mais ambiciosa, esse projeto continuaria de onde Smith e Marx pararam, retomando as preocupações da economia clássica sem exagerar a importância da coerção e subestimar o papel da imaginação na vida econômica e sem suas ilusões regimes, descontinuidade estrutural e alternativas estruturais. Aspiraria ser o que a economia de Smith e Marx era: a teoria social aplicada aos fenômenos de produção e troca. Essa alternativa intelectual, desenvolvida como teoria abrangente, também pode resultar de um movimento dentro da economia, como o movimento que produziu o marginalismo no final do século XIX ou como a heresia limitada de Keynes em meados do século XX.¹⁹⁶

Conforme se debateu no capítulo anterior, um projeto desenvolvimentista atual e autenticamente nacional perpassa pelas instituições estatais capazes de realizar um experimentalismo democrático radical, com vistas ao desenvolvimento, e utilizando como mecanismo primordial o trabalho humano. Tal experimentalismo denota o centralismo do indivíduo produtor neste processo através do trabalho humanizado. Assim, na primeira seção desse capítulo demonstra-se como a ressignificação do trabalho encontra respaldo numa filosofia da técnica – ou da ciência –, nuclear a esta nova forma de produção, a economia do conhecimento.

Na seção seguinte passa-se a trabalhar o elo entre este trabalho posto no centro do processo de desenvolvimento pela ciência e a retomada de sua consciência e essência através do aparelhamento institucional burocrático da Universidade Pública.

Por fim, demonstra-se a Reforma Trabalhista enquanto mecanismos de ataques de direitos, transpassa a própria consideração acerca do trabalho, transbordando de mera modificação legal de um diploma de proteção trabalhista específico. Assim, aponta-se para a necessidade erguer a bandeira de novas tutelas que abriguem no sistema jurídico, princípios e normas protetivas que garantam as formas de trabalho que se destinem à transformação em ação, como é o caso dos trabalhadores imateriais na ciência.

¹⁹⁶ Tradução livre de “The intellectual alternative can take the form of a comprehensive theoretical project. In its most ambitious form, such a project would continue where Smith and Marx left off, retaking the concerns of classical economics without its overstatement of the importance of coercion and its understatement of the role of the imagination in economic life and without its necessitarian illusions about regimes, structural discontinuity, and structural alternatives. It would aspire to be what the economics of Smith and Marx was: social theory applied to the phenomena of production and exchange. Such an intellectual alternative, developed as comprehensive theory, can also result from a movement within economics, like the movement that produced marginalism at the end of the nineteenth century or like Keynes’s limited heresy in the middle of the twentieth century” (UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.)

Seção 1. A morada do trabalho na teoria filosófica da ciência

Direitos humanos e direitos fundamentais são categorias que se interpenetram e se sobrepõe e visam a proteção e promoção da dignidade humana, em última análise, por meio de instituições. Essa também será a justificação do poder. Dignidade significa que as instituições são mediações a serviço das pessoas concretas e não ao contrário. Por isso que a dignidade não é valor, e justifica o poder legitimado por meio de sua consagração e proteção.

Sendo assim, se o fundamento é o ser humano por meio de sua dignidade, as instituições humanas imperfeitas, como o direito e o mercado, jamais poderão ser utilizadas para tal. Do contrário, poder-se-ia afirmar que os sujeitos deveriam estar a serviço das instituições, e sendo os sujeitos instrumentos, seria o mercado quem daria dignidade, e não o homem.

O trabalho digno, portanto, tendo posição de primazia na Ordem Social e Econômica da Constituição – não fundamenta um campo específico do direito (do trabalho). Passa a ser um elemento na construção do que é a pessoa humana no discurso constitucional. O trabalho não é, então, um “mal necessário”, mas sim um local de construção de subjetividade e de relações de solidariedade. Bem por isso que o trabalho não é neutro, e não o sendo, deve ter condições justas.¹⁹⁷

Embora tal aspecto seja negligenciado em muito pela doutrina constitucional, parece evidente, e sem grandes dificuldades de constatação, que “a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum”¹⁹⁸. Aliás, não só no âmbito constitucional, mas também o Direito do Trabalho não dá conta do próprio trabalho ao se pretender autorreferente. Há um enorme espaço de mediações conceituais e práticas entre a dignidade do trabalho e as situações concretas. Escapa, em muito, que é na disponibilização da força de trabalho que aquela prestação contratual leva consigo a pessoa do trabalhador. “É no trabalho e na sua ausência que se jogam as possibilidades de participação societária, reconhecimento, realização das necessidades, escolha e consecução de um projeto de vida, integração cultural e a perspectiva cotidiana de transformação das estruturas econômico-sociais”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012.

¹⁹⁸ POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

¹⁹⁹ WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012.

Isso se faz evidente quando se percebe que os constitucionalistas, em sua esmagadora maioria²⁰⁰, desprezam o desenvolvimento da dogmática do direito fundamental ao trabalho, enquanto o juslaboralistas passam ao largo dessa discussão, padecendo de uma distorção patrimonialista de seu próprio objeto de estudo (a CLT trata das condições de compra e venda da força de trabalho, e não do trabalho em si), acarretando a paralização do «direito ao trabalho» como norma.

A qualificação contratual da relação de trabalho é posta como dogma e, sendo assim, obedece a lógica da liberdade contratual, que possibilita que as partes estipulem livremente as condições em que o trabalho será realizado, afastando qualquer intervenção externa nessa estipulação. Também se deduz, logicamente, o caráter sinalagmático da prestação. Essas deduções decorrentes do dogma da contratualidade da relação de trabalho acabam por acobertar a especificidade desta relação, reduzindo-a uma concepção contratual já bem conhecida pelos juristas e pelo juiz, o qual passará a ser “a boca que pronuncia as palavras do contrato”, não precisando ater-se à busca do justo e do digno, mas apenas à aplicação dos regramentos estipulados no contrato.²⁰¹

Nesse sentido, há, ainda, a necessidade de se enxergar o trabalho como um espaço de cidadania: numa República, a cidadania “não para na catraca da empresa”, e a empresa (em sentido amplo) não é somente o local do exercício do direito de propriedade em sua visão mais pura.

A fundamentação desse resgate ao «direito ao trabalho», ou do resgate do sujeito-trabalhador como central ao ordenamento pode ser fundamentado sob duas perspectivas. A primeira delas é a necessidade. O trabalho é dimensionado prioritariamente a partir das necessidades e incorporar “a dimensão material das necessidades implica, entre outras coisas, reconectar a economia, reduzida a sua acepção formal de ciência da alocação de recursos escassos (racionalidade instrumental), à esfera do sustento humano (racionalidade reprodutiva do sujeito humano)”²⁰².

²⁰⁰ Não se descuidar que a partir de 1988 o trabalho foi bastante prestigiado, momento em que, inclusive, o direito constitucional do trabalho ganhou corpo. Entretanto, a teoria constitucional apenas prestigia o trabalho fazendo, na grande parte das vezes, notas sobre o trabalho assalariado, e referenciando sua explicação à legislação infraconstitucional (especialmente à CLT) e aos juristas que dela se ocupam. Perde-se a oportunidade, então, de se trabalhar na própria teoria constitucional a força do direito do trabalho, não pelo direito do trabalho matizado pela teoria constitucional, mas por uma ideia que vem da Constituição também.

²⁰¹ SUPLOT, Alain. **Crítica do Direito do Trabalho**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 37.

²⁰² WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade**. São Paulo: LTr, 2012.

Em brevíssimo e sucinto resumo, é possível afirmar que nem todos os direitos denotam ou prestam-se às necessidades, mas se o direito a expressar, indubitavelmente, será fundamental. Para essa teoria, necessidade é tudo aquilo sem o qual se gera grave dano na participação da forma social, tendo, portanto, um cunho relativista, minimalista – pois restrito à subsistência – e fundado em inspiração liberal. Em suma, em relação ao trabalho, tal teoria irá considera-lo como (i) necessidade de expressão humana; (ii) meio de produção de bens para satisfação de necessidades; (iii) forma por meio da qual se criam novas necessidades; (iv) em si mesmo, um bem destinado a tal satisfação.

Mas é também o trabalho estruturado a partir do reconhecimento e da construção de subjetividades, vez que elemento humano, sobretudo²⁰³. Embora tenha sido uma conquista histórica do século XX a compreensão do trabalho como uma relação social de dominação, afastou dele, com isso, seu sentido concreto²⁰⁴. Há de se destacar a essencial contribuição de Marx nesse sentido.

O elemento novo das discussões na Economia Política Clássica, além das preliminares aduzidas, é a questão do trabalho assalariado. A mercadoria é o ponto de partida do pensamento de Marx. O capitalista e o trabalhador são personificações. Ocorre a ruptura com a Economia Política Clássica e seus parâmetros quando ele se propõe a desvendar o Capitalismo. O valor é carimbo, é símbolo porque todas as mercadorias têm trabalho humano. A população será sempre, em uma parcela, excedente. O Capitalismo é sempre desigual. O homem trabalha para viver. Mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca além de esconder sua principal característica: ser produto do trabalho humano.²⁰⁵

Trabalhar é implicar o corpo para enfrentar a resistência do real e suplantar a deficiência intrínseca da prescrição. O que mudará será a forma de funcionamento da linha de proteção, distinta para cada trabalhador, uma vez que este emprega diferentemente suas habilidades para suprir a deficiência da máquina.

A resistência do real estará presente no real objetivo – dificuldades reais do trabalho – , no real intersubjetivo – presente nas relações de cooperação e das relações intersubjetivas –, e

²⁰³ Cf. HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, jan./abr. 2008. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

²⁰⁴ Para aprofundamento acerca dessa perspectiva, cf. DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000; DEJOURS, Christophe. Inteligência operária e organização do trabalho. In: HIRATA, Helena (Org.) **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

²⁰⁵ OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo Popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012. p. 50.

do real subjetivo – manifesto nos fracassos e persistências do sujeito, que poderá incorrer em sofrimento (patogênico) e padecimento na tentativa de dominar o real.

É certo que o sucesso do sujeito nessa travessia arriscada em busca da promessa virtuosa de autorrealização e desenvolvimento da subjetividade pelo trabalho está condicionada, de um lado, pelos recursos psicológicos e afetivos próprios, que são distintos em cada um. Afinal, o inconsciente resiste ao esforço para reorganizar a arquitetura subjetiva a fim de integrar isso de novo que a experiência subjetiva a fim de integrar isso de novo que a experiência subjetiva do trabalho nos faz descobrir sobre nós mesmos. Não há de se adotar uma credulidade antropológica ingênua em relação a essa capacidade, da mesma forma que não cabe o ceticismo conformista.²⁰⁶

Em contrapartida, para que esse direito fundamental se efetive, serão necessárias condições organizacionais do trabalho como mediação para o sujeito, com evidentes repercussões na economia e na política. Há a necessidade de resgate dos recursos sublimatórios do trabalho (ainda que não totalmente eficientes), ou seja, a substituição da pulsão pelo mecanismo social, junto com certo “julgamento de beleza” que torne possível imprimir a singularidade e o caráter individual ao trabalho realizado.

Ocorre que o neoliberalismo cria uma certa armadura à essa questão e gera uma crise no registro de identidade pelo trabalho. Os indicadores objetivos numéricos cortam a relação com o trabalho bem executado, bloqueia a dinâmica contribuição-reconhecimento e destrói as condições para a prática deontica da cooperação e da possibilidade de se honrar a própria vida pelo trabalho.

O reencontro dessa concepção de trabalho com a conjugação do desenvolvimento econômico, social e tecnológico se dá por meio da pesquisa científica, e perpassa por uma «filosofia da técnica», ou, pela «filosofia da ciência». São raras as abordagens na área sob um genuíno enfoque latino-americano, ainda mais, com a pretensão de vincular seus aportes filosóficos ao projeto de emancipação dos países periféricos de sua condição de atraso e dependência tecnológica. Mas no Brasil, dois autores, ligados àquele desenvolvimentismo, tiveram esse cuidado: Álvaro Vieira Pinto e Celso Furtado.

²⁰⁶ WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho**: fundamentação e exigibilidade. São Paulo: LTr, 2012. p. 70.

O primeiro, filósofo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, a partir de duas grandes obras, *O Conceito de Tecnologia*²⁰⁷ e *Ciência e Existência*²⁰⁸, tem os fundamentos teóricos na dialética entre a natureza e a existência e a dialética da evolução da técnica, sendo o cerne do seu projeto intelectual a crítica da ideologização da tecnologia e o seu papel de “anestesiamento” das massas na periferia. “Em sua análise do círculo vicioso de manutenção da dependência Vieira Pinto é inovador, introduzindo conceitos como a “consciência para o outro”, como parte deste processo de apropriação mimética e emancipação”²⁰⁹.

Vieira Pinto tem em comum com os estudos cepalinos o fato da dicotomia centro-periferia oferecer condições para uma compreensão singular da propagação do incremento tecnológico e da utilização da técnica para a substituição do trabalho manual. O que o distingue, entretanto, é que em sua acepção, “o centro capturava um dos significados da tecnologia e ideologicamente o proclamava como universal, reservando ao mundo da periferia a condição de “paciente receptor” das inovações técnicas quando, na verdade, já se pronunciava uma “fase histórica” na qual era possível atuar como “agente propulsor” do próprio desenvolvimento”²¹⁰.

A técnica, para ele, é compreendida como uma mediação generalizante entre os fins humanos, a natureza e a produção, para a obtenção de uma “finalidade humana consciente”²¹¹. A técnica terá três momentos: o *logos*, ação social com sua gênese na intenção de produzir algo através da realização do conhecimento; o *trabalho*; e a *natureza* que delimitará qualquer processo produtivo. Por sua vez, a tecnologia pode ser apreendida por vários vieses hermenêuticos:

1. Um genérico, como o estudo ou a teoria da técnica, “[...] dos modos de produzir alguma coisa [...]”. 2. Outro, simplesmente como sinônimo da técnica. 3. Um terceiro conceito particularizante, como “[...] o conjunto de técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento”. 4. E um último, como ideologização da técnica, para o qual atribuirá importância capital em “O Conceito de Tecnologia”.²¹²

²⁰⁷ Embora tenha sido concluída em 1974, essa obra permaneceu no prelo, sem publicação, em sua versão original – datilografada e revisada pelo próprio autor – até 2005, quando a editora Contraponto, com o apoio do BNDS, a publicou como parte de uma coleção voltada para resgatar a memória dos pensadores do desenvolvimentismo brasileiro. Cf. VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

²⁰⁸ VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁰⁹ KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

²¹⁰ FREITAS, Marcos Cezar. Introdução. In: VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

²¹¹ VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 175.

²¹² KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

O ser humano, que tem sua humanidade distinguida biologicamente pela capacidade de pensamento, é forçado também a desenvolver sua humanidade, no processo histórico, através da produção de sua existência pelas relações sociais e as invenções técnicas. A técnica, portanto, hominiza e humaniza.

Além disso, “se o animal anterior ao homem dependia da relação direta com a natureza na busca pela sobrevivência, inclusive obedecendo suas leis e determinações, o ser já “hominizado” não lida mais diretamente com elas, muito menos com o mundo cru”²¹³, agora a relação é intermediado pela indispensabilidade do trabalho, inclusive como fator de formação do homem.

Seu pensamento encontra distinção também nesse ponto dos existencialismos subjetivistas, “pois seu existencialismo englobaria, além da consciência, “[...] os fundamentos materiais, objetivos, sociais das determinações particularizantes [...]”. Seria um existencialismo não tanto materialista, que tornaria a agência humana secundária, mas sim dialético”^{214 215}.

Mas um cuidado há de se ter: a técnica não é considerada o motor da história, tampouco se autonomiza do homem. Considerar que assim seja é admitir a substantivação da técnica e a adjetivação do homem, é sempre o homem, com suas ações e sua produção, e motivado pelas suas contradições existenciais, a causa eficiente maior de sua própria história.

O que a técnica adjetiva são os atos produtivos (ideais ou matérias) que o homem realiza de modo a produzir socialmente a sua existência, já que a técnica só se desenvolve após a hominização, “e isto indiscutivelmente perpassa pelo – amplo, simultâneo e infindável – processo de ‘antropogênese’ imbricado na consciência do trabalho”²¹⁶.

²¹³ CIPRIANI, Cristian; BORTOLETO, Edivaldo José. A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 2, n. 2, jan./jul. 2015.

²¹⁴ KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

²¹⁵ Mas Vieira Pinto distancia-se de Marx: “Para Marx, ao contrário de Vieira, o progresso da técnica é sobretudo dado por fatores econômicos: “Com a acumulação do capital se desenvolve o modo de produção capitalista específico e com o modo de produção capitalista específico a acumulação de capital”. Este processo de reacoplamento e reforço mútuo dinamizaria a intensidade do capital, explicando o constante processo de tecnificação da produção. Enquanto Marx enfatiza uma lógica sistêmica, Vieira Pinto, remontando à suas influências aristotélicas (intenção) e existencialistas (escolhas), sublinha a agência no processo de evolução tecnológica” (KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006).

²¹⁶ CIPRIANI, Cristian; BORTOLETO, Edivaldo José. A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 2, n. 2, jan./jul. 2015.

Para além, relevante para seu trabalho, como já dito, é a dupla relação entre a ideologia e a tecnologia. Por um lado, toda tecnologia, enquanto *logos* da técnica, “transporta inevitavelmente um conteúdo ideológico”²¹⁷ e é esse o conteúdo que atribui valor e significado à ação humana, da relação do trabalhador (produtor) e o seu produto. Por outro lado, seguindo a tradição marxista da ideologia como mascaramento, a tecnologia é posta também como uma arma ideológica de imposição de interesses.

O problema que deriva, longe de ser trivial, pois pode assumir uma dimensão totalitária, já que universalizante em sua reivindicação, é o seguinte: um grupo de autores (ou líderes políticos) de fine o que é verdadeiro, e quem pensa diversamente é rotulado como “ingênuo”. Mais pluralista é a posição da sociologia do conhecimento de K. Mannheim: Cada enfoque de conhecimento revela algumas verdades, e contém ao mesmo tempo, áreas para as quais é cego. A última posição é aberta ao diálogo e entendimento, enquanto a primeira é, no momento de sua classificação binária, excludente.²¹⁸

E é aí que denuncia a cristalização da divisão internacional do trabalho e da transferência de tecnologia não num viés puramente marxista, marcado pela classe, mas sim como uma característica de naturalização de dependência:

Os ideólogos do mundo alto convencem as populações atrasadas da prática inviabilidade de saírem por si mesmas da miserável condição onde vegetam. Chamamos a isso o falso e interesseiro emprego do conceito de tecnologia, [...] destinado a adormecer a consciência da nação dependente exercendo uma influência entorpecente.²¹⁹

O discurso que daí se estabelece é de uma colonização do futuro, onde o truque seria a projeção para o futuro dos países dependentes o conceito de tecnologia por eles já incorporados, um centro enquanto “futuro” da periferia. “A tecnologia é um patrimônio da humanidade e não constitui um produto cultural que por um insondável direito só possa ter nascimento nos centros mais adiantados”²²⁰. Essa seria a maneira mais eficiente de retardar o efeito libertador da tecnologia num país subdesenvolvido: fazer dela uma mitologia²²¹.

²¹⁷ VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 320.

²¹⁸ KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergencia**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

²¹⁹ VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 683.

²²⁰ CARVALHO, Jairo. Tecnologia, política e filosofia em Álvaro V. Pinto. **Pensando – Revista de Filosofia**, vol. 8, n. 15, pp. 21-30, 2017.

²²¹ VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 287.

Inclusive é através dessa mitologia, que se suprimiria da esfera pública todos os demais problemas sociais, concretos, como a redução do problema da desigualdade social, da luta de classes e da própria dependência nacional. “Através desta artimanha, as injustiças sociais deixariam de ser inquietantes, pois as carências do presente derivariam de imperfeições tecnológicas”²²², cultivando e conservando “a esperança das massas trabalhadoras suspensa à previsão da idade da fartura, a chamada ‘civilização afluyente’”²²³.

Para quebrar essa lógica, Vieira Pinto propõe a fórmula da *consciência para o outro*. Entre as categorias da Marx relacionadas à consciência em si e a consciência pra si, essa seria uma categoria intermediária, válida apenas para os países periféricos, como um projeto de formação de consciência crítica e de autonomia dos trabalhadores. Essa categoria denotaria a fase de tomada de consciência diante da alienação pela mera incorporação tecnologia, que faria com que, ao desenvolver a técnica, ao produzir tecnologia, a sociedade se defrontaria com o desafio de definir um projeto político próprio para a nação, através de identidades próprias. Assim, aquela arma de dominação torna-se a arma de libertação, desencadeando o processo intelectual indispensável ao desenvolvimento autônomo.

E nesse sentido, o trabalhador é simultaneamente considerado em duas perspectivas. A produção de ciência exerce sobre o trabalhador científico a reflexão sobre as condições existenciais de seu próprio trabalho, seus suportes sociais e suas finalidades culturais – inclusive no que se refere aos problemas epistemológicos próprios do processo de pesquisa científica. Que, aliás, não fica à mercê do interesse intelectual do pesquisador, já que é o seu trabalho que constitui a própria realidade individual.

Por outro lado, esse trabalhador da ciência, o é, sobretudo, na condição de ser social. É inevitável o seu papel político na humanização da existência, já que “a criação de uma sociedade justa e humana é o objetivo imediato, final, incondicionado, para o qual o pesquisador tem de contribuir com seu trabalho de estudo e descoberta”²²⁴. É pelo seu trabalho que se alcançam as condições necessárias de supressão das contradições sanáveis no âmbito do desenvolvimento.

A obra de Celso Furtado também tem papel estratégico no entendimento e desenvolvimento da ciência, adequada ao caso brasileiro. Mais do que um economista, Furtado

²²² KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

²²³ VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 689.

²²⁴ VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 535.

desempenha um papel importante de cunho filosófico também, a partir da ampliação do marco interdisciplinar da economia em seu sentido epistemológico. Nas palavras de Bresser-Pereira, “ele supera sua condição de economista político para se tornar também um pensador universal, preocupado não apenas com o desenvolvimento econômico, ou o pleno emprego, ou a repartição da renda, mas também com o próprio destino do homem e com a realização da sua liberdade”²²⁵.

Após identificar todos os aspectos “macro” da questão do subdesenvolvimento brasileiro e demarcar alguns dos desafios próprios do Brasil (como o agrarismo e a lógica de acumulação do capital), o autor passou a se preocupar com uma “teoria do efeito de dominação, que está na origem da dependência”²²⁶ a partir do questionamento de “como preservar a identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?”²²⁷.

É daí que surge uma preocupação muito próxima daquela debatida por Vieira Pinto. Se a endogenização do desenvolvimento encerra a tentativa de encontro de respostas para as múltiplas questões, por outro lado há a necessidade de descobrimento do “caminho da criatividade ao nível dos fins, lançando mão dos recursos da tecnologia moderna na medida em que isso seja compatível com a preservação da autonomia na definição desses fins”²²⁸.

Nos espaços nacionais subdesenvolvidos se impõe uma recorrente desconexão entre a acumulação de capital e a diversificação produtiva com inovação e conteúdo tecnológico autônomo. O que se diversifica são os padrões de consumo e exacerba-se, ao longo da história, a coação para que se direcionem parcelas crescentes do excedente social para essa diversificação e não para a acumulação reprodutiva, aprofundando e arraigando as heterogeneidades estruturais no conjunto da sociedade, fazendo a população alheada dos frutos e dos benefícios do progresso técnico material, que fica circunscrito apenas ao núcleo modernizado. Assim, o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação.²²⁹

²²⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Resenha de Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 2, abr/1981.

²²⁶ FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 25.

²²⁷ FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 47.

²²⁸ FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 118.

²²⁹ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

Furtado busca compreender esse complexo ecossistema e ao fazê-lo assume que a coexistência de uma “dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais” e de um “processo liberador de energias humanas que constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento”²³⁰, que não é nada mais, nada menos, do que o trabalho humano como fonte última de desenvolvimento. E é por um processo criativo/inovador, e porque não tecnológico, que “as potencialidades do homem são insondáveis”²³¹.

Obviamente que a recepção dessas ideias não foi fácil (e ainda não é) – o que é, diga-se de passagem, comum e natural para quem se encontra sempre na vanguarda do pensamento. “Aliás, traduzir essa constatação em um discurso que fosse consensado entre os pares, em sua época, configurou-se um enorme desafio, metaforicamente apresentado pelos estudiosos de sua obra como o ‘desafio furtadiano’”²³².

Mas ele próprio respondia às críticas a esse “desafio”. Afirma que é óbvio que para os detentores de poder que “parecem obsessos pela mais estreita lógica economicista ditada pelos interesses de grupos privilegiados e empresas transnacionais”²³³, tratar do desenvolvimento como reencontro das potencialidades do homem pelo exercício de seu trabalho pareceria uma simples fuga dos problemas reais na utopia. Há, então, em sua análise, a mensagem convicta de que não existe o “estritamente econômico” quando se fala em desenvolvimento.

Ou seja, a concretude e a historicidade intrínseca dos processos sociais não poderiam ser negligenciadas, ao se buscar interpretar a recorrência e a reiteração dos processos de desenvolvimento desigual e combinado e as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, culturais, espaciais etc.) especificamente nacionais, que devem ser convenientemente mediadas e apropriadamente determinadas.²³⁴

Se na seção 1.2 deste trabalho foi necessário o destaque a indispensável retomada do pensamento (subversivo) de Furtado, aqui o esclarecimento que sua análise não parou no

²³⁰ FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 82.

²³¹ FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 82.

²³² PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. The Creative Economy in times of crises: Brazilian endogenous development in the composition of Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, n. 2, pp. 324-337, 2018.

²³³ FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 84.

²³⁴ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

momento em que os neoliberais o julgaram como escanteados, ao contrário, esse é o novo desenvolvimentismo apresentado por Furtado já no fim do período ditatorial brasileiro, como uma nova esperança de futuro a um país que muito em breve teria seu reencontro com a democracia.

Quando Furtado abre sua análise do desenvolvimento e insere, em definitivo, a atividade humana como vetor do desenvolvimento, une os sentidos do trabalho referidos anteriormente: o desenvolvimento enquanto trabalho humano pelo exercício da criatividade (o que nesse trabalho se aborda à luz da inovação tecnológica), denota um espaço promissor de recuperação do trabalho enquanto atividade de satisfação de necessidades e de espaço de reconhecimento e construção de subjetividade.

Até porque, “esta civilização industrial, subordinada à lógica da acumulação, põe em risco a liberdade humana, aliena o homem. Por isso Furtado propõe uma revolução cognitiva, que restaure o primado da sabedoria sobre o conhecimento instrumental”²³⁵. Em suas palavras, “quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos de desenvolvimento”²³⁶.

Na medida em que a criatividade é posta a serviço do processo de acumulação, os meios tendem a ser vistos como fins, produzindo-se a ilusão de que todo o avanço da racionalidade, na esfera econômica, contribui para a liberação ou desalienação do homem. [...] De uma maneira geral, todas as formas que assume a criatividade humana podem ser postas a serviço do processo de acumulação. Mas são aquelas cujos resultados são por natureza cumulativos – a ciência e a tecnologia – que melhor satisfazem às exigências desse processo, o que lhes vale o lugar privilegiado que ocupam na civilização industrial.²³⁷

O desenvolvimentismo passa então a preocupar-se, definitivamente, com o trabalho. “Ou seja, o processo de desenvolvimento exige a assunção da conflitualidade, da dinâmica de ação das facções das classes sociais, identificar sujeitos sociopolíticos portadores de decisão transformadora”²³⁸.

²³⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Resenha de Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 2, abr/1981.

²³⁶ FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 47.

²³⁷ FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 86.

²³⁸ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se ao significado de sua atividade, aos valores com que o homem enriquece seu patrimônio existencial.²³⁹

Desenvolvimento é, portanto, e sobretudo, tensão. Para o alcance do desenvolvimento é necessário distorcer a correlação de forças e realizar a importunação diária das estruturas e coalizões tradicionais de dominação e de poder. Seu exercício deve ser presente em todas as arenas políticas com força tão potente quanto aquelas que engendram e perenizam o subdesenvolvimento²⁴⁰. Potência essa, que para Furtado, é manifesta nas atividades criativas do homem sobretudo como um fator político.

A partir disso, há uma mensagem consistente de “necessidade contínua de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática, redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, combate às heterogeneidades estruturais e valorização da riqueza cultura civilizacional específica de dados âmbitos e escalas regionais e nacionais”²⁴¹.

Para que uma economia subdesenvolvida avance no sentido do desenvolvimento, por meio desse projeto desenvolvimentista revisto, por assim dizer, Furtado elenca algumas condições necessárias, dentre elas: estruturas de poder que evitem a canalização do essencial do excedente para o processo de modernização; a descentralização das estruturas econômicas com uso de incentivos para assegurar o uso do potencial produtivo; e, estruturas sociais que abram espaço à criatividade e gerem forças produtivas preventivas e corretivas dos processos de excessiva concentração de poder²⁴². “O objetivo não é apenas o desenvolvimento, que afinal funciona como uma ideologia legitimadora da relação centro-periferia, mas a própria liberdade humana”²⁴³, desenvolvimento visto, portanto, também sob a perspectiva de criação de soluções originais para alcance das mudanças sociais necessárias²⁴⁴.

²³⁹ FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 47.

²⁴⁰ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. In: D’AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 239.

²⁴¹ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

²⁴² FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 124.

²⁴³ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Resenha de Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 2, abr/1981.

²⁴⁴ SAWAYA, Rubens R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 64, 2008.

O papel do Estado, nesse sentido, é determinante. Até porque, o processo que impulsiona a corrida para modernização apoiada pela superexploração de recursos e trabalho, é facilitada pelo Estado, em favor das empresas transnacionais do centro e suas elites. É o que Furtado chama de colonialismo cultural, e o efeito da modernização dependente resultante desse processo será o que ele chama mimetização cultural²⁴⁵. Dessa forma, se essas deformidades são feitas por meio de facilidades estatais, a correção de tais disfunções também pode ser realizada por meio dele.

Aponta Furtado, se a sociedade fosse constituída apenas pela existência da grande empresa, o resultado seria a concentração de riqueza e poder e não se criaria o padrão de consumo necessário à própria acumulação. Assim, de outro lado estão as instituições sociais constituídas pelos trabalhadores organizados em sindicatos que lutam pela distribuição social dos frutos do crescimento da produtividade que a acumulação engendra. Portanto, avanço tecnológico e padrão de consumo andam juntos. Por fim, o Estado surge como elemento central. Constituído historicamente, é o responsável pela articulação desses dois sistemas de forças antagônicas que garantem a própria sustentação histórica da lógica capitalista.²⁴⁶

Por essa razão, que o local apto para canalizar tais esforços, especificamente aqui em relação à ciência e à tecnologia, com distanciamento da criatividade/inovação dos meios de acumulação econômica, são as instituições estatais, os espaços públicos de pesquisa científica.

Nos sistemas nacionais de concorrência o Estado desempenha papel crucial de centro de regulação-coordenação-impulsão do sistema econômico. Seu papel é decisivo para estruturar vias históricas possíveis e alternativas de se reter e comandar excedente social e colocar em ação as potencialidades de um sistema de forças produtivas, que lograsse constituir um “sistema econômico nacional” e promover a acumulação reprodutiva.²⁴⁷

São esses espaços que servem ao “pleno desenvolvimento de seres humanos concebidos como um fim, portadores de valores inalienáveis”²⁴⁸, um projeto posto a serviço da

²⁴⁵ HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mercado interno y modernización de pautas de consumo en Celso Furtado: un debate más allá de la imitación. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp. 27-46, jul./dez. 2015.

²⁴⁶ SAWAYA, Rubens R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 64, 2008.

²⁴⁷ BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

²⁴⁸ FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 66.

lógica dos fins, cooperando para o surgimento de uma agenda de transformação social. Cumpre, então, estabelecer a forma de realização de tal mediação.

Seção 2. A ontologia do ser social e o trabalho na burocracia universitária

Ao colocar o trabalho humano no centro do processo de desenvolvimento, juntamente com suas potencialidades criativas, Celso Furtado – mesmo que não intencional e declaradamente, e inserido em outro campo de pensamento – toma em sua teoria do desenvolvimento o novo modo pelo qual se realiza o circuito do valor na atual sociedade capitalista (a vida expressa em valor), e como isso implica novas coordenadas e novas modalidades de configuração das relações sociais de produção e de sua programática de poder. Até porque, a exploração e a dominação baseiam-se em concentrar meios materiais de vida destruindo possibilidades e meios de vida do outro. Nenhuma dominação é dominação sem o manejo da distribuição dos meios de vida.

O trabalho está perdendo muitas das características que assumiu no interior da assim sociedade salarial. O trabalho, atualmente, não tem mais tanta relação com aquele tratamento passivo e hétero-dirigido das fábricas, daquele trabalho incorporado pelo direito e objeto inclusive da subordinação jurídica e normalizadora por ele veiculado. Trata-se, agora, de um trabalho ligado muito mais com “o tratamento de informações e conhecimentos, com o investimento da própria subjetividade em relações de trabalho e/ou com o desenvolver inovações de produtos e de processos”²⁴⁹.

Nesse contexto, os sujeitos não podem mais ser concebidos como o conjunto dos “súditos de direito”, nem como um conjunto de braços destinados ao trabalho, precisam ser apreendidos dentro de um conjunto de elementos que se conectam a um regime geral que suporta intervenções combinadas. A nova roupagem assumida pelo capitalismo modifica a forma de controle sobre os sujeitos, assim como também exige uma nova visão das relações para que tenha seu sustento, instaurando, de certo modo, uma ordem ambígua entre essas duas variáveis.

²⁴⁹ CHICCHI, Federico. Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial. Entrevistadores: Cesar Sanson e Graziela Wolfart. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 327, mai./2010.

Aquilo que o Direito se refere como trabalho por meio da legislação tem sido paulatinamente tangenciado pela prática produtiva imaterial, intelectual e relacional que não mais atende à lógica de controle fabril. Obviamente que esse deslocamento não é acidental, e tem a ver com a transformação do saber-poder capitalista, que tem como objetivo irrenunciável e transversal, em cada fase de sua evolução histórica, a produção de um excedente, numa dinâmica de valorização.

O trabalho se apresenta hoje, ao mesmo tempo, no interior da empresa – e por isso as práticas disciplinares não são meros residuais –, mas contemporaneamente se organiza cada vez mais fora dela. Seus limites tradicionais, portanto, tornam-se mais porosos e invadem aqueles espaços da vida antes considerados, até mesmo, improdutivos. É o trabalho espalhando-se em um espaço da vida antes tido como impermeável porque consideradas não diretamente desfrutáveis para fins econômicos. A sociedade enquanto espaço inventado na modernidade, não sendo nem pública e nem privada, possibilita administrar a vida humana como recurso útil para as forças produtivas. Será por meio dessa sociedade moderna que se dará a gestão de competências e habilidades.

Nesse contexto, entre Estado e mercado, a economia política será um espaço de verificação²⁵⁰, produtor de verdade, portanto. Será por meio da economia política que haverá a articulação das práticas de governo sobre a vida humana, tratada como bem útil para um fim necessário. “Porém, sua aparente cientificidade está comprometida com um outro discurso não dito naquilo que está dito: a consolidação do capitalismo como modelo produtivo”²⁵¹, em que a medida da eficiência da técnica aplicada é a obtenção de lucro, mesmo que às custas da vida dos trabalhadores. Ao falar em trabalho é necessário tomar a vida como referência.

É preciso, então, negar o sujeito moderno para se encontrar a real subjetividade pelo trabalho, como aqui buscado. Um sujeito distinto daquele eu autônomo que parte de si para si mesmo, sem corporalidade de vida como referência. Daquele eu consciente que enuncia teórica e abstratamente uma proposição com sentido, inteligível, e ingenuamente solipsista.

Desse modo, compreender, então, que “todo ato cognitivo (ego cogito), todo ‘lugar’ do enunciado, todo sistema, o ‘mundo’ de todo Dasein, toda intersubjetividade consensual

²⁵⁰ Expressão utilizada no sentido foucaultiano do deslocamento da ideologia ao saber-poder, e, posteriormente, do saber-poder à noção de governo pela verdade (espaço de verificação). Esse é um debate bastante presente no Foucault dos anos 1980, sobretudo na análise do liberalismo e na explicação da necessidade de reflexão das aleturgias que acompanham as práticas de governo, para além da simples análise sobre meios e fins de governo.

²⁵¹ RUIZ, Castor Bartolomé. A economia e suas técnicas de governo biopolítico. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 390, abr./2012.

discursiva, todo pré-, sub- ou inconsciente, toda subjetividade anterior ao ‘mundo’ pressupõe sempre, já a priori, um sujeito humano concreto vivo como último critério de subjetividade”²⁵². Dos sistemas formais fetichizados ou não (capitalismo, patriarcado machista, racismo discriminatório, etc), mesmo que não tenham sujeitos definidos claramente, operam como subjetividade holística funcional auto-referente. Nesse sentido,

A morte do trabalhador, seu empobrecimento – como nas empresas cujas “ações” sobem no mercado por ter este “racionalizado” sua produção deixando sem emprego milhares de trabalhadores –, está fora do cálculo da relação sistêmica meio-fim. Reintroduzir, como um momento fundamental, uma referência a vida-morte (um certo “cálculo qualitativo” como na ecologia crítica, a crítica econômica a partir da vida do trabalhador, etc.) é ter em conta os *sujeitos vivos* que operam nos sistemas performativos como “partes funcionais”.²⁵³

Essa consideração abre espaço para a denominação dos “sujeitos sócio-históricos”. Esses sujeitos não preexistem naturalmente, tampouco identificam-se com o militante individual ou a quimera de uma “classe-sujeito” (sob pena de voltar a uma conceitualização metafísica indevida).

Os sujeitos concretos, ao contrário daquele sujeito metafísico moderno, tornam-se invisíveis diante de abstrações, funções ou “relações de força”. Ao serem no mundo, já que constituídos por uma comunidade de vida, com instrumentos culturais e intersubjetividades discursivas diversas, podem ser descobertos por uma razão que sendo universal (material e discursivo-formalmente) é, em igual tempo, transversal, constituído a partir de exigências de sua própria constituição material, de sujeito vivo, que fixa o quadro de referência de factibilidade ética (a exemplo, uma mulher, será também inevitavelmente de uma raça, classe, nação, cultura, etc).

György Lukács²⁵⁴ atribuirá essa falta de consciência ao fenômeno da reificação no processo cognitivo das vítimas enquanto oprimidas. A consciência de classe, que nada mais é do que a consciência da vítima como vítima, é considerada abstrata e formalmente uma inconsciência, configurada pela própria situação econômica, histórica e social da classe. O proletário (a vítima) é, por si, a negação das formas de dominação (reificadas). Mas até que

²⁵² DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 527.

²⁵³ DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 529.

²⁵⁴ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

efetue uma crítica autoconsciente do sistema que causa sua vitimização, não se elevará senão negativamente sobre o que nega. É preciso superar a crítica de uma parte, passando à totalidade, para que então se supere a simples negação. “O sujeito sócio-histórico se torna uma subjetividade libertadora só no momento em que se eleva a uma consciência crítico-explicativa da causa de sua negatividade”²⁵⁵.

O trabalho, como categoria abstrata e simples, e suas múltiplas determinações, está presente no pensamento de Marx desde os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1844), desenvolvido nos *Grundrisse*, e concluído no *Capital*. Foi o encontro de Lukács com os *Manuscritos* é identificado como ponto de partida para a sua virada na sua perspectiva ontológica materialista.

Sua obra estabelece uma ontologia do ser social, sustentada na teoria social de Marx, em que o trabalho é sua prioridade ontológica, desenvolvida como um complexo problemático na Parte II de *Para uma ontologia do ser social*, a partir de três elementos: i. o trabalho como pôr teleológico; ii. o trabalho como modelo da práxis social; iii. a relação ‘sujeito-objeto’ no trabalho e suas consequências.

Marx, em sua investigação do ser social, tem na totalidade seu percurso metodológico: “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida”²⁵⁶. Em que pese Hegel tenha dado ao trabalho uma dimensão ontológica, “reconheceu apenas a atividade de espírito e, portanto, sua formulação permaneceu no plano abstrato. O entendimento do trabalho como uma atividade humana concreta do mundo dos homens só foi realizado por Marx”²⁵⁷.

O caminho teórico-metodológico de seu legado pressupõe a compreensão de que o método consiste em elevar-se do abstrato com categorias simples ao concreto como maneira de se proceder no pensamento para se apropriar do concreto. O pensamento, portanto, como representação ideal do movimento real: o ser determinando a consciência. Essa é a compreensão fundamente do trabalho de Lukács. A categoria teórica do trabalho constitui, portanto, uma

²⁵⁵ DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 533.

²⁵⁶ MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

²⁵⁷ SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de György Lukács. *Contradictio*, v. 2, n. 1, 2009.

categoria abstrata simples que possibilita reproduzir o concreto como síntese de múltiplas determinações e unidade do diverso a partir da realidade sócio-histórica.

O processo de abstração não é mera atividade intelectual, porém, produz e reproduz um processo da realidade. A categoria ontológica teórica não supõe existência de hierarquia entre as demais categorias, a existência da prioridade ontológica ao trabalho leva a dizer que essa categoria abstrata e simples do movimento da realidade possibilita estabelecer a articulação com todas as outras categorias. Até porque a luta numa sociedade alienada, com trabalho explorado, todas as lutas necessitam do fim da exploração para seu sucesso, para que se livre da égide da desigualdade. É por isso que Marx centra na produção social da própria vida – com a prévia ideação – o nascedouro de todas as relações sociais.

O sujeito no processo de trabalho obtém no fim um resultado que desde o início existiu em sua imaginação, e, portanto, idealmente. O ser expressa a capacidade de projetar em seu pensamento o próprio trabalho com a vontade dirigida a um fim, a teleologia, o pôr teleológico. “Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material”²⁵⁸

O trabalho é concebido em seu sentido mais amplo, mais universal, como fundamental para produção da vida material e para reprodução da vida humana. O trabalho com função ontológica e teleológica. A dimensão teleológica é que estabelece a utilidade social do trabalho, enquanto a ontológica é a forma privilegiada do ser social, como sociabilidade humana.²⁵⁹

Trabalho como categoria ontológica determinante está presente em todas as formações sócio-históricas e econômicas. Como essência da atividade humana, é pré-capitalista, capitalista e pós-capitalista, diferindo quanto as condições objetivas em que se realiza. Sua natureza trans-histórica atravessa as formações sócio-históricas de forma particular.

Na história da Filosofia, o marxismo raramente foi entendido como uma ontologia. Raramente, também, os marxistas definem problemas de ética, a não ser aprioristicamente. “Apesar disso, a ética possui no conjunto da teoria marxista um lugar que merece exame e que nós gostaríamos de examinar, mesmo porque se impõe hoje a exploração urgente dessa ‘terra desconhecida’”.²⁶⁰

²⁵⁸ LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

²⁵⁹ HILLESHEIM, Jaime; MACHADO, Giovanni Simon. Considerações para uma política de trabalho pelo menos. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 400-408, dez. 2017.

²⁶⁰ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

A importância desta distinção se verificará na abordagem que Lukács empresta ao trabalho, ao vê-lo não apenas enquanto força produtiva ou como uma noção abstrata da Economia Política. Longe de tratá-lo mediante pressupostos econômico-mecanicistas, sua análise nos permitirá entendê-lo enquanto atividade essencialmente humana, como problema efetivo do mundo dos homens.²⁶¹

Com esta concepção, Lukács permite-nos entender o homem enquanto indivíduo e comunidade, sendo o resultado das objetivações criadas a partir de seu próprio trabalho. O trabalho será visto, assim, como a primeira atividade que implica numa ação conjunta, considerada essencialmente social e que tornará possível ao homem distinguir-se da natureza, passando a exercer sobre ela sua ação transformadora, tornando-se responsável por seu próprio destino enquanto homem.²⁶²

Somente o trabalho, como forma originária que gerou o ser, permanece enquanto fio condutor que lhe garantirá uma continuidade do processo sócio-histórico, mas sempre em combinações múltiplas, que possibilitarão resultados também múltiplos e que, muitas vezes, escapam ao controle consciente dos homens.

O trabalho seria, assim, a possibilidade imanente do conhecimento necessário por meio do qual os homens, num ato decisivo de autonomia e escolha entre as alternativas presentes na esfera da vida social, tornariam possível esta transformação, encaminhando-se para formas cada vez mais elevadas do ser.

Em todo processo da vida social não há apenas a causalidade, pois, juntamente com ela, opera um finalismo. Por isso, há a necessidade do conhecimento dos nexos causais para as realizações empreendidas no processo de trabalho é que orientará a ação dos homens na busca dos meios adequados para a realização daquele fim proposto, enquanto projeto, que só poderá se tornar real numa junção entre teleologia e causalidade. Desse modo, a posição teleológica presente na esfera do trabalho, ao iniciar na consciência, um processo real, concreto, transforma a causalidade em causalidade posta.

Assim, o trabalho, enquanto categoria ontológica, não pode ser reduzida apenas à questão de transformação da natureza, pois possui características socialmente determinadas. O trabalho necessita ser apreendido a partir da sua função social de caráter coletivo, pois as

²⁶¹ SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e sociabilidade na ontologia de Georg Lukács. **Saberes – Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 3, 2009.

²⁶² SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e sociabilidade na ontologia de Georg Lukács. **Saberes – Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 3, 2009.

necessidades de outros indivíduos fazem com que o trabalho apresente sua finalidade social, de caráter coletivo.

Centrado na contraditoriedade da sociedade do capital, enquanto atividade indispensável ao humano-genérico, o trabalho figura-se numa peculiar condição, que imposta pelas relações sociais de produção, o colocam num dilema contraditório. Enquanto capacidade que põe em movimento suas potências, buscando satisfazer suas necessidades coletivas, o trabalho na sociedade capitalista antagoniza-se pela inversão no processo, de maneira em que o homem torna-se um objeto para a (re)produção do capitalismo, e à mercadoria por ele produzida é atribuída um valor retorna em forma de dominação, que ultrapassa o seu valor imediato de objeto, tornando-lhe o sujeito que sustenta as relações sociais de produção.

O reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social não inviabiliza a crítica radical de suas formas historicamente concretas. Pelo contrário, esse reconhecimento está na base da proposta marxiana da superação do trabalho abstrato por uma “livre organização dos produtores associados”. Justamente por ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens pôde Marx²⁶³ postular a necessidade da superação do trabalho abstrato, forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem. Nesse preciso sentido, a análise ontológica do trabalho tal como realizada por Lukács²⁶⁴ em nenhum momento vela os graves problemas oriundos, para a sociedade, da vigência quase universal do trabalho abstrato. Pelo contrário, ao desvelar as conexões ontológicas mais genéricas que articulam trabalho e totalidade social, possibilita uma base teórica sólida para a mais radical crítica do trabalho abstrato.

Pelo trabalho o ser humano-genérico transforma-se em outro tipo de ser, diferente de outros seres existentes na natureza: o ser social. Para Lukács, o salto ontológico se constitui em momentos, sendo que o primeiro se manifesta a partir da linguagem, das formas de consciência e do trabalho, estando o homem na direção do ser-em-si do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal.²⁶⁵

A barreira que se coloca é a da consciência.

Lukács aponta que a questão que decide, em última instância, toda luta de classes é: qual classe dispõe, no momento desejado, da capacidade de tomar consciência de classe? É

²⁶³ LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

²⁶⁴ LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

²⁶⁵ FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira; LARA, Ricardo. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no projeto ético-político profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, pp. 20-31, jan./jun. 2015.

dizer, a vocação à dominação está diretamente ligada ao seu posicionamento consciente. É claro que o artifício da violência frequentemente é utilizado para afirmação dos interesses de classe, mas “é exatamente nas questões da violência, nas situações em que as classes se enfrentam na luta pela existência, que os problemas da consciência de classe constituem os momentos finalmente decisivos”²⁶⁶.

Mas há uma diferença decisiva com o advento do capitalismo: a organização econômica. Marx afirma que os Antigos estabeleciam suas lutas por uma relação monetária entre credores e devedores. A economia naquele contexto não atingia, em termos hegelianos, sequer objetivamente, o nível do ser-para-si, tornando inviável uma posição a partir da qual o fundamento econômico das relações sociais pudesse se tornar consciente. Isso implica dizer que “as classes não podiam ser destacadas da realidade histórica imediatamente dada a não ser por intermédio da interpretação da história elaborada pelo materialismo histórico”²⁶⁷.

Na sociedade capitalista as classes são a própria realidade imediata, histórica. “Diferença intransponível no que se refere ao capitalismo está em que, na época capitalista, os momentos econômicos não estão mais ocultos ‘por trás’ da consciência, mas presentes na própria consciência (simplesmente inconscientes ou recalcados, etc.)”²⁶⁸.

O que se apresenta como crise permanente e processos de desagregação, para o proletariado (também em forma de crise) é uma possibilidade de vitória. É por isso que a ciência burguesa não deixa de empreender esforços contra o materialismo histórico: a compreensão da sociedade para o proletariado é um fator de domínio de primeira ordem, arma pura e decisiva.

“Os marxistas vulgares sempre ignoraram essa função única da consciência na luta de classe do proletariado e, em vez da grande luta pelos princípios que remetem às questões últimas do processo econômico objetivo, colocaram um realismo político mesquinho”²⁶⁹. Há contradições dialéticas internas (burguesas) e também quantos as necessidades de ação quanto à condição econômica.

O reino da liberdade e o fim da pré-história da humanidade repuseram sua força na mão dos sujeitos, inclusive nas relações objetivadas entre si, como a reificação. Quanto mais

²⁶⁶ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 145.

²⁶⁷ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 155.

²⁶⁸ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 155.

²⁶⁹ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 171.

consciência de classe, de sua missão histórica, adquire o proletariado, tanto mais essa consciência determinará suas ações. Por outras palavras: “desde que a crise econômica final do capitalismo entrou em cena, *o destino da revolução (e com ela o da humanidade) depende da maturidade ideológica do proletariado, de sua consciência de classe*”²⁷⁰.

Mais do que uma bandeira de combate, a ideologia para o proletariado é o próprio alvo e a própria arma. A tomada de consciência, portanto, torna inevitável que para a liberação como classe seja através da supressão da sociedade de classes em geral. Essa última consciência de classe da história da humanidade coincide com a revelação da essência da sociedade e une intimamente a teoria e a práxis.

Mas essa consciência não é, como dito anteriormente, uma consciência psicológica de proletários individuais, tampouco de uma massa. A consciência não depende de vitórias ou impasses nas lutas particulares, que encobre particularmente a luta sindical. A força e a superioridade da verdadeira consciência prática de classe residem exatamente na capacidade de perceber, por trás dos sintomas dissociadores do processo econômico, sua unidade como evolução do conjunto da sociedade. É necessário que o proletariado seja classe não somente perante o capital, mas também para si própria.

O proletariado, enquanto produto do capitalismo, está necessariamente sujeito às formas de existência de seu produtor. Essas formas de existência são a inumanidade e a reificação. É da consciência reificada que o proletário permanece prisioneiro nos extremos do empirismo grosseiro e do utopismo abstrato. A luta para o estabelecimento de uma sociedade sem classes seria, mais do que uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, seria uma luta proletária contra si mesma: contra os efeitos do capitalismo em sua própria consciência.²⁷¹

Não se pode deixar de prestar atenção, entretanto, em um traço essencial na contribuição do Lukács para a localização do sujeito no front de sua própria libertação. O ambiente revolucionário de 1917, contexto em que desenvolver *História e consciência de classe*, não deixava espaços para terceira via.

De um lado os mencheviques defendiam a postura de obediência firme à lógica do desenvolvimento das etapas objetivas, enxergando a revolução democrática como um caminho de alcance à revolução proletária. Para os mencheviques a alternativa revolucionária seria

²⁷⁰ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 180.

²⁷¹ LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

resistir “à tentação de empurrar o movimento longe demais, sendo presumivelmente melhor aliar-se com elementos democráticos burgueses a fim de “amadurecer” a situação revolucionária”²⁷², sob pena de se retornar ao terror primitivo.

Enquanto isso a estratégia leninista era a de aproveitar a oportunidade e apostar que a própria intervenção prematura mudaria a relação de forças objetivas que lhe classificava como prematura. Não é que a postura bolchevique, nesse sentido, acreditasse na possibilidade de condensar a revolução democrático burguesa com a revolução proletária, “pulando” etapas. Tal conclusão é apenas uma reificação da mesma lógica objetiva dos estágios necessários de desenvolvimento.

Lenin, observando a superexploração colonialista apontava que esta deslocava radicalmente a luta de classes “normal” nos países de centro. “Falar de ‘luta de classes’ sem levar em conta o colonialismo é uma abstração vazia, que, quando se traduz em política concreta, pode apenas resultar na aceitação do papel ‘civilizador’ do colonialismo”, onde a burguesia “passaria a definir de facto os termos da luta de classes”.²⁷³

O que Lukács admira e se apropria do leninismo é essencialmente tal consideração: a de que a história do capitalismo é a “história de como a referência ideológica predominante foi capaz de cooptar (e diluir o potencial subversivo) dos movimentos e demandas que pareciam ameaçar sua própria sobrevivência”²⁷⁴. Em termos lacanianos, o que se coloca que questão é a (não) existência do “grande Outro”.

O ponto principal, é, então, rejeitar a redução dos atos às suas circunstâncias históricas, uma vez que não há condições objetivas neutras. O ponto realmente importante não é a objetividade, mas a totalidade, entendida como processo global de “mediação” entre o aspecto subjetivo e o objetivo.

Deve-se ter cuidado, ao tratar da classe trabalhadora como naturalmente revolucionária pela tomada de consciência, em não exercer sobre os trabalhadores “empíricos” pressão excessiva para que realizem seu potencial, como vítimas de si mesmos.

A principal contribuição de sua filosofia não é a possibilidade de sua leitura adequada aos novos tempos, como um revisionismo oportunista. Não se trata de perguntar como a

²⁷² ŽIŽEK, Slavoj. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, pp. 159-175, 2003.

²⁷³ ŽIŽEK, Slavoj. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, pp. 159-175, 2003.

²⁷⁴ ŽIŽEK, Slavoj. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, pp. 159-175, 2003.

filosofia de Lukács se adequa ao trabalho atual, mas sim como os tempos atuais encontram-se diante de *História e consciência de classe*, buscando encontrar o ator social capaz de, com radical deslocamento, realizar a tomada de consciência nos termos propostos.

O ator social que vislumbra-se mais próximo de tal possibilidade é o trabalhador universitário, entendido como todo o corpo docente, discente e técnico integrados em prol da pesquisa científica, e que, igualmente, empreendem esforços através de seus trabalhos para o alcance dessa finalidade.

A burocracia universitária forma um grupo fundamental para a operação institucional: está ligada à academia, está presente nas relações sociais e políticas que ocorrem na comunidade universitária, nas relações e laços com o exterior e realiza a administração de todo o corpo institucional. É fundamental que a universidade seja uma entidade organizada e funcional para seus princípios e objetivos, e é ela que executa suas tarefas integradas em uma hierarquia administrativa.

Uma burocracia que apoia o gerenciamento de uma instituição exige, novamente nos termos de Weber, precisão, cálculos, por exemplo, do tempo que leva para um procedimento, para provocar confiança no público que executa o procedimento. A burocracia cumpre com a coerência dos meios (seu trabalho) com os objetivos institucionais. Ou seja, deve ser eficaz e eficiente, ágil no manuseio dos procedimentos que são importantes para o funcionamento de uma instituição, o que confere segurança, credibilidade e até legitimidade. A burocracia deve ser um suporte para alcançar o que se pretende. Por exemplo, na universidade, o importante é ensinar bem, treinar cidadãos e pessoas boas capazes de atuar na sociedade, produzir conhecimento original e relevante para o desenvolvimento social e difundir a cultura. A burocracia marca suas características em cada vez mais áreas da trabalho universitário e, ao mesmo tempo, adquire características específicas em cada instituição em que exerce seu domínio.²⁷⁵

Em que pese possam existir tensões entre uma atitude conservadora da burocracia sobre gestão administrativa e política diante de uma atitude favorável à flexibilidade funcional exigida pelo trabalho acadêmico. Além de que, a burocracia mostra-se como fundamental para manutenção do regime democrático²⁷⁶, inclusive nos termos propostos no primeiro capítulo, num experimentalismo de uma democracia mobilizadora por meio das instituições do Estado.

²⁷⁵ MUÑOZ, Humberto. La burocracia universitária. **Revista de la Educación Superior**, vol. 48, n. 189, 2019.

²⁷⁶ MUÑOZ, Humberto. La burocracia universitária. **Revista de la Educación Superior**, vol. 48, n. 189, 2019.

Seção 3. Um pouco além do Direito do Trabalho tradicional: reconstruir a tutela jurídica para reformar as estruturas e deixar de deformar os direitos

A prática de produção mais avançada – como defendido neste trabalho, a produção de conhecimento – é a base mais eficiente de se fortalecer ou enfraquecer o trabalho em relação ao Capital. E assim operaram as formas de organização e representação do trabalho no século XX. Na América do Norte, por exemplo, isso pode ser exemplificado pela possibilidade de sustentação da facticidade do contrato no contexto desigual da relação de emprego, através da negociação coletiva, graças a uma espécie de “poder compensatório” que assegurava ao trabalho organizado, enquanto na América Latina isso se deu através de um “direito trabalhista alternativo, corporativista”²⁷⁷, onde os trabalhadores “(na economia formal, legal, que frequentemente representava metade ou menos na força de trabalho) foram automaticamente sindicalizados, de acordo com o setor da economia e sob tutela do Ministério do Trabalho”²⁷⁸. Ambos os modelos assentavam-se no contexto da produção industrial em massa, “com sua agregação característica de mão de obra estável em unidades de produção bem definidas (fábricas e outras) sob controle de corporações empresariais”²⁷⁹.

Sob um novo paradigma do conhecimento que – diga-se, mais um vez – não substituiu a produção industrial em massa por uma prática produtiva avançada capaz ainda de, atualmente, como ela, se estender ao conjunto da economia –, o trabalho encontra uma fronteira de resignificação. Ao fazer parte de um contexto em que “a produção em massa tradicional declina e seu compromisso com uma força de trabalho estável deixa de ter um fundamento econômico sólido”²⁸⁰, seja através de compromissos trabalhistas mais frouxos – com arranjos contratuais economicamente instáveis – e ajustes fiscais diversos, esvaem-se as bases sobre as quais os regimes contratualistas ou corporativistas assentavam-se.

Esses compromissos trabalhistas impactam no que poderia ser identificado com a ação, se retomada a distinção aristotélica entre trabalho, labor e ação. Hanna Arendt, por exemplo, ao explorar essa distinção, relacionou às duas concepções de natureza humana, a *zoe* e a *bios*. O trabalho, em sua obra, será a atividade necessária para garantir a subsistência na *zoe*, no mundo das necessidades. O trabalho será aquele necessário para sobreviver, e que não possibilitaria

²⁷⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

²⁷⁸ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

²⁷⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

²⁸⁰ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

estoques de energia para que o sujeito construa outra vida mais humana (*bios*) além da pura *zoe*, e seria por isso que o trabalho seria ligado à escravidão e criaria a natureza escrava²⁸¹.

“Livre é aquele que pode sair do ciclo reprodutivo do trabalho para exercer a ação, ou seja, a práxis criativa e o logos emancipador”²⁸². Arendt utiliza-se do conceito de labor pra designar as atividades que transbordam da *zoe* e que tem potencial para criar o mundo, construí-lo e nele permanecer. Labor seria, portanto, o que fora do debate filosófico²⁸³ se chamaria de reconhecimento pelo trabalho, espaço de construção de subjetividade no trabalho, etc, que se dá pela sua conjugação com a *bios*.

A dificuldade nessa distinção é apontada por Hannah Arendt que detectará que “a sociedade moderna, para administrar a vida fora da política, inverteu a concepção do trabalho que os antigos tinham. Para a modernidade, o trabalho, que continua a representar o ciclo reprodutor da vida (produção e consumo) deixou de ser uma atividade banal de pura necessidade animal e foi enaltecida como categoria central da humanização”²⁸⁴. Aquele trabalho que era escravizante, na modernidade passa a dignificar o homem.

Enquanto para os antigos, quanto mais se trabalhava menos humano o humano se tornava, pra os modernos é o trabalho (e não o labor) que recompõe a condição humana. Há, portanto, uma inversão epistemológica do trabalho. Parece surpreendente que a modernidade não tenha distinguido claramente o trabalho do labor, em que a “noção aparentemente blasfema de Marx de que o trabalho (e não a Deus) criou o homem, ou que o trabalho (e não a razão)

²⁸¹ “A opinião de que o trabalho e a obra eram desdenhados na Antiguidade pelo fato de que somente os escravos os exerciam é um preconceito dos historiadores modernos. Os antigos raciocinavam de modo contrário: achavam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações que fornecessem o necessário para a manutenção da vida. Era precisamente com base nisso que a instituição da escravidão era defendida e justificada. Trabalhar significava ser escravizado pela necessidade, e essa escravização era inerente às condições da vida humana”. (ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 102.)

²⁸² RUIZ, Castor Bartolomé. **O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt**. Disponível em: <<https://goo.gl/oolgkJ>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

²⁸³ Talvez essa seja a grande dificuldade dos autores justtrabalhistas em buscar tais características no trabalho posto e apreendido pela CLT, e porque, muitas vezes, o discurso parece (em muito) abstrato, e às vezes até panfletário, diante da prática trabalhista. É pela confusão de se usar um mesmo nome – trabalho – para fazer referência a distintas coisas que nem sempre estão presentes na realidade e nas fontes jurídicas manuseadas. Fazendo uma apropriação das palavras de Arendt (**A condição humana**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 400), “trabalho é uma palavra muito elevada, muito ambiciosa para o que estamos fazendo ou pensamos que estamos fazendo no mundo em que passamos a viver. O último estágio da sociedade de trabalhadores, o qual é a sociedade de empregados, requer que seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido submersa no processo vital global da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas ainda sentidas individualmente, e aquiescer a um tipo funcional, entorpecido e “tranquilizado” de comportamento”.

²⁸⁴ RUIZ, Castor Bartolomé. **O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt**. Disponível em: <<https://goo.gl/oolgkJ>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

distingue os homens dos outros animais, era apenas a formulação mais radical e consistente de algo com que toda era moderna concordava”²⁸⁵.

A súbita e espetacular ascensão do trabalho, da mais baixa e desprezível posição à mais alta categoria, como a mais estimada das atividades humana, começou quando Locke descobriu que o trabalho é a fonte de toda a propriedade. Prosseguiu quando Adam Smith afirmou que o trabalho era a fonte de toda a riqueza e atingiu o clímax no ‘sistema trabalho’ de Marx, no qual o trabalho passou a ser fonte de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem.²⁸⁶

É dizer, uma ferramenta limitadora da ação e das potencialidades nela inscritas. Por isso compreender o que foi empreendido em relação ao colchão de direitos sociais relativos ao trabalho e à previdência é fundamental.

Dentre as marcas da contemporaneidade se situa a substituição no direito, sobretudo, mas não a ele restrito, de uma racionalidade jurídica da legalidade para acolher uma racionalidade econômica da eficiência. A lei, a legalidade, podem perder seu papel de referência que nos introduz como cidadãos na sociedade²⁸⁷.

A Consolidação das Leis do Trabalho é fruto daquele projeto de industrialização levado a cabo no início do século XX e destinava-se a tutelar relações jurídicas ainda porvir, sobretudo porque quando veio a lume sua aplicação era destinada à cerca de 20% da classe trabalhadora, tendo em vista a economia ainda essencialmente rural do país²⁸⁸. Nascida no seio de um projeto de modernização, não cessou sua utilização sob o mesmo pretexto nas décadas subsequentes.

Se, por um lado, o caráter progressista do Direito do Trabalho “não se percebeu, por tempos, com tanta clareza no caso brasileiro, em face da conformação contraditória do modelo trabalhista do País, notadamente seu Direito Coletivo do Trabalho”²⁸⁹, ao menos no âmbito do direito individual, a CLT emergiu fortemente como um marco civilizatório. Mesmo tendo a finalidade de manutenção de um patamar mínimo de consumo, como já abordado no primeiro

²⁸⁵ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 105.

²⁸⁶ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

²⁸⁷ COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017.

²⁸⁸ COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017.

²⁸⁹ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019. *E-book*. p. 58.

capítulo, garantiu de forma inédita o acesso dos trabalhadores ao conjunto dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que no circuito do capital se colocava em jogo, fortemente o antivalor.

Com os direitos da CLT, e com parte do custo de reprodução da força de trabalho passando a ser financiada por recursos públicos (como no caso da universalização paulatina do acesso público à educação, à assistência social e à saúde) e também com os subsídios públicos que diminuíram os gastos com transporte, habitação e lazer, possibilitou o surgimento das “condições econômicas necessárias à elevação do padrão de vida do conjunto da classe trabalhadora se tornaram mais favoráveis, embora fossem insuficientes por si só para permitir a concretização dos avanços esperados”²⁹⁰.

Junto disso, a CLT é a representação do reconhecimento de que “o emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para a sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista”²⁹¹. Entretanto, essa função progressista e modernizante que permeia o Direito do Trabalho no Brasil especialmente a partir do advento da CLT, em sua função civilizatória, “foi claramente comprometida também pela resistência à generalização desse padrão de contratação laborativa (o Direito do Trabalho e seu contrato de emprego) ao longo do século XX e até o início do novo século”²⁹². Cite-se como exemplo a alteração empreendida pela Medida Provisória nº 1.709/1998, que inaugurou um novo marco regulatório na contratualidade laboral: o contrato de trabalho em regime de tempo parcial. O argumento para tanto foi o desemprego crescente do período, sendo a modificação a resposta estatal para superação da era Vargas²⁹³.

Entretanto, tais justificativas mascararam a anotação simbólica da modificação legislativa que encontra raiz na análise econômica da eficiência, através da falsa perspectiva de que “a lei tudo pode e, além da onipotência, principalmente, chancelou a flexibilização de direitos como alternativa de resposta estatal, traço que marcou o governo FHC. O dismantelamento de direitos, fragmentando as relações jurídicas, é um processo lento e contínuo”²⁹⁴.

²⁹⁰ POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book*.

²⁹¹ POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 98.

²⁹² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019. *E-book*. p. 58.

²⁹³ COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017.

²⁹⁴ COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017.

Nesta mesma reconfiguração simbólica, a dominação e os ataques políticos empreendidos contra o Estado de Bem-Estar²⁹⁵ parcamente conquistado estão claramente dispostos a partir do ataque ao trabalho. Aquilo que genericamente poderia ser chamado de um processo de acumulação econômica desenfreada pela expropriação da mais-valia absoluta, “noutros termos, ganha capítulo fundamental atualmente, através do instante da intensificação dos regimes de trabalho e de redução de salários. Chamemos eufemisticamente de ‘reforma trabalhista’”²⁹⁶.

A Contrarreforma de 2017 revelou férreas necessidades da economia capitalista ainda periférica do Brasil. De uma parte, advém da necessidade de integração plena ao sistema produtivo e ao modo de vida do sistema-mundo, o capital financeiro global. De outra, “visa redesenhar as relações jurídicas, moldadas pela legislação protecionista da CLT, que impôs alguns limites à mercantilização absoluta da força de trabalho na sociedade industrial tradicional”²⁹⁷.

O velho sistema protetivo que organizou o trabalho abstrato apoiado na proteção da pessoa singular do trabalhador (associado ou não), a partir de uma teleologia da evolução socialdemocrata ou democrático-populista do século passado, que paulatinamente foi gestando o moderno Direito Coletivo do Trabalho, para que tais indivíduos pudessem ser integrados de forma pacífica e negociada na sociedade de classes e “acordassem, com o beneplácito do Estado, limites e conquistas nesta ascensão”²⁹⁸. A Consolidação das Leis do Trabalho tinha a necessidade de erguer o trabalhador à condição cidadã, como sujeito de direitos, para que este atuasse como consumidor individual, “valorizando a sua personalidade integral (dentro dos

²⁹⁵ “O desmantelamento neoliberal iniciado a partir dos anos 1970 e que, no Brasil, teve seu primeiro impulso, nos anos 1990, pós-redemocratização, hoje se apresenta ostensivamente como todo seu artil e cinismo. Aprovada a EC 241 que congelou os investimentos sociais em 20 anos (talvez a maior condenação social atribuída ao Estado brasileiro em sua história), desmantelado o Fundo Social do Pré-Sal, bem como o seu controle pela Petrobrás, o *Blitzkrieg* neoliberal avançam com a redução dos programas sociais consagrados internacionalmente e a reconfiguração do modelo educacional não cessará de produzir funcionalmente mais “capital humano” para as peças do mercado. É o momento de executar a previdência e os direitos dos trabalhadores.” (AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017. p. 49.)

²⁹⁶ AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017. p. 49.

²⁹⁷ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017. p. 353.

²⁹⁸ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017. p. 353.

critérios da sociedade com classes definidas e dependentes entre si)”²⁹⁹, em que pese já existissem os espaços de possibilidade de flexibilização desses direitos, bem como a precarização das relações de trabalho (tal como o sistema de terceirização de mão de obra).

Essa finalidade, entretanto, passou a perder sentido numa configuração neoliberal crescente, acarretando o declínio da função e da posição ocupada por este Direito do Trabalho no sistema capitalista. A mutação de laços sociais manifestadas pela substituição do Estado, “em uma sociedade que se pretende pautada pela completude, em recusa à autoridade no público e no estatal, abrindo as portas para um gozo a qualquer preço e para a predominância do individual sobre projetos coletivos de vida em comunidade”³⁰⁰, colocou em seu lugar o ideal do empreendedor em si para legitimar um grande desmonte de direitos sociais, chamado de Reforma.

Essa sociedade que rejeita o público, aplaude o desempenho. Nesse contexto, “um poder público apenas poderá se tornar viável por instrumentos legais que assegurem a ‘precarização’ das relações de exploração do valor de trabalho, solapando os parques cantos de resistência de direitos e garantias consagrados na CLT e na CRFB”³⁰¹. Isso porque, tais espaços de resistência e de consolidação de direitos sociais “impede a rápida desvalorização da massa salarial e a integração plena da nossa economia ao novo ciclo global de acumulação. É isso que está em jogo”³⁰². A (contra)Reforma Trabalhista e a (contra)Reforma da Previdência, tem, todavia, outro escopo. Exigem a definição de um outro sistema teleológico: reorganizam a exploração do trabalho abstrato, sem considerar a pessoa do trabalhador concreto, como sujeito de direitos, e “flexibilizam” a sua dimensão humano-individual, para aproximá-lo, ainda mais, da sua condição de mercadoria. “Nas reformas atuais, o trabalhador precisa ser ‘despersonalizado’ – como cidadão-sujeito-de-direitos – para dissolver-se mais plenamente no fluxo do mercado, sem as proteções tradicionais da sociedade industrial”³⁰³.

²⁹⁹ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 353.

³⁰⁰ COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017

³⁰¹ AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 51.

³⁰² GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 353.

³⁰³ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 353.

Mas isso não é tão óbvio quanto parece ser. “De forma alguma, a inteligência está em perceber o quanto esse estado de coisas neoliberal assimilou a crítica de algumas formas anticapitalistas quanto à disciplina do trabalho enquanto parâmetros de uniformização disciplinar”. O canto da sereia reside na substituição do espaço de rigidez controlado de alienação taylorista pelo paraíso da flexibilidade de ritmos, pela autonomia, e pela liberdade dos comandos de chefia, em que segurança e estabilidade são vendidos como formas de covardia moral dos indivíduos. As reformas investem não mais numa moralidade repressiva aos moldes de uma ética protestante, mas num modelo de “identidades flexíveis”, em que o reflexo de tais afetos é cristalizado pela moldura legislativa, e o fracasso (ou a debilidade da proteção social estatal) é apresentada como uma incitação vertiginosa à autoexpressão de si.³⁰⁴

A internalização e apropriação do ideal das reformas é posta também como uma lógica pulsional, já que não se pode esquecer que o neoliberalismo vai além de um simples modelo de gestão econômica, sendo uma forma de produção de vida. É dizer, o trabalho que deveria se transformar em ação pelas reformas é posto como inversão: ação transformando-se em trabalho.

Mesmo que a exploração profunda do trabalho nos moldes tradicionais não desapareça, a ele se associam novos dispositivos disciplinares de engajamento (especialmente pelas reformas legislativas) que se apresentam pela forma da flexibilidade e do empreendedor. “Exercício que a gramática da eficiência e da competitividade facilmente se inscreverá avalizada por qualquer tribunal econômico (nada metafórico) que tome conta. Novidade alguma: assumem-se os valores do mercado a colonizar a política e as instituições.”³⁰⁵

Tendo essas considerações parecem ainda mais cínicas as declarações que sustentavam a possibilidade de geração de novos postos de trabalho para legitimar a Reforma Trabalhista – o que já estatisticamente demonstrou-se falacioso³⁰⁶ –, uma vez que apenas substitui-se os empregos já existentes por empregos mais precários.

³⁰⁴ AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 51.

³⁰⁵ AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 51.

³⁰⁶ Cf. FUTEMA, Fabiana. Um ano depois, reforma trabalhista não gera empregos esperados. **Veja**, 10 nov. 2018. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/economia/um-ano-depois-reforma-trabalhista-nao-gera-empregos-esperados/>>. Acesso em: 24 jul. 2019; BRAGON, Ranier. Reforma trabalhista não cria novas vagas e defensores culpam crise. **Folha de S. Paulo**, 11 mai. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/reforma-trabalhista-nao-cria-novas-vagas-e-defensores-culpam-crise.shtml>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Para exemplificar, é bom que se recorde que se lamentou, à época da aprovação da Reforma, o excesso de litigância judicial trabalhista e a falta de cultura do diálogo e resolução infra-empresarial das disputas entre trabalhadores e empresários, inclusive enaltecendo formas de negociação coletiva europeias como ferramentas de colaboração entre trabalhadores e empresas. Ao tempo que propositalmente deixou-se de lado a força sindical de combate (especialmente na França e na Grã-Bretanha) por meio de greves e conflitos nos locais de trabalho, de manifestações de rua e pressão política, ainda que tais disputas não sejam tão judicializadas. “Na verdade, esse sindicalismo, muitas vezes ainda inspirado numa mundividência marxista, é até de natureza bem mais reivindicativo e intransigente do que o de muitos sindicatos brasileiros”³⁰⁷.

Mais esquizofrênico ainda, defendeu-se tal cultura colaborativa e negociada (coletivamente) enfraquecendo as entidades de negociação, os sindicatos. Até porque, apenas um sindicalismo forte tem capacidade de reequilibrar relações inerentemente desiguais e assimétricas como são as relações laborais. Clareira aberta dentro da qual coube ao trabalhador individual assumir todos os riscos. A possibilidade do afastamento total da legislação trabalhista criou um espaço de anomia que significa, em última análise, a autotutela de luta de classes que se quer ocultar travestindo-a de colaboração.

Os direitos fundamentais (e aqui especialmente os sociais) deixam de ser visualizados a partir da contradição “entre ‘efetividade’ e ‘não-efetividade’, ou mesmo entre ‘aplicabilidade direta’ ou ‘necessidade de norma regulatória’. Eles são abordados através da contradição ‘direitos fundamentais’ x ‘déficit público’, ou ainda ‘contratualidade social emergente do poder constituinte’ x ‘contratualidade originária do mercado financeiro’”³⁰⁸, de modo que as categorias econômicas tomam lugar das categorias regulatórias do próprio Direito, e as categorias econômico-financeiras suprimem a força normativa da Constituição política do Estado.

Nesse processo que é essencialmente manipulatório, os princípios jurídicos fundamentais deixam de operar como ligações dentro da ordem jurídica e passam a ser mediatizados por fórmulas não-jurídicas oriundas da economia, como “redução de déficit

³⁰⁷ FREITAS, Ana Maria Aparecida de; SILVA, Carolina de Freitas e. A reforma trabalhista e a implementação de políticas públicas de reducionismo de direitos sociais: crise e austeridade em tempos de golpe. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 37.

³⁰⁸ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 354.

público”, “enxugamento do Estado”, etc. Convince-se que o “Estado é ‘credor’ da renúncia de direitos pela cidadania, não um “devedor” dos direitos fundamentais penhorados no rentismo global. É uma demanda estatal, que torna o cidadão um suposto devedor inadimplente da solidariedade à sociedade, que é incorporada de forma totalitária no Estado privatista”³⁰⁹.

Desse modo é possível ver como a Reforma Trabalhista e, mais recentemente, a Reforma da Previdência utilizam-se da categoria do trabalho para subverter o largo alcance da Constituição – “como contrato político democrático de previsibilidade mínima – que foi formado na própria noção de Estado Social de Direito e na Teoria Geral do Estado, que o constitucionalismo iluminista construiu como doutrina”³¹⁰, e retroceder socialmente.

Na racionalidade jurídica pautada na legalidade, o cumprimento das diretrizes normativas pautam comportamentos e resultados são assumidos mesmo quando não desejados. Na racionalidade econômica pautada pela eficiência, a ação será determinada pelos maiores ganhos, nem que para tanto se tenha que mudar as regras do jogo ao jogar: o *homo ludens* ganha a qualquer custo, mesmo ao custo de retirada de direitos fundamentais.

“A solidariedade e a noção de bem público diminuem na mesma proporção do papel do estado em seu viés político e social. O papel da empresa privada, no que tange à regulamentação das vidas das pessoas, aumentou”. Cria-se, a partir dessa acirrada competitividade econômica uma “fábrica de perversidade”.³¹¹

Isso faz com que, analisando-se retrospectivamente, o que parecia ser a forma natural de representação e proteção ao trabalho (no Brasil representada pelo constante fortalecimento da CLT e seus princípios protetivos), passe a ser visto como “apenas um interlúdio relativamente breve entre dois períodos em que o trabalho é organizado primariamente por meio de arranjos contratuais descentralizados, sem segurança econômica ou cidadania”³¹².

São os arranjos institucionais juridicamente definidos que podem fortalecer ou debilitar o trabalho em relação ao capital. Tais arranjos estabelecem os termos sob os quais se recruta o trabalho para a produção. O crescimento econômico requer superações constantes dos

³⁰⁹ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 354.

³¹⁰ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 354.

³¹¹ GALEB, Maurício. Globalização e o ataque ao mundo do trabalho: resistência ou submissão?. In: OPUSZKA, Paulo Ricardo (Org.). **Direito do Trabalho e efetividade: temas clássicos problemas contemporâneos**. Curitiba: CRV, 2017.

³¹² UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

limites tanto da oferta quanto da demanda. Entre tais arranjos estão aqueles que definem a posição jurídica do trabalho com relação ao capital (direito contratual, corporativo e trabalhista) e aqueles que definem os termos do acesso descentralizado aos recursos e oportunidades de produção (regime de propriedade).

Essa tendência pode ser verificada nas partes iniciais de *O Capital*. Marx afirmava que de forma antecedente a produção industrial padronizada em grande escala, ao fordismo industrial, e dos regimes próprios de direito do trabalho, havia um sistema de produção domiciliar contratada (*putting-out system*). Mas, agora, com “rastros do declínio da produção em massa e de sua ultrapassagem por uma nova prática de produção avançada (...) novo *putting-out system* surge em escala global”³¹³.

Essa forma terceirizante encontraria a “criação de um outro regime de direito do trabalho ao lado do direito do trabalho estabelecido, desenhado para uma economia que está deixando de existir”³¹⁴, sobretudo para assegurar que a flexibilidade jurídica no trabalho não servisse como “como eufemismo para insegurança econômica radical”³¹⁵.

Na ausência de outra configuração jurídica, de um regime jurídico alternativo para representação e proteção do trabalho e, mais fundamentalmente, de iniciativas que apontem na direção de um vanguardismo includente, o trabalho fica desprotegido e cai sua participação na renda nacional.

Os impactos da contrarreforma vão além dos aparentemente apontados. Em que pese regule parcela específica das relações de trabalho, sua ideologia espalhar-se por outros setores, impactando, inclusive, nos servidores públicos.

A doutrina vem tratando a empreendida contra os trabalhadores parece tratá-la como exclusiva ao âmbito privado e inexistente no setor público, seja por esquecimento não intencional, seja pelo costume de não misturar os burocratas públicos ao operariado privado. Na frequente concepção de que a relação de trabalho a que se submetem os servidores é de menos «trabalho» do que a relação dos demais.

Nas tradicionais doutrinas que tratam das relações de trabalho e suas peculiaridades, e a partir da perspectiva do mercado de trabalho, os trabalhadores do setor público – servidores e empregados públicos – têm sido apontados como aqueles que gozam de uma situação privilegiada e protegida em relação aos demais trabalhadores inseridos na lógica da iniciativa privada. A ideia generalizada nessas abordagens coloca o Estado no patamar de “empregador

³¹³ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

³¹⁴ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

³¹⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

exemplar, adiantando-se ao setor privado na aplicação dos direitos trabalhistas. Este seria um meio de sinalizar para o setor privado formas de relações de trabalho mais avançadas do ponto de vista social”³¹⁶.

As dessemelhanças seriam dadas porque, diferente da esfera privada, o trabalho no âmbito estatal teria uma natureza intrinsecamente política e blindada de restrições econômicas imediatas e diretas.

Essas distinções analíticas que colocam o aspecto público *versus* o aspecto privado – com o advento da globalização financeira, acompanhada do enfraquecimento da ideologia keynesiana que por muito tempo ditou o tom das ações estatais, somada ao estabelecimento do equilíbrio fiscal como meta permanente – passaram a ter suas razões de ser esvaziadas.

As condutas estatais austeras formuladas sob a chancela do necessário contingenciamento tornaram-se quase tão draconianas quanto as restrições de mercado na iniciativa privada, suplantando nesse ponto as diferenças estanques entre essas duas “categorias” de trabalhadores.

Por outro lado, é certo que a natureza política das relações de trabalho na Administração Pública permanecem acentuadas, uma vez que mesmo as questões puramente trabalhistas se encontram imbricadas com os demais objetivos político-governamentais.

O governo, nesse sentido,

tem de conciliar papéis e interesses nem sempre congruentes, tais como os de empregador (com as preocupações inerentes), de autoridade responsável pela política econômica e monetária do país e de formulador de políticas, inclusive as que se referem às relações de trabalho, seja no setor público, seja no setor privado. Nesse sentido, por exemplo, objetivos políticos a serem perseguidos qua empregador podem entrar em choque com a condução de políticas macroeconômicas³¹⁷.

Entretanto, a politização do trabalho privado pode, por vezes, apresentar-se tão ou mais intensa do que no setor público. A explicação para tal afirmação encontra-se na própria Teoria do Estado.

A relação de emprego formulada sob as lentes do Estado Social se estabelece como importante forma de conexão do indivíduo ao capitalismo, restringindo as tendências

³¹⁶ CHEIBUB, Zairo B. Reforma administrativa e relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 43, pp. 115-146, jun. 2000.

³¹⁷ CHEIBUB, Zairo B. Reforma administrativa e relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 43, pp. 115-146, jun. 2000.

autofágicas do capitalismo liberal mediante a implementação de certa função social ao “moinho implacável da economia”³¹⁸. Desse modo, o Estado da social-democracia, com formatação mais madura do próprio capitalismo, deslocou, de certa forma, a luta de classes para as demandas sociais dirigidas à política e à burocracia estatal.

Assim, sem maiores digressões ou aprofundamentos teóricos acerca de todas as correntes e concepções acerca dos conflitos do capital, parece incontestado que os confrontos políticos em relação ao Estado também estão presentes nas relações trabalhistas privadas. Esses confrontos, ao contrário do que se possa argumentar, também colidem diretamente com a condução das demais demandas estatais. Não são meras consequências indiretas de uma configuração estatal subsidiária e regulatória, mas constituem-se como componentes da atuação interventora e social do Estado. A explicação do capitalismo, nesse contexto, não é possível “sem a remissão à análise do político, já que este, o Estado, não é mero registro da realidade social, mas, igualmente, seu produtor”³¹⁹.

Desse modo, a classificação vulgar entre aqueles que não são e aqueles que são “celetistas”, não diz nada além da legislação aplicável àquele vínculo jurídico. “Aquele divisão entre o trabalhador direto e os meios de produção não será apenas absorvida pelo Estado, senão que ele, originalmente, a reproduzirá em sua ossatura institucional”³²⁰.

É curioso assinalar que no Direito Ocidental, foi o Direito Administrativo que surgiu como “primeiro lugar para que as regulamentações de capital e trabalho encontrassem guarida dentro do ordenamento jurídico, ou, ainda para que o Estado depositasse a demanda da decorrente das relações de trabalho, sustentado por autores como Leon Duguit”³²¹, e contemporaneamente esses aspectos são ignorados pela doutrina publicista.

Tal *herança genética* (qual seja a origem da semente para resolução das demandas laborais junto ao Estado) foi menos discutida na teoria acerca da formação do Direito do Trabalho, uma vez que, no Brasil, a maior parte dos autores sempre sustentou sua gênese nas políticas populistas interventoras da década de 40 e não nos problemas que começaram no lugar do Direito em que os conflitos entre capital e trabalho se resolvem, ou seja, somente com o advento da CLT.³²²

³¹⁸ DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. São Paulo: LTr, 2006.

³¹⁹ CLÈVE, Clèmerson Merlin. **O direito e os direitos**: elementos para uma teoria crítica do direito contemporâneo. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 127.

³²⁰ CLÈVE, Clèmerson Merlin. **O direito e os direitos**: elementos para uma teoria crítica do direito contemporâneo. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 127.

³²¹ OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012. p. 192.

³²² OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012. p. 192.

Ademais, “o trabalho pode ser fonte de motivação e sentido de vida ou de mal-estar para o indivíduo, com repercussões para os usuários imediatos e mediatos de seus serviços. O trabalho público não é diferente. A essência da relação é a mesma: empréstimo da força física, intelectual, técnica e operacional de alguém para servir a outrem, mediante contraprestação. Por mais que a relação de função pública reja-se por princípios próprios, mais ou menos publicistas, a depender se o vínculo é de direito administrativo ou de direito do trabalho, o objeto da relação é sempre o labor humano. É preciso reconhecer que o direito administrativo no Brasil avançou pouco nessa matéria. Inúmeras lacunas, todavia, podem e devem ser supridas por integração analógica, eis que direitos sociais têm sede constitucional e a Constituição interpreta-se como sistema”³²³.

Sujeito às novas formas de gestão administrativas, o servidor público, assim como os trabalhadores em geral, sofre a desqualificação de seu trabalho no atual contexto. Como as políticas governamentais impõe mudanças que fogem ao seu controle, o trabalho perde o seu significado e as tarefas passam a ser vazias de conteúdo. A crise do trabalho estende-se ao servidor público que tem seu trabalho precarizado, terceirizado e privatizado. Por esses motivos que a resistência às reformas vai muito além de uma estrita defesa da CLT. É necessário, hoje, erguer a bandeira de novas tutelas que abriguem no sistema jurídico, princípios e normas protetivas que garantam as formas de trabalho que se destinem à transformação em ação. E é nesse ponto que a análise das Reformas importa ao debate acerca dos trabalhadores imateriais da pesquisa.

O trabalho, nesse contexto, está perdendo muitas das características que assumiu no interior da assim sociedade salarial. O trabalho, atualmente, não tem mais tanta relação com aquele tratamento passivo e hétero-dirigido das fábricas, daquele trabalho incorporado pelo direito e objeto inclusive da subordinação jurídica e normalizadora por ele veiculado. Trata-se, agora, de um trabalho ligado muito mais com “o tratamento de informações e conhecimentos, com o investimento da própria subjetividade em relações de trabalho e/ou com o desenvolver inovações de produtos e de processo”³²⁴.

³²³ SILVEIRA, Raquel Dias da. Algumas reflexões sobre gestão de recursos humanos na Administração Pública – Um paralelo com a iniciativa privada. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 14, n. 166, p. 62-69, dez. 2014.

³²⁴ CHICCHI, Federico. Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial. Entrevistadores: Cesar Sanson e Graziela Wolfart. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 327, mai./2010.

Aquilo que o Direito se refere como trabalho por meio da legislação tem sido paulatinamente tangenciado pela prática produtiva imaterial, intelectual e relacional que não mais atende à lógica de controle fabril.

O trabalho se apresenta hoje, ao mesmo tempo, no interior da empresa, mas contemporaneamente se organiza cada vez mais fora dela. Seus limites tradicionais, portanto, tornam-se mais porosos e invadem aqueles espaços da vida antes considerados, até mesmo, improdutivos. Invade o espaço da universidade – que, conforme será visto no próximo capítulo, curiosamente é alvo de um discurso de que é são diletantes, improdutivas e dispendiosas – tomando-a como um espaço central, e por isso a universidade é um exemplo de destaque para essa discussão. É o trabalho espreado-se em um espaço da vida antes tido como impermeável porque consideradas não diretamente desfrutáveis para fins econômicos.

Isso não se opõe a defesa dos direitos dos assalariados tradicionais, mas, ao contrário, pode fazer um amálgama generoso entre um mundo do trabalho que ainda vai demorar muito para morrer e o novo mundo do trabalho que ainda está, historicamente, nos seus primeiros meses de gestação.³²⁵

A remodelação do direito do trabalho daria novo significado “à crença, partilhada por socialistas e liberais do século XIX (de Karl Marx a John Stuart Mill), de que o trabalho assalariado economicamente dependente é forma imperfeita e transitória de trabalho livre”³²⁶, dando lugar futuro a formas elevadas de trabalho livre (autoemprego e cooperação), cuja relegação à condição subordinada “somente começou a parecer natural e necessária no final do século XIX. Os arranjos institucionais e o direito privado de uma variante inclusiva da economia do conhecimento reviveria e reinterpretaria esse ideal do século XIX, reinventando-o e remodelando-o à luz das condições do século XXI”³²⁷.

Para superação da desigualdade, estagnação e apequenamento nacional neste novo paradigma econômico, não é mais suficiente apenas a regulação de mercado, o estabelecimento de uma progressividade tributária ou os direitos sociais redistributivos. Para o desenvolvimento aqui defendido há a necessidade de uma mudança de estruturas e remodelagem dos arranjos institucionais que definem a economia de mercado.

³²⁵ GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017. p. 354.

³²⁶ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

³²⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

Isso contraria o pressuposto comum – e corriqueiro – do pensamento sobre política econômica, segundo os quais os desequilíbrios econômicos resultam de falhas da competição no mercado ou de sua má regulação. Também contrapõe a controvérsia ideológica moderna assentada na oposição entre Estado e mercado e da necessidade do equilíbrio entre eles.

Rejeita-se, também, a concepção “comum a boa parte da teoria social clássica, pela qual a história seria palco da sucessão de uma lista fechada de regimes sociais e econômicos (como o “capitalismo”), cada um deles um sistema indivisível”³²⁸ ou que, ainda, a transformação política pode ser apenas realizada por via revolucionária ou reformista.

Ao contrário, ela afirma que a mudança estrutural é quase sempre fragmentária e parcial. Objetivos radicais podem ser atingidos – e de ordinário são – por meios graduais, tanto quanto um movimento possa persistir em uma certa direção³²⁹.

Para realizar essa reinterpretação é preciso, antes, estabelecer as premissas jurídicas e institucionais para tanto. A economia do conhecimento que se pretenda inclusiva, e que ressignifique o trabalho, demanda que seus instrumentos sejam orquestrados e projetados para além das ilhas ou franjas do setor produtivo (como na indústria privada de alta tecnologia) e espraie-se para todas as partes do sistema produtivo. Isso inclui a conjugação do acesso ao capital e tecnologia de ponta, práticas e capacitações a eles associadas, força de trabalho qualificada, e acesso aos mercados (doméstico e internacional) como fonte de demanda e parâmetro comparativo.

A tarefa jurídica, em primeiro lugar, é a de inovar legal e institucionalmente para aplicar o acesso às oportunidades e recursos para a produção, e organizar o processo por meio do qual “poderemos descobrir experimentalmente o melhor caminho para ao vanguardismo incluyente”³³⁰.

Mas a tarefa antecedente a tal remodelagem é buscar o ponto onde esse experimentalismo encontre, nas palavras de Mangabeira Unger, a possibilidade de uma democracia “energizada”.

Assim, passa-se a discutir as possibilidades desse experimentalismo democrático tendo como local propício para tal empreitada a Universidade Pública brasileira. Um primeiro caminho, na vanguarda de um novo desenvolvimento.

³²⁸ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

³²⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

³³⁰ UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

CAPÍTULO 3

RETOMAR O DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO

Desde a promulgação da Constituição de 1988, grosso modo, estabeleceu-se no Brasil, uma disputa pelo sentido do desenvolvimento a partir de dois projetos políticos antagônicos. De um lado, requeenta-se a pauta do caminho liberal, da orientação privatista e individualista, que viveu seus melhores dias na década de 1990, mas que “desde 2016 vem conseguindo impor uma agenda abrangente, profunda e veloz de retrocessos institucionais em áreas críticas de regulação econômica, social e política do país”³³¹.

Embora raramente com força política suficiente no cenário nacional, permanece como possibilidade um projeto mais progressista, dentro e fora de estruturas governamentais, de afirmação de direitos. Afirmação esta que demanda bases materiais e condições políticas para o desenvolvimento.

Conforme já amplamente debatido nos capítulos anteriores, a base material é encontrada na consideração do trabalho, e as condições políticas para o desenvolvimento precisam ser revistas a partir dos novos paradigmas de uma sociedade do conhecimento.

Assim, há a demanda de novas práticas e formulações institucionais, que quando conjugadas de acordo com as aspirações acima demonstradas, encontram um local propício à uma primeira vivência na Universidade Pública brasileira.

Desse modo, na primeira seção deste capítulo será demonstradas as possibilidades do experimentalismo institucional através da Universidade Pública. Instituição viável para criação de mecanismos democráticos de alta energia.

Na segunda seção, demonstra-se a factibilidade desta proposta por meio da produção

³³¹ CARDOSO JR, José Celso. Trinta anos de disputas por um projeto nacional de desenvolvimento nos trópicos. In: CARDOSO JR, José Celso. **A Constituição Golpeada**: 1988-2018. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

de ciência na Universidade Pública de modo democrático ou, de como será tratado adiante, de forma simbiótica, para além de um confinamento, movendo-se na direção de um vanguardismo inclusivo, de modo a reascender o crescimento acelerado e começar a reparar as fontes de extrema desigualdade na segmentação hierárquica da economia³³².

Encerra-se este debate, na terceira seção, através da demonstração de como a proteção à atividade docente é essencial à conformação de uma democracia de alta energia, e em que medida os ataques ao trabalho universitário denotam também as potencialidades políticas de transformação de estruturas que nelas se encontram.

Seção 1. Institucionalidade experimental pela Universidade Pública

Na primeira metade do século XX, a revolução brasileira estava no Estado intervir na economia de modo a construir uma parcela de setores com trabalhadores minimamente organizados, sediados na indústria, com o objetivo de mudar o Brasil. Um século depois, o desafio revolucionário encontra-se em liderar inovações institucionais que permitam a maioria dos trabalhadores a seguir o exemplo da vanguarda de emergentes. “Para isso, não basta democratizar a economia brasileira do lado da demanda por meio da popularização do consumo e do aumento da renda popular. É preciso democratizá-la do lado da oferta”³³³.

A democratização da economia de acordo com cada um desses pontos se mostra com essencial diferença. Enquanto a primeira visa o redirecionamento de recursos e pode ser bastante eficaz a esse modo, para alcançar a segunda alternativa é necessário “mudar instituições e consciências”³³⁴. Essa democratização de mercado almejada só prossegue por meio do aprofundamento democrático, visando a construção de uma democracia, na expressão fiel de Mangabeira Unger, de «alta energia», e que dispense a crise para tornar as mudanças possíveis. “A democratização do mercado e o aprofundamento da democracia têm como contrapartida a capacitação dos brasileiros, sobretudo pela transformação da maneira de aprender e de ensinar. Só assim daremos asas, braços e olhos à vitalidade brasileira”³³⁵.

³³² UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

³³³ UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 16.

³³⁴ UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 16.

³³⁵ UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 16.

Essa atitude revolucionária encontra obstáculos não só na clássica “falta de vontade política” e no contingenciamento de recursos, mas também, da ausência de imaginação institucional. E é essa imaginação que existe a possibilidade de superação do “colonialismo mental”³³⁶.

Do ponto de vista acadêmico, o colonialismo mental é caracterizado por um discurso majoritário que despreza quaisquer tentativas imaginativas ou inovadoras relacionadas às instituições, apontando-as como práticas voluntaristas ilusórias e perigosas. Dessa forma, respaldam, inclusive do ponto de vista estrutural, um rompimento entre a experiência coletiva (brasileira) e a explicação (sempre “de fora”). Obviamente que isto não significa uma exclusividade de ideias locais para formulação de um pensamento nacional que possa ser eficiente às nacionais, mas sim que idolatra-se – muitas vezes de forma cega e acrítica – as receitas alheias.³³⁷

Dessa forma, nessa seção será abordado, especificamente, a “rebeldia institucional” para uma “democracia mobilizadora” preconizada por Roberto Mangabeira Unger como possibilidade para esta arrancada de desenvolvimento pela Universidade através da produção da ciência.

Obviamente a abordagem acerca das instituições não é única, existindo um variada gama de orientações teórico-metodológicas sobre o tema. Nas ciências sociais “existem interpretações para os fenômenos políticos que apontam para causas socioeconômicas como determinantes para um resultado, outras identificam os posicionamentos políticos-ideológicos como principal elemento explicativo do fenômeno investigado”³³⁸.

Entretanto, no direito esta preocupação é mais pulverizada. Os juristas utilizam-se da noção de instituição como uma pedra de toque para suas reflexões, inclusive tradicionalmente, como nos estudos de Maurice Hauriou e Santi Romano, que atribuíram especial importância às instituições em seus estudos no final do século XIX e início do século XX. Debatendo-se contra o formalismo jurídico – e filiados à uma corrente pluralista –, o institucionalismo era apontado como uma alternativa teórica para a abordagem da ciência jurídica. Em que pese sua

³³⁶ UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental**: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 16.

³³⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental**: repensar e reorganizar o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 18.

³³⁸ TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROMANELLI, Sandro Luís Tomás Ballande. Para que servem instituições? Breves apontamentos sobre abordagens neoinstitucionalistas em Teoria do Estado. In: SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela (Org.). **Estudos em Teoria do Estado e Constituição**: desafios e perspectivas. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica - IBPJ, 2018. p. 179.

importância, são estudos teóricos que referem as instituições apenas ao campo do próprio direito. É dizer, “iluminam o conceito de instituição, mas dizem pouco sobre sua aplicação, efeitos sociais e dinâmicas de mudança. Não o articulam, enfim, com as ideias de desenvolvimento econômico e não aprofundam o tema da mudança institucional”³³⁹. Unger é um dos poucos que estabelece essa discussão.

Os cientistas sociais, especialmente aqueles que partem do individualismo metodológico como premissa, encontram nas instituições a formação estrutural da sociedade apresentando-se tanto como força externa que atua sobre indivíduos quanto como estrutura de permeada pela vontade desses: “parece agir, escolher e decidir como se fora um grande indivíduo, mas também é criada e formada por indivíduos”³⁴⁰. Ao criar e promover as instituições, esperam-se efeitos intencionais ou não, que alterem o comportamento dos indivíduos em função dos efeitos esperados da alteração do comportamento dos indivíduos por elas regrados.

A instituições em si não apresentam “vontade própria” (coletividades não tem preferências), mas refletem o resultante das vontades dos indivíduos que a compõe. Obviamente, estes podem ter (e normalmente têm!) interesses divergentes. Diante do conflito decisório, as instituições podem ser dirigidas em linhas ditatoriais ou democráticas, sendo que, na última hipótese, a análise dos resultados produzidos pela instituição torna-se mais complexa devido à distribuição de preferências individuais na ação coletiva.³⁴¹

Sua formação seria destinada a organizar interações sociais cujos problemas e desdobramentos não podem ser antecipadas, de modo a garantir a maior previsibilidade no resultado da tomada de decisões coletivas. Isso é evidente inclusive porque as instituições seriam dispensáveis em um ambiente de racionalidade plena (e não delimitada como a atividade humana), vinculação a promessas sem “discrepância entre as promessas *ex ante* e o comportamento *ex post*”, e uma livre competição de mercado onde “atores diferentes possuem

³³⁹ COUTINHO, Diego R. Direito e institucionalismo econômico: apontamentos sobre uma fértil agenda de pesquisa. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 37, n. 3, jul./set. 2017.

³⁴⁰ ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 174.

³⁴¹ UNGER, Roberto Mangabeira. *Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 18.

³⁴¹ TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROMANELLI, Sandro Luís Tomás Ballande. Para que servem instituições? Breves apontamentos sobre abordagens neoinstitucionalistas em Teoria do Estado. In: SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela (Org.). *Estudos em Teoria do Estado e Constituição: desafios e perspectivas*. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica - IBPJ, 2018. p. 186.

recursos diferentes; possuem, portanto, interesses permanentes nas identidades uns dos outros”, sem a especificidade do ativo.³⁴²

Dadas na expectativa de estabilidade, falar em experimentalismo, ou aqui, ainda um passo atrás, em transformação institucional aparentemente mostra-se como uma incongruência. Entretanto, sendo fruto de atos humanos de planejamento consciente, instituições não têm uma evolução “natural”. Modificaram-se desde sua gênese, e continuam modificando-se, por atos de vontade dos indivíduos. Entretanto, a lentidão com que esse processo ocorre é tributário do próprio processo político.

Ao perceberem que o resultado político é desvantajoso para eles, os atores políticos não tentam, necessariamente, modificar de imediato as instituições políticas. Ao contrário, continuam a trabalhar dentro do mesmo quadro institucional, esperando que, na próxima ocasião, condições externas ajam a seu favor. Somente após uma série de fracassos é provável que a instituição política seja questionada. Mesmo então, leva tempo para que se formem novas coligações políticas em torno de novas soluções institucionais.³⁴³

Por isso “é compreensível que observadores das instituições tenham a equivocada impressão de estabilidade”³⁴⁴, quando em verdade as mudanças observadas tendem a ser marginais ao invés de radicais (por revolução, por exemplo, mas não só)³⁴⁵. No Brasil, as mudanças institucionais radicais geralmente são advindas de crises econômicas e políticas.

Os grandes teóricos sociais europeus – Karl Marx, em primeiro lugar – identificaram a dinâmica interna das sociedades – a revelação de conflitos inevitáveis e oportunidades perdidas – como a causa imediata de sua transformação. Estavam errados. A guerra e o colapso econômico têm sido as principais alavancas da mudança; a catástrofe, imprevista e descontrolada, tem feito o papel de parteira da reforma.³⁴⁶

Há, entretanto, a equivocada compreensão de que as modificações institucionais caminham em um mesmo sentido, como *continuum* evolutivo, “como se ao final o mundo fosse

³⁴² TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 104.

³⁴³ TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos**. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 106.

³⁴⁴ TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROMANELLI, Sandro Luís Tomás Ballande. Para que servem instituições? Breves apontamentos sobre abordagens neoinstitucionalistas em Teoria do Estado. In: SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela (Org.). **Estudos em Teoria do Estado e Constituição**: desafios e perspectivas. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica - IBPJ, 2018. p. 186.

³⁴⁵ NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 89

³⁴⁶ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 11.

presenciar o império de um conjunto institucional específico”³⁴⁷. Eis a tese da convergência que respalda não só o fetichismo institucional³⁴⁸ como também o neoliberalismo, amparando a postura conservadora e antiexperimentalista. Assim como no campo econômico essa tese leva a crer que a cópia de supostas práticas econômicas dos países ricos levaria ao desenvolvimento brasileiro, no campo institucional, as mesmas práticas levariam as instituições “eficientes” a operar tais objetivos.

Nas ciências sociais – especialmente, na mais poderosa delas, a economia –, a racionalização reina: a explicação do funcionamento da sociedade contemporânea se transforma em justificação da superioridade ou da necessidade dos arranjos hoje estabelecidos nos países ricos. Nos discursos normativos da filosofia política e da teoria do direito, a humanização está no comando: a justificação de práticas, como a redistribuição compensatória pelo Estado ou a idealização da lei como um repositório de princípios e políticas impessoais que tornariam a vida menos cruel para os mais pobres ou mais fracos. As mais admiradas teorias da justiça dão um lustro de apologia metafísica a práticas redistributivas de taxaço e transferência adotadas pelas social-democracias conservadoras de hoje. Dessa maneira, os humanizadores esperam suavizar o que já não sabem modificar ou refazer. Nas humanidades, o escapismo está na ordem do dia: a consciência vai passear numa montanha-russa de aventuras, desconectada da reconstrução da vida prática. Somos ensinados a cantar acorrentados. A cumplicidade silenciosa dessas tendências racionalizantes, humanizadoras e escapistas, na cultura universitária, deixa o campo aberto a formas de pensamento político prático que são tão pobres em visão quanto carentes de esperança.³⁴⁹

Ao contrário, instituições, para Unger, operam em relação ao contexto formador. É dizer, operam em relação às dimensões práticas e determinantes relativas ao conjunto de ideias e papéis sociais, hierarquias e demais atividades exercidas em sociedade – tal como o trabalho. Além de que, para o autor, as instituições necessitam de revisibilidade pressupondo um direito não enrijecedor da imaginação institucional, impondo-se contra as relações de necessidades falsas.³⁵⁰

O contexto formador determina quanto às revisões institucionais, a medida da revisibilidade da ordem social, não só do ponto de vista formal, mas também ideológico. E o desequilíbrio desta medida seria rebalanceado através de estímulos ou atenuações dos

³⁴⁷ LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p.

³⁴⁸ “The belief that abstract institutional conceptions, like political democracy, the market economy, and a free civil society, have a single natural and necessary institutional expression”. (UNGER, Roberto Mangabeira. **What should legal analysis become?**. Nova York: Verso, 1996. p. 7).

³⁴⁹ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 10-11.

³⁵⁰ UNGER, Roberto Mangabeira. **Politics**: the central texts – theory against fate. Londres: Verso, 1997.

redesenhos institucionais estratégicos, daí o sem número de disputas a preservar o contexto formador ou corrigi-lo.

Nesse sentido, contexto formador poderia ser identificado como uma macroestrutura ou uma “aglomeração mais ou menos frouxa e acidental de práticas institucionais e concepções ideológicas”³⁵¹ enquanto as instituições (incluindo-se o direito) são microestruturas, de forma que o indivíduo obtém instrumentos necessários ao exercício da capacidade negativa para transcender o contexto em que se insere, transformando-se, assim, como seu arquiteto crítico³⁵².

As tendências dominantes no campo total das ciências sociais e das humanidades contemporâneas – racionalização, humanização e escapismo – conspiram para desarmar a imaginação, em sua luta para desafiar e repensar arranjos estabelecidos. Nas ciências sociais, a racionalização prevalece: modos de explicar os arranjos existentes parecem defender sua naturalidade e necessidade. Ideias sobre alternativas estruturais, que herdamos de teorias sociais clássicas como o marxismo, permanecem emaranhadas no cadáver deteriorado das suposições deterministas.³⁵³

“Diferentemente do modo de produção de Marx, o contexto formador ungeriano é divisível. O último conceito é, então, uma alternativa explicativa para o primeiro. Em verdade, subverte-o, subtraindo-lhe alguma de suas naturalizações, como a vinculação a leis históricas de transformação”³⁵⁴. A mudança do contexto, pressupõe, então a sua divisibilidade entre as instituições. Dessa forma que “obedece a outras forças que não à luta de classes: às forças da capacidade negativa e do grau de entrincheiramento a que está submetido o contexto. Cada novo resultado de transformação é em parte influenciado pelo anterior e influenciador do subsequente.”³⁵⁵

É a partir desta compreensão que as instituições não poderão ser apontadas como um eufemismo pra o Estado, um sinônimo de organização, ou um suporte ao sistema econômico, ou como um “conjunto estável de papéis, apoiado em uma generalização de expectativas complementares sobre padrões de conduta e sanções”³⁵⁶. Ao contrário, estas surgem para conter

³⁵¹ AMATO, Lucas Fucci. **Construtivismo jurídico**: teoria no direito. Curitiba: Juruá, 2017. p. 114.

³⁵² UNGER, Roberto Mangabeira. **Politics**: the central texts – theory against fate. Londres: Verso, 1997.

³⁵³ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 22.

³⁵⁴ LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 56.

³⁵⁵ LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 56.

³⁵⁶ AMATO, Lucas Fucci. **Construtivismo jurídico**: teoria no direito. Curitiba: Juruá, 2017. p. 161.

e interromper conflitos, tendo sua função estabelecida em determinado grau de condições materiais e imateriais das relações sociais³⁵⁷. Serão, pois, um conjunto de regras e crenças que dão forma a práticas cujo conteúdo é informado por concepções de como as pessoas se posicionaram ao domínio da vida social³⁵⁸, bem como poderão ser apresentadas como elementos orientadores das regras e práticas sociais.

No estabelecimento de estrutura(s) institucional(is) experimental(is), ou passíveis de pronta correção, não se desconsidera, por óbvio, os obstáculos constitucionais à sua execução, especialmente quando pensados nos termos de Elster quanto às amarras substantivas contra a impulsividade e desejos de quem detém o poder de decisão³⁵⁹. E aqui encontra-se o limite da revisão institucional: a realização do experimentalismo através das premissas democráticas de alta energia que lhe legitimam³⁶⁰. Sobretudo quando se considera a existência da Constituição de 1988 “em movimento”.

Pelo exposto, e sem desconsiderar a distância que há – a todo momento e lugar – entre os fatos e as leis, ou seja, sem jamais acreditar que a mera existência formal da CF/88 possa ser posta em movimento tal e qual a letra das leis, portanto, cientes de que qualquer aparato legal nada mais é do que o resultado (mais ou menos transitório ou permanente) dos embates políticos, econômicos, sociais, culturais, etc. de uma dada sociedade em determinado tempo e contexto histórico, vê-se tais aparatos, por sua vez, trazem em si determinados princípios, diretrizes e projetos políticos cuja implementação (isto é, sua conversão em fatos da realidade) depende evidentemente da disputa social e política – idealmente arbitrada por regras supostamente republicanas no sistema democrático vigente – que se coloca em movimento desde a sua promulgação.

Isso significa que a discussão sobre a CF-1988 não está descolada da vida cotidiana das pessoas e instituições (sejam estas públicas-estatais, não estatais, e privadas), as quais são criadas, transformadas e mobilizadas para a aplicação ou contestação de

³⁵⁷ Avelãs Nunes, por exemplo, é um dos autores que discorda dessa perspectiva, e lhe apresenta ressalvas. Afirma que a “esquerda moderna”, com isso, dá nova cara ao mesmo conhecido estado, atribuindo-lhe uma feição “capitalista”. Diz ele: “A esquerda moderna mudou radicalmente de atitude face ao estado, ao longo do século XX: abandonou a posição libertária de querer destruí-lo [ao estado capitalista], como dominação e fator de dominação burguesa, e proclamou uma mudança na arquitetura institucional do estado, que o transformou em um espaço de integração social e intervenção política para as organizações vinculadas ao movimento operário. [...] É necessário não esquecer que o estado capitalista já foi o estado liberal (negando, durante longo tempo, a liberdade de organizações dos trabalhadores em sindicatos e o sufrágio universal, ou suspendendo-o quando lhe convinha), foi o estado fascista, foi o estado social, do mesmo modo que agora é estado regulador ou estado garantidor, asfixiando e esvaziando o estado social, pondo em causa a democracia e a própria paz na Europa e no mundo” (NUNES, António José Avelãs. **Do capitalismo ao socialismo**: polémica com Jan Tinbergen. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. p. 138-139). Entretanto, conforme abordado nos capítulos anteriores este trabalho filia-se a crença de que o Estado não é o inimigo, em que pese possa passar a sê-lo. É dizer, que as escolhas públicas somadas ao desenho institucional que são capazes de mudar realidades, tendo como pressuposto a inviabilidade de um projeto fora do Capital, ao menos nos moldes conhecidos.

³⁵⁸ UNGER, Roberto Mangabeira. **The universal history of legal thought**. [Mimeo], 2017. Disponível em: <<http://www.robertounger.com/en/wp-content/uploads/2017/01/the-universal-history-of-legal-thought.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

³⁵⁹ ELSTER, Jon. **Ulysses unbound**: studies in rationality, precommitment, and constraints. Cambridge University Press, 2000.

³⁶⁰ Unger não descuida dos riscos de afrouxamento dos referenciais institucionais necessários para balizar papéis sociais e práticas, por exemplo, e a consequente instabilidade de todo o sistema social.

cada um dos tais normativos legais. Significa, por isso mesmo, que não é assunto menor ou sem consequências para uma discussão que pretenda não apenas proceder um balanço crítico (ainda que não exaustivo) da experiência constitucional brasileira ao longo desses 30 anos de existência (1988-2018), perscrutando o teor ou o sentido das mudanças havidas nas diversas fases de contestação, acomodação, conciliação e desconstrução efetiva ora em curso, como ainda oferecer uma visão prospectiva e propositiva, perfilada ao projeto de construção e desenvolvimento da nação, que lhe é evidente.³⁶¹

A questão da estabilidade das instituições quando colocadas em contraponto à prática experimentalista é um ponto crucial, então. O que Unger defende não é o fim de instituições perenes, mas sim de instituições perenes o suficiente para serem maleáveis. Instituições que não reifiquem as estruturas sociais, e por isso sólidas e em mudança permanente – e não marginal, dependente de crises. “A tarefa da imaginação é fazer o trabalho da crise sem a crise”³⁶².

Com isso seria possibilitado ao indivíduo seu resgate da rígida hierarquia social da vida vivida. Escapando-se, pois, da premissa de que “os homens criam essas estruturas e elas passam a ter uma lógica independente desse agente que passa a se entender como se o verdadeiro sujeito da história fossem essas estruturas e não o construtor delas”³⁶³, através de alta participatividade – esta pulverizada em diversos níveis sociais, e descentralizada, imperativo próprio democrático.

É dizer que, se retomadas as noções de exercício de soberania por indivíduos produtores numa teoria participativa da democracia, como tratado no primeiro capítulo, a experimentação se dá por instituições que possam ser reflexo de vontades individuais perpassadas pelo trabalho exercido, mas também pelo trabalho que dá sentido a existência vivente do ator social. Numa simplificação, é dizer, moldar instituições pelo trabalho.

A Universidade Pública no Brasil é, nesse sentido, uma instituição, e não uma mera organização³⁶⁴. Instituição porque enquanto protagonista da produção científica e tecnológica,

³⁶¹ CARDOSO JR, José Celso. Trinta anos de disputas por um projeto nacional de desenvolvimento nos trópicos. In: CARDOSO JR, José Celso. **A Constituição Golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. p. 76-77.

³⁶² UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 11.

³⁶³ TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. **A esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³⁶⁴ Organizações são grupos de indivíduos unidos por razões variadas, sejam políticas, econômicas, sociais ou educacionais. (NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.)

das regras do “jogo científico” sejam através de mecanismos formais, sejam informais, e pelo costume e tradição insculpido numa cultura universitária que lhe é muito peculiar.

A experimentação em nível institucional opera na medida em que o sujeito é um artífice de mudanças estruturais, vez que os contextos formadores a ela não estão imunes, através de entrincheiramentos e desentrincheiramentos. “Desentrincheirar é criar condições para novos experimentos, cujo primado ético está em dar ao indivíduo condições de se engrandecer, de dar voz às suas potencialidades”³⁶⁵.

Em que pese o argumento ungeriano rejeite a possibilidade da realização da experimentação institucional por meio das instituições conhecidas³⁶⁶, sugerindo a criação de um novo ramo governamental (*branch of government*), legitimamente eleito, e encarregado especificamente da função de reconstrução das instituições e garantidor de direitos (*right-ensuring work*)³⁶⁷, diversas condições são presentes no ambiente universitário público brasileiro para tanto, de modo a instigar uma primeira experiência – ainda que eventualmente possa se demonstrar incompleta pela fiel teoria do autor – de um background experimentalista, encarregando-se de diminuir as distancias entre a macropolítica institucional e a micropolítica das relação. Mangabeira Unger admite essa possibilidade experimental. Admitindo, por exemplo, que partidos políticos e a própria sociedade civil tomem este lugar – ainda que de forma incompleta.

Leve-se em conta, ainda, que sujeitos não são neutros ou desinteressados, podem – e o fazem, seguindo-se uma orientação metodológica individualista – racional e egoisticamente orientando-se pelas consequências de suas ações. Mas isso não exclui torna inválida a afirmação de que estes também “frequentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos” e “frequentemente acreditam em entidades supra-individuais não redutíveis às crenças que têm sobre outros indivíduos”³⁶⁸. Assim, a teoria ungueriana propõe algumas estratégias para resguardar o objetivo coletivo, por assim dizer da proposta, como o adoção do pluralismo contra a transformatividade política centralizadora, a existência de direitos

³⁶⁵ LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 56.

³⁶⁶ Unger afirma que o Poder Executivo eleito, seja por ausência de capacidade prática seja pela possibilidade legítima de reinterpretação de alguns direitos, é incapaz de realizar tal objetivo. Também o legislativo não deteria tal capacidade senão tornando tal experimento despótico e inefetivo. Por fim, não acredita que juízes ou advogados sejam os precursores em subverter interpretativamente o direito.

³⁶⁷ UNGER, Roberto Mangabeira. **What should legal analysis become?**. Nova York: Verso, 1996.

³⁶⁸ ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, pp. 163-204, 1989. p. 164.

fundamentais imunes à mutação e descolados de um regime de propriedade; e mecanismos de engajamento do “cidadão vigilante” (uma espécie de *accountability* social).

Por todas as características expostas, na introjeção de uma prática experimentalista na sociedade, ao menos para este fim, a universidade é, sem sombra de dúvidas uma potencialidade a ser explorada, sobretudo porque “nos últimos vinte anos as universidades brasileiras passaram por momentos de inflexão importantes, estratégicos e muito distintos - em sua retração e em sua expansão, na sua elitização e democratização”³⁶⁹, sendo um dos locais onde a democracia encontra-se mais “energizada”.

Os atores envolvidos são muitos. Professores, técnicos, estudantes, trabalhadores terceirizados, professores e servidores que exercem cargos de direção via eleição ou via nomeação, estes considerados individualmente, sindicatos das categorias profissionais, movimento estudantil organizado, associações, fundações, e a própria sociedade civil, de modo geral. Mas, em geral, tratam-se de trabalhadores. Não aqueles considerados pelo Direito do Trabalho tradicional, como dito, mas trabalhadores capazes de tornarem-se agentes de desenvolvimento por meio da experimentação institucional.

E aqui cabe uma ressalva. Há uma dupla frustração no pensamento progressista dos últimos séculos que fracassou em instalar uma ordem pós-capitalista democrática ou em uma ordem socialista, ainda que politicamente autoritária³⁷⁰, e, a despeito disso, permanece cega na revisão de sua base: a relação com o trabalhador. “O mal causado pelo sistema de classes não está meramente no fracasso em alcançar maior igualdade de oportunidades”³⁷¹, as propostas parecem estar “enraizadas não só na incontornável divisão do trabalho, como nas inevitáveis diferenças entre os indivíduos”³⁷², ainda que seja para servirem de objeto de resistência a este substrato, tendo como consequência o “abandono da humanidade comum a um perpétuo apequenamento”³⁷³.

³⁶⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). *Educar em Revista*, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

³⁷⁰ TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. *A esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger*. 2009. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

³⁷¹ UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

³⁷² UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 50.

³⁷³ UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

Ainda há dificuldade em considerar-se, no pensamento progressista, o amplo plexo das relações de trabalho para além da classe trabalhadora industrial. Aliás, “a esquerda não cometeu maior erro estratégico, no curso de sua história nos últimos dois séculos, do que eleger a pequena burguesia como inimiga, ou sua aliada de conveniência”³⁷⁴, desconsiderando-os em sua condição de trabalhadores.

A alternativa progressista nasce hoje da difusão de um novo conjunto de práticas cooperativas, abertas amistosamente (embora não sem tensão) à inovação, que na Universidade considera as dimensões de trabalho de cada ator como agente produtor – direto ou indireto.

Ao assim considerá-los, a prática experimentalista institucional poderia funcionar – como uma possibilidade das incontáveis possibilidades imaginativas – a partir dos mecanismos democráticos de Cole, abordados no primeiro capítulo.

A Universidade Pública, já funciona, de certa forma a partir de mecanismos amplamente participativos. A radicalização deste modelo poderia surgir na organização, vertical e horizontalmente, dos pés à cabeça, possibilitando a participação em todos os níveis e aspectos na política científica adotada. Na estrutura vertical a concentração, especialmente, de questões orçamentárias e contábeis e o estabelecimento das diretrizes gerais de condução de pesquisas e produção científica, no qual cada setor tivesse o direito à eleição de representantes para os estágios mais altos da estrutura vertical.

Em nível horizontal o propósito seria dar expressão ao “espírito comunal” presente na cultura universitária, com um corpo de coordenação – sem constituir um prolongamento funcional da estrutura vertical – visando a abertura do espaço universitário à experiências vividas fora delas, não como meras atividades extensionistas, mas como fóruns permanentes ou não de participação social efetiva na política universitária. O conhecimento do suporte do subdesenvolvimento pelas mãos do trabalhador – externo à Universidade –, daria maiores parâmetros sociais de desenvolvimento tecnológico conjugados com aqueles expressos e ditados pelo mercado.

É dizer, desenvolver, na política científica universitária, um “modelo de participação como aquele onde se exige o *input* máximo (a participação) e onde o *output* inclui não apenas

³⁷⁴ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 52.

as políticas (decisões) mas também o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas de cada indivíduo, de forma que existe um *feedback* do *output* para o *input*³⁷⁵.

A ressalva que pode aqui ser apontada é que esta proposta aproxima-se das teorias de pluralismo social recentes, mas estas não fazem nenhuma análise sobre as estruturas de autoridade ou a consideração mais aprofundada acerca das interações institucionais, e neste ponto a distinção se torna clara.

Veja-se também que assim como apontava Furtado para a situação de colonialismo interno no tocante ao desenvolvimentismo nacional, isso implica não só nos setores industriais, como na própria natureza das diversas universidades brasileiras.

é preciso levar em conta que as universidades e os institutos federais estão espalhados por todo o território nacional, bem como possuem história, desenvolvimento e vocação específicos. As universidades presentes nas capitais são distintas das universidades interiorizadas, da mesma maneira que as universidades situadas em regiões mais industrializadas diferem daquelas localizadas em regiões menos industrializadas.³⁷⁶

Assim, a proposta de dar-lhes protagonismo no projeto desenvolvimentista atual, fortalece, inclusive, a discussão acerca das regionalidades e regionalismos que tanto perpassam a forma como se tradicionalmente pensou desenvolvimento no Brasil.

De outro lado, a potencialidade das instituições públicas é vista também na delimitação da forma com que o trabalho é manifestado e apreendido na divisão internacional relativa à ciência e os desdobramentos de sua inclusão no circuito do valor para operacionalização da proposta necessária à sociedade do conhecimento. E isso é o que se aborda adiante.

Seção 2. Divisão internacional do trabalho e a universidade pública

O Estado de bem-estar social foi estruturado a partir de um padrão de financiamento público orientado pelas políticas anticíclicas keynesianas. Nesse sistema, o fundo público

³⁷⁵ PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. p. 62.

³⁷⁶ UFPR. **Análise, reflexões e questões acerca do projeto de lei do programa Future-se**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2019/08/UFPR-FUTURE-SE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

passou a ser pressuposto do custeio da acumulação de capital ao mesmo tempo em que passou a financiar a reprodução da força de trabalho.

Embora seja bem possível que se aponte que essa vasta gama de subsídios e auxílios públicos não seja marca específica do Estado-Providência, sendo constitutivo do próprio capitalismo, as objeções nesse sentido frequentemente desconsideram a diferença de natureza entre esses dois momentos. Obviamente a formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização de recursos públicos, porém é somente com o *Welfare State* que o financiamento público se torna abrangente, criando-se um mercado institucionalmente regulado.

A partir dos anos 30 o “conflito interburguês assumiu proporções tais que acarretaram o seu deslocamento do terreno do privado para o público”³⁷⁷, extrapolando seus próprios marcos, se analisada a questão a partir de uma abordagem habermasiana ou mesmo weberiana. Essa mudança em relação ao fundo público é paradigmática: “o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial”³⁷⁸. Isso nada mais é do que algo que foi antecipado por Keynes, ainda que conjunturalmente, “a per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível”³⁷⁹.

Além dos gastos com os direitos sociais mais corriqueiros, as diversas formas de operacionalização da acumulação de capital passa a ser mais longa, incluindo recursos para a ciência e tecnologia, passando pelos subsídios de produção, pela competitividade nas exportações, cristalizando-se a partir da militarização e sustando a agricultura, o mercado financeiro através de bancos estatais, por empresas públicas, pela intervenção monetária, pela valorização de capitais pela dívida pública, entre outras medidas.

Nesse panorama, a ciência e a tecnologia, como fator de produção, tem um estatuto, embora não autônomo. Trata-se da automatização do capital constante. Para superar os limites da exploração da força de trabalho, a burguesia serve-se da ciência e da tecnologia para baratear os custos de produção. Entretanto, na década de 30, com a abrangência cada vez maior de direitos sociais e a homogeneização da previdência social, essas variáveis deixaram de ser um

³⁷⁷ OLIVEIRA, Francisco. Políticas do antivalor, e outras políticas. Entrevista concedida a Fernando Haddad. *Teoria & Debate*, Fundação Perseu Abramo, n. 34, mar./1997.

³⁷⁸ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, pp. 8-28, 1988.

³⁷⁹ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, pp. 8-28, 1988.

custo da força de trabalho, alterando a relação dialética da ciência e tecnologia à serviço do capital.

Naquela época, houve um deslocamento da luta de classes do setor da produção para o setor público como uma forma do próprio sistema capitalista para evitar o seu colapso. A luta passou a ser a destinação do orçamento público. Essa forma de socialização do excedente – que por se realizar mediada pelo fundo público (e não pelo mercado) – passa a ser chamada de antivalor. A reprodução da força de trabalho é, então, acompanhada da ascensão do financiamento público.

Assim, os gastos públicos em pesquisa e desenvolvimento no seio das universidades, tornaram-se uma mediação de destaque. Embora esses fatores não sejam relacionados diretamente com os custos da força de trabalho, ou com os salários propriamente ditos – mesmo que seus recursos provenham da sociedade através da tributação –, tem impacto nos custos de produção das mercadorias.

Isso porque, a inovação, mais do que um caminho sem volta (vez que é parte da criatividade humana que não pode ser limitada), é um imperativo da dinamicidade e da integração em rede capitalista. Tanto assim é que este é o “diferencial competitivo”³⁸⁰ das organizações, o conhecimento é a matéria-prima da geração de riquezas. Se outrora eram os bens-fixos e tangíveis que davam o tom à competitividade internacional, agora é o domínio da(s) ciência(s) que determina os investimentos.

Assim, dentro desse paradigma, o grande dilema que se coloca não a partir da questão de «se» o Estado deve intervir na economia, mas sim «como» deve realizar a sua intervenção.

“Dirigismo” não é o caminho. A ideia de uma direção governamental da economia, já desacreditada, tornou-se ainda mais irrelevante, pela direção da mudança numa economia baseada no conhecimento. Redistribuição compensatória não é suficiente. Não o bastante para remediar as enormes pressões no sentido da desigualdade, da insegurança e da exclusão, resultantes da crescente segmentação hierárquica da economia. Nem para lidar com as preocupações de desconexão social e depreciação do indivíduo, que se situam bem além do alcance da redistribuição compensatória.³⁸¹

³⁸⁰ GANEM, Carlos; SANTOS, Eliane Menezes dos (Org.). **Brasil inovador: o desafio empreendedor**. Brasília: IEL, 2006, p. 5.

³⁸¹ UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 21.

E no que se refere à ciência e à tecnologia, essa intervenção deve ser feita por meio das instituições públicas de pesquisa, especialmente as universidades públicas³⁸², que são as instituições capazes de “instrumentalizar um resgate da credibilidade do Estado, no equilíbrio entre o estímulo à liberdade empreendedora e a proteção social”³⁸³. Isso se dá a partir de um ponto de vista ético e da função social que tais instituições exercem por meio do filtro da “sede de inovação” pelos valores republicanos inerentes ao Estado de Direito no qual estrutura-se o Brasil, e tenha em vista o desenvolvimento.

Isto esclarece, de forma meridiana, porque essas instituições tem sido alvo de ataques em uma agenda neoliberal de governo (e associada, de forma subordinada, ao sistema capital mundial). Permite, ainda, no caso da universidade, em verificar porque não somente o ensino superior em si têm se transformado em mercadoria, junto da disputa pela ciência e tecnologia como negócio de mercado, mas também “a própria universidade pública, de instituição pública e autônoma, vinculada ao fundo público e, portanto, instituição do Estado, passa a ser entendida e gerida como uma organização social do mercado”³⁸⁴.

Ademais, esse posicionamento da pesquisa científica em relação ao fundo público apresenta-se como uma mediação estratégica do projeto de desenvolvimento de marca original e contra hegemônico, mediante produção de pesquisa básica, à produção e apropriação de tecnologia e do pensamento crítico nos planos econômico, político e social. Postura contrária implica na opção pela cópia da tecnologia produzida por países desenvolvidos, determinando a posição do país na divisão internacional do trabalho e na consequente supremacia do investimento na reprodução do trabalho simples no Brasil³⁸⁵.

Com relação específica às universidades, nos últimos anos, e especialmente com a virada ideológica governamental pós-impeachment em 2016, criou-se um cerco dos setores econômicos e político ao ideal de universidade, notadamente a universidade pública. Difunde-se a um senso comum – e contra todas as evidências empíricas – de que estas são diletantes,

³⁸² Não se concebe, nesse trabalho, o modelo clássico de universidade como antagônico aos “novos” modelos tecnológicos. Até porque, no interior da proposta da universidade tecnológica deve estar o ideal da universidade acadêmica clássica, sob pena de sua desnaturação por meio do mercado. Por isso, quando se trata da universidade pública, se está a tratar de ambos os modelos, de forma abrangente.

³⁸³ NOHARA, Irene Patrícia. Desafios de inovação na administração pública contemporânea: “destruição criadora” ou “inovação destruidora” do direito administrativo?. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 17, n. 194, p. 65-71, abr. 2017.

³⁸⁴ FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 24.

³⁸⁵ FRIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

improdutivas e dispendiosas. Paradoxalmente, aponta-se um suposto elitismo pouco preocupado com as camadas mais pobres da população, ao passo em que a universidade pública é acusada de uma ideologização marcada justamente por um discurso mais atento às desigualdades sociais. Tratam-se de reclames, portanto, que desprezam que uma sociedade que pretende refletir sobre si necessita da universidade como um local de produção e transmissão de conhecimento, mas também da formação intelectual e moral reflexiva e crítica.

O panorama da educação superior brasileira, dadas as características históricas específicas de seu setor privado, não conseguirá um salto estrutural a curto prazo a não ser com uma retomada forte e decidida na recuperação da pujança das universidades públicas, que concentram de modo esmagador os laboratórios, os pesquisadores e as condições para a produção da ciência e da tecnologia do país. O momento é de impasse. Mas sempre também será de esperança e de otimismo ou, como diz certa teoria crítica da sociedade, de “pessimismo na razão e otimismo na vontade”.³⁸⁶

Entretanto, para analisar o seu papel, é necessário que se entenda a vinculação do trabalho à educação superior, de modo a compatibilizar, de um lado, a formação politécnica da força produtiva nacional, ao passo que se articule com o projeto de desenvolvimento do país e com a sua soberania no que toca ao mercado (inclusive no que se refere à diversificação de sua estrutura produtiva).

Existe hoje no Brasil a predominância absoluta das universidades públicas na produção de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), contrariando, de toda sorte, os discursos de ataque contra a universidade. No início de 2018 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou relatório produzido pela empresa estadunidense *Clarivate Analytics* – ligada à multinacional Thomson Reuters - sobre a pesquisa científica no Brasil entre 2011 e 2016, corroborando empiricamente o protagonismo da universidade pública. Entre as 20 instituições que mais produziram *papers* e que mais tiveram impacto estão 15 universidades federais e 5 universidades estaduais.

³⁸⁶ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

Gráfico 1. Desempenho das principais universidades brasileiras em pesquisa

University	Web of Science Documents	Category Normalized Citation Impact	% Documents in Top 1%	% Documents in Top 10%	% Industry Collaborations	% International Collaborations
Universidade de São Paulo	54,108	0.93	1.06	7.96	0.83	35.83
Universidade Estadual Paulista	20,023	0.79	0.69	6.10	0.30	27.77
Universidade Estadual de Campinas	17,279	0.94	1.22	8.35	1.11	30.57
Universidade Federal do Rio de Janeiro	16,203	0.93	1.11	8.18	1.85	38.70
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	14,611	0.89	0.86	6.76	0.98	30.39
Universidade Federal de Minas Gerais	13,294	0.88	0.67	6.24	0.90	31.22
Universidade Federal de São Paulo	10,667	0.93	1.05	6.15	1.24	28.78
Universidade Federal do Paraná	8,233	0.67	0.44	5.31	0.84	27.45
Universidade Federal de Santa Catarina	7,908	0.91	0.66	6.79	1.09	32.41
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	6,433	1.01	1.45	8.98	1.04	39.33
Universidade Federal de Pernambuco	6,420	0.73	0.48	5.51	0.76	30.51
Universidade Federal de Viçosa	6,373	0.63	0.56	4.33	0.60	20.76
Universidade de Brasília	6,218	0.89	1.13	6.10	0.77	33.07
Universidade Federal de São Carlos	5,794	0.72	0.50	6.28	0.62	29.19
Universidade Federal de Santa Maria	5,750	0.65	0.24	4.96	0.45	18.89
Universidade Federal do Ceará	5,621	0.76	0.75	6.12	0.66	29.41
Universidade Federal Fluminense	5,441	0.71	0.70	5.99	1.43	30.42
Universidade Federal de Goiás	4,217	0.74	0.81	5.90	0.88	23.33
Universidade Federal da Bahia	4,198	0.81	0.88	6.77	0.69	31.23
Universidade Estadual de Maringá	4,067	0.61	0.44	4.50	0.59	18.83

Fonte: CLARIVATE ANALYTICS, 2017.

O Estado como um todo está sendo podado, com a permanente tentativa de terceirização de um sem número de serviços públicos. Infelizmente, apesar dos indicadores, a destinação do fundo público para as universidades não se configura como exceção e tem sido limitada³⁸⁷. Em nome de mercados mais competitivos, mais dinâmicos, sem entraves burocráticos, que supostamente garantem um desenvolvimento produtivo, há o enxugamento estatal.

Entretanto, nessa operação, esquecem que a competitividade de mercado, atualmente, assume a inovação tecnológica como um diferencial – especialmente em âmbito internacional.

³⁸⁷ A título de exemplo, em 1º de agosto de 2018, o Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), remeteu Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES ao Ministro de Estado da Educação manifestação sobre a elaboração da Proposta Orçamentária do exercício de 2019, afirmando: “Preliminarmente, este Conselho saúda o empenho do Sr. Ministro no sentido de viabilizar a integridade orçamentária do MEC consagrado no artigo 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 20189 (LDO). Esse processo exitoso resultou na manutenção dos valores de 2018 ajustados pela inflação como piso orçamentário para o próximo ano. Em contraponto a essa importante conquista, foi repassado à CAPES um teto limitando seu orçamento para 2019 que representa um corte significativo em relação ao próprio orçamento de 2018, fixando um patamar muito inferior ao estabelecido pela LDO. Caso seja mantido esse teto, os impactos serão graves para os Programas de Fomento da Agência. Citamos aqui algumas das principais consequências nas linhas de atuação da Capes: 1. Pós-graduação: Suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores, interrompendo os programas de fomento à pós-graduação no país, tanto os institucionais (de ação continuada), quanto os estratégicos (editais de indução e acordos de parceria com os estados e outros órgãos governamentais). [...] 3. Cooperação Internacional: Prejuízo à continuidade de praticamente todos os programas de fomento da Capes com destino ao exterior”. CAPES. Processo nº 23038.011597/2018-23. Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES, 01 ago. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/aT2RhC>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Nesse sentido, “não há experiência histórica de países que tenham conseguido desenvolver setores de alta tecnologia, por exemplo, sem o apoio do Estado”³⁸⁸, e sem uma política (pública) tecnológica estratégica. E, especificamente a defesa do encolhimento estatal em relação às universidades públicas, omite “a inovação, como se ela fosse a companheira natural do crescimento, uma espécie de maná do céu”³⁸⁹.

Em *A grande transformação*, “Karl Polanyi argumentou que o Estado criou — com um empurrão, não um empurrãozinho — o mais “capitalista” de todos os mercados, o “mercado nacional” (enquanto os mercados local e internacional foram predadores do capitalismo)”³⁹⁰. Desse modo, a economia capitalista estará sempre subordinada ao Estado, e “em vez de confiar no sonho falso de que os “mercados” irão administrar o mundo para nós “se os deixarmos em paz”, os formuladores de políticas deveriam aprender a usar os meios e os instrumentos para formar e criar mercados” por meio do próprio Estado³⁹¹.

E é bom que se diga que essa é uma proposta distante da ortodoxia do liberalismo econômico, uma vez que assumo que o papel do Estado não se limita à intervenção macroeconômica, correccional do mercado ou financiadora passiva do setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Trata-se, portanto, de compatibilizar o que já foi defendido por Keynes e de Schumpeter. Se para Keynes o governo deve ser investidor do último recurso diante da paralização do setor privado, isso por si, não basta: “se a inovação sempre foi — como disse Schumpeter — a força que move o crescimento na economia de mercado, é ainda mais crucial na era da comunicação continuar a dirigir os recursos públicos para a inovação catalisadora”³⁹².

Analisando o contexto brasileiro, essa inovação catalisadora é exclusivamente realizada pelas universidades. Uma das formas mais consistentes para se “chutar a escada” do desenvolvimento no Brasil – utilizando a consagrada expressão de Ha-Joon Chang³⁹³ – é, sem dúvidas, diminuir os investimentos na universidade pública. Chutar a escada é o que,

³⁸⁸ CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018. *E-book*. p. irreg.

³⁸⁹ PEREZ, Carlota. Prefácio. In: MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

³⁹⁰ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

³⁹¹ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

³⁹² PEREZ, Carlota. Prefácio. In: MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

³⁹³ CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

aparentemente, objetiva o relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, divulgado pelo Banco Mundial no final de 2017³⁹⁴.

O Banco Mundial sugeriu a privatização das universidades públicas no país, a partir de uma leitura essencialmente econométrica distorce dados³⁹⁵, – desconsiderando a legislação e o modo de funcionamento do sistema educacional no Brasil –, desconsidera o seu posicionamento em relação ao desenvolvimento de pesquisa e aponta equivocadamente um baixo nível de eficiência generalizado.

Aliás, ao desconsiderar a relação da universidade pública com a P&D no Brasil, desconsidera também que aqui “o Estado não “elimina os riscos” como se tivesse uma “varinha mágica”. Ele assume os riscos, formando e criando novos mercados”³⁹⁶. E essa não é uma postura essencialmente brasileira (embora aqui intensificada), se analisada a história dos novos setores, é possível verificar que é o Estado que absorve o risco e as incertezas da inovação, sendo ele a principal fonte de dinamismo e inovação nas economias industriais avançadas (ou desenvolvidas), sendo protagonista da chamada «economia do conhecimento». “Do desenvolvimento da aviação, energia nuclear, computadores, internet, biotecnologia até a tecnologia verde atual, foi o Estado — e não o setor privado — quem deu o pontapé inicial e construiu o motor do crescimento devido à sua disposição de assumir riscos” em áreas em que o setor privado preferiu não arriscar.³⁹⁷

Os currículos nacionais infantilizam essas ortodoxias acadêmicas, expressas pela naturalização injustificada dos casamentos entre método e assunto. Eles projetam as ortodoxias de volta à educação dos jovens. O resultado é emascular o aluno e entregá-lo aos estágios mais altos da educação preparados para uma vida de servidão intelectual. A abordagem dialética da educação busca imunizar os jovens contra esse perigo. Onde a cultura universitária é superficial, propõe profundidade e abertura. Ele

³⁹⁴ BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

³⁹⁵ A título exemplificativo, de acordo com o Banco Mundial, o custo médio por aluno da educação superior entre 2013 e 2015 nas universidades federais é de duas a três vezes superior ao do custo em instituições privadas. Mas como bem afirmou o vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Carlos Roberto Jamil Cury, “esse cálculo não leva em conta que as universidades públicas, além do ensino, dedicam-se à pesquisa e à extensão, ao passo que o setor privado é composto predominantemente por instituições que atuam no ensino de graduação”, além de que, desconsidera a colocação da universidade pública no Brasil como essencial ao desenvolvimento nacional. Cf. IHU. Relatório do Banco Mundial distorce dados e ignora a realidade do país, alertam especialistas. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574237-relatorio-do-banco-mundial-distorce-dados-e-ignora-a-realidade-do-pais-alertam-especialistas>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

³⁹⁶ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

³⁹⁷ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

confunde o que o sistema de disciplinas e métodos mantém à parte. O objetivo é formar uma mente diferente: uma que se recusa a tratar a dúvida radical e a experimentação intelectual como prerrogativas do gênio e as transforma em uma possessão comum. A economia radicalizada do conhecimento exige inovação contínua, em vez de episódica, nos arranjos e também nos produtos e tecnologias. A democracia exige que a política seja capaz de dominar a estrutura da sociedade e produzir mudanças estruturais sem precisar de crise - na forma de ruína ou guerra - como condição propícia para essa mudança. A abordagem dialética da educação ajuda a formar a mente da qual dependem a política democrática e a produção intensiva em conhecimento.³⁹⁸

Tradicionalmente, quando se trata de gastos por parte do Estado social se associa a uma finalidade pública que deverá ser cumprida, em observância ao estabelecimento de compromissos constitucionais, especialmente orientados à superação do subdesenvolvimento e à arrancada desenvolvimentista³⁹⁹. Tal finalidade é de ocorrência certa, podendo ser identificada com os serviços públicos de saúde, segurança, educação.

Por outro lado, os gastos com ciência, tecnologia e inovação jamais poderão ser identificados como de resultado certo. Configuram-se como gastos públicos de risco. Não poucas vezes, as pesquisas não trarão resultados, ou, pelo menos, não tratar resultados imediatamente quantificáveis e/ou rentáveis.

A situação ainda se agrava se posta diante de momentos de crise econômica. “A austeridade exige um Estado mais eficiente, e a eficiência é a grande inimiga da inovação. Não se faz pesquisa sem uma quantidade enorme de ‘lixo’ resultante do processo de tentativa e de erro envolvido na criação científica. Sai caro”⁴⁰⁰. Mas é também nos momentos de crise, com

³⁹⁸ Tradução livre de: “National curriculums infantilize such academic orthodoxies, expressed by the unwarranted naturalization of marriages between method and subject matter. They project the orthodoxies back to the education of the young. The result is to emasculate the student and to hand him to the higher stages of education prepared for a life of intellectual servility. The dialectical approach to education seeks to immunize the young against this danger. Where the university culture is superficial, it proposes depth and openness. It jumbles up what the system of disciplines and methods keeps apart. It aims to form a different mind: one that refuses to treat radical doubt and intellectual experimentation as the prerogatives of genius and turns them instead into a common possession. The radicalized knowledge economy demands continuous rather than episodic innovation in arrangements as well as in products and technologies. Democracy requires that politics be able to master the structure of society and to produce structural change without needing crisis – in the form of ruin or war – as the enabling condition of such change. The dialectical approach to education helps form the mind on which both democratic politics and knowledge-intensive production depend”. (UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.)

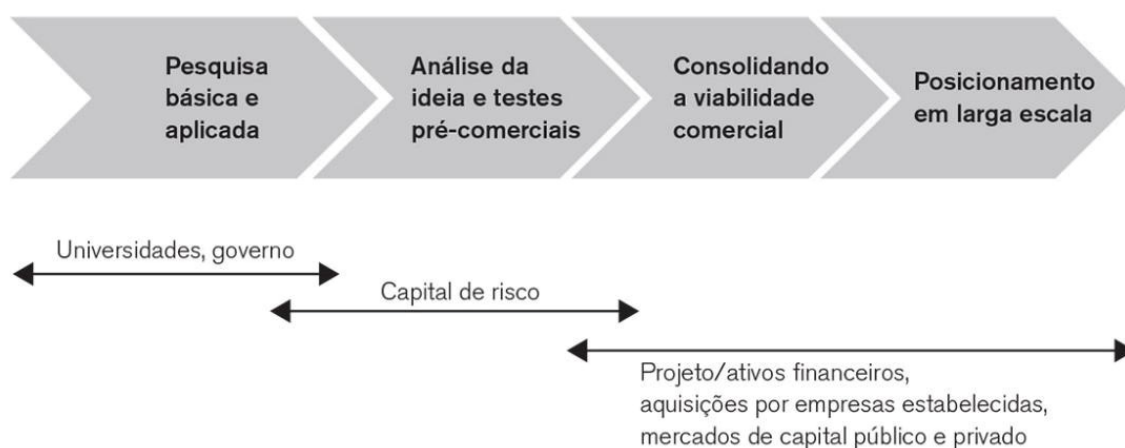
³⁹⁹ BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e Direito Econômico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 105, pp. 389-406, jan./dez. 2010.

⁴⁰⁰ JANEWAY, William H. A inovação não sobrevive sem apoio político. Entrevista concedida a Bruno Ferrari. **Exame**. 31 jan. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-inovacao-nao-sobrevive-sem-apoio-politico/>>. Acesso em 27 abr. 2018.

retração de recursos públicos (e privados) é que a inovação se faz urgente, como uma solução apta a provocar maior produtividade⁴⁰¹.

Esse posicionamento estatal não tem nada de novo, não é uma “nova política industrial”. Sempre aconteceu, mas de forma quase escondida para que não se geram reações numa parcela da direita mais conservadora. Ao fim, numa analogia utilizada por Mazzucato, o Estado escolhe os vencedores e, em decorrência de uma política tecnológica velada, os perdedores escolhem o Estado⁴⁰². O sucesso dessas grandes empresas reside, então, na capacidade organizacional para integrar, comercializar e vender as tecnologias postas à disposição facilmente pelo setor público, a partir do seguinte processo:

Gráfico 2. Estágios de investimento do capital de risco



Fonte: MAZZUCATO, 2014.

O posicionamento das empresas não é no desenvolvimento da pesquisa, portanto, e sim na formação do mercado interno. Essa proposta em nada se assemelha à defesa de multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao Brasil restaria a função primário-exportadora, é bom que se diga.

⁴⁰¹ NOHARA, Irene Patrícia. Desafios de inovação na administração pública contemporânea: “destruição criadora” ou “inovação destruidora” do direito administrativo?. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 17, n. 194, p. 65-71, abr. 2017.

⁴⁰² MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg. A autora destaca o processo de criação e desenvolvimento de empresas como Google, Apple e Compaq, que tiveram seu crescimento a partir de recursos públicos e tecnologia desenvolvida pelo Estado. Do ponto de vista dos investimentos arriscados por trás da internet pelo governo dos EUA, “o país mais rico do mundo e promotor ativo dos “mercados livres”, [...] e no financiamento de elementos cruciais por trás das “estrelas” da revolução da informação, empresas como Google e Apple” Mazzucato também mostra, por exemplo, “como cada uma das tecnologias que fizeram o iPhone tão “esperto” tem sua origem em investimentos do Estado”.

No caso do Brasil, a especificidade reside no fato de que as empresas quando precisam inovar, compram a tecnologia no mercado internacional, retroalimentando a dependência tecnológica e científica. Em relação ao país, “as empresas estão muito mais interessadas na força de trabalho, nas matérias primas e recursos naturais adquiridos a preços muito baixos”⁴⁰³. Ao analisar os mapas de complexidade econômica do Brasil (Anexo 2) essa tendência fica ainda mais evidente.

Não é por outro motivo que dos 250.680 artigos e resenhas publicados por pesquisadores brasileiros entre 2011 e 2016, apenas 1% contava com a colaboração intersetorial entre universidade e indústria. Colaboração essencial para afastar o país da dependência de indústrias e *commodities* internacionais⁴⁰⁴. Importante destacar também, que nesse percentual baixíssimo, a maioria das parcerias se dão com multinacionais, especialmente no setor farmacêutico – amplamente conhecidas por confiar nas pesquisas financiadas por recursos públicos, responsáveis pela produção dos novos fármacos mais radicais⁴⁰⁵.

De acordo com o relatório elaborado pelo Clarivate Analytics, o Brasil tem baixos índices de colaboração industrial, se comparado com outros países em rápido desenvolvimento. O Brasil possui taxas relativamente baixas de colaboração industrial em comparação com os outros países analisados, exceto Índia e Rússia. Dos BRICS, apenas a China mostra um crescimento constante na porcentagem de seus *papers* produzidos com colaboração industrial, e é o único país do BRICS com um número notável de colaborações de empresas nacionais.

⁴⁰³ ANDES. **Só instituições públicas fazem pesquisa no Brasil, afirma organização**. 01 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9298>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

⁴⁰⁴ CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil**: a report for CAPES, 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

⁴⁰⁵ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

Gráfico 3. Quais países têm maior colaboração com a indústria?

Country	Citation Impact	% Industrial Collaboration	Corporations	% Domestic Corporations
Brazil	3.20	0.99	232	0.4
China	1.91	1.36	424	17
South Africa	3.76	1.18	150	0
India	2.11	0.69	254	0.4
Russia	4.22	0.69	216	1.4
France	2.67	3.52	389	10.8
Germany	2.51	3.49	410	13.2
Argentina	3.57	2.75	123	0.8
Japan	2.44	2.74	346	15.9
Canada	2.98	2.26	384	0.9
Spain	3.42	1.81	334	2.1
Mexico	4.10	1.34	152	0.7

Fonte: CLARIVATE ANALYTICS, 2017.

Gráfico 4. Com quais corporações o pesquisador brasileiro colabora?

Corporation	Country	Papers	Citation Impact	Sector
Petrobras SA	Brazil	190	1.04	Petrol
GlaxoSmithKline	UK	108	6.85	Pharmaceutical
Novartis	Switzerland	106	4.00	Pharmaceutical
Roche Holding	Switzerland	81	14.64	Pharmaceutical
Pfizer	USA	79	4.53	Pharmaceutical
Merck & Company	USA	67	7.31	Pharmaceutical
Westat	USA	55	0.86	Professional Services
Bayer AG	Germany	54	3.66	Pharmaceutical
Johnson & Johnson	USA	54	3.58	Pharmaceutical
AstraZeneca	England	53	6.64	Pharmaceutical
Sanofi-Aventis	France	51	4.68	Pharmaceutical
IBM	USA	49	2.11	Computer
Eli Lilly & Company	USA	48	3.77	Pharmaceutical
Bristol Myers Squibb	USA	48	11.13	Pharmaceutical
Amgen	USA	38	6.15	Biotechnology
Johnson & Johnson USA	USA	33	4.33	Pharmaceutical
Genentech	USA	33	30.37	Pharmaceutical
AT&T	USA	32	1.32	Telecommunications
Hewlett-Packard	USA	30	0.96	Software
Bayer Healthcare Pharmaceuticals	Germany	28	4.99	Pharmaceutical

Fonte: CLARIVATE ANALYTICS, 2017.

Fazendo uma comparação com outros países, por exemplo, “se os Estados Unidos são melhores em inovação, não é porque as relações entre universidade e indústria sejam melhores (não são), ou porque as universidades americanas produzam mais empresas derivadas [*spin-outs*] (não produzem)”⁴⁰⁶. Trata-se da leitura da essencialidade da função da universidade naquele contexto.

Quanto maior for a tentativa de depreciação da universidade pública e seu relevante papel para a sociedade brasileira, menos haverá possibilidades de elevar seu nível de jogo e transformá-la em um *player* de destaque, desenvolvendo pesquisa de ponta e atraindo empresas dispostas a desenvolver o mercado interno. Como já destacado, especialmente no que toca à inovação, é o Estado que dinamiza a capacidade e a disposição do empresariado, cria espaços e apresenta perspectivas de investimentos.

Assim, talvez seja a universidade pública um dos maiores exemplos da atuação dos fundos públicos como antivalor na operação capitalista.

Enquanto de um ponto de vista marxista se pode afirmar que os fundos públicos extinguiram a possibilidade de balizamento por uma taxa média de lucros, dando lugar a pelo menos duas taxas médias – “o fundo público é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista, e pelo negativo, pela sua ausência, na manutenção de capitais e capitalistas no circuito do setor concorrencial ‘primitivo’”⁴⁰⁷ –, pela perspectiva keynesiana, cumpriram o papel da ponto invisível entre quem poupa e quem investe.

Os recortes de uma política pública tecnológica transformam a competição segmentada. Essa relação leva o fundo público a comportar-se como um anticapital num sentido muito importante: “essa contradição entre um fundo público que não é valor e sua função de sustentação do capital destrói o caráter auto-reflexivo do valor, central na constituição do sistema capitalista enquanto sistema de valorização do valor”⁴⁰⁸.

Entretanto, há uma dificuldade também em se delimitar o que a Constituição e a legislação determinam ser a “inovação”, sobretudo porque o conceito de “inovação” não é estaque e é suscetível de críticas a variar do seu contexto. Pode ser conceituada, por exemplo, como a “implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente

⁴⁰⁶ MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

⁴⁰⁷ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

⁴⁰⁸ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

melhorado, ou um processo, ou novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas”⁴⁰⁹.

Por tais dificuldades, é bom que se tenha de forma bastante clara os ambientes que essa relação da pesquisa com o mercado pode gerar. Num cenário em que há a interação de diversos atores e instituições que interagem para a produção, uso e difusão de novas tecnologias, de um lado pode-se criar um sistema simbiótico, em que tanto a sociedade quanto o mercado se beneficiem, ou, de outro, pode-se favorecer um sistema parasitário de drenagem dos benefícios concedidos pelo Estado por meio das pesquisas realizadas nas universidades pelo mercado, sem qualquer tipo de retribuição social.

Assim como qualquer instituição do Estado, as instituições públicas de pesquisa podem servir tanto aos interesses da sociedade quanto ao de certos atores individuais dominantes. Assim, num primeiro momento, é necessário analisar as categorias explicitadas no campo da ciência política por Tsebelis.

As instituições eficientes serão aquelas que, em termos de Pareto e em relação ao *status quo*, melhorarão as condições de todos (ou de grande maioria) os indivíduos da sociedade, enquanto as instituições redistributivas seriam aquelas que melhorariam a condição de um grupo específico em detrimento de outro dentro de uma sociedade. Vale ressaltar ainda que as instituições serão redistributivas do tipo de consolidação onde preserva os interesses da coligação dominante, ou serão do tipo *new deal* quando modifica as políticas de maneira significativa. Ocorre que as “diferentes tradições políticas (direita *versus* esquerda) e disciplinares (economia *versus* ciência política) enfatizam um ou outro desses dois tipos de instituições”, entretanto, elas não se mostram puras no seio da sociedade, representam sempre um misto dessas duas características⁴¹⁰.

Nessa análise é relevante que se reflita acerca do posicionamento da ciência em relação ao mercado e ao trabalho. Ao mesmo tempo em que as instituições científicas são instituições de Estado capazes de formular e implementar políticas públicas de desenvolvimento (especialmente tecnológico, mas não só) com certa distância dos interesses do capital, mas também lhe favorecendo, é também capaz de mediar as inspirações vindas pelos trabalhadores.

⁴⁰⁹ ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior Roberto. **Inovação no Brasil:** entre os riscos e o marco regulatório. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 219.

⁴¹⁰ TSEBELIS, George. **Jogos ocultos:** escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 109-117.

Isso porque, embora o marxismo tenha acostumado a pensar no aparato do Estado como a extensão dos interesses dominantes, ele é também a grande alavanca de sua transformação⁴¹¹.

O Estado Social, com formatação mais madura do próprio capitalismo, deslocou a luta de classes para as demandas sociais dirigidas à política e à burocracia estatal. O Estado colocou-se entre o confronto capital e trabalho, configurando um novo pacto social onde canalizou em si, de um lado, as reivindicações dos trabalhadores por direitos sociais, e de outro, as reivindicações das empresas por melhores condições de mercado e menor tributação. “O entrechoque entre capital e trabalho é assim ‘camuflado’ e, em nome da paz social, esse enfrentamento só se deve revelar na forma de duas lutas: capital x Estado; Estado x trabalho”⁴¹².

Bem por isso que o fundo público só pode ser entendido do ponto de vista histórico. O capitalismo tardio tem como característica a “combinação simultânea da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente”⁴¹³.

Isso não significa, por outro lado, que o Estado deixou de ser um instrumento poderoso para a dominação de classe, mas não pode mais ser visto como uma espécie de “comitê executivo da burguesia”.

Estabeleceu-se, portanto, um paradoxo:

Num período caracterizado pelo fortalecimento do liberalismo e pela celebração da empresa, as intervenções do Estado, particularmente no domínio do emprego, são numerosas, variadas e insistentes como nunca foram. Porém, bem mais do que a um aumento do papel do Estado, é à transformação das modalidades de suas intervenções que se deve ser sensível. Antes de tentar declinar suas nuances, digamos, de modo rápido, o sentido da mudança: marca a passagem de políticas desenvolvidas em nome da integração para políticas conduzidas em nome da inserção.⁴¹⁴

Francisco de Oliveira utiliza a figura do jogo de xadrez e do jogo de damas para explicar tal dinâmica. Na metáfora, o Estado é um espaço de luta de classe onde os direitos se identificam com os campos de território de cada peça, previamente hierarquizado e mapeado. “Os adversários sabem que ao invadirem determinada área, onde a hierarquia da dama, da torre

⁴¹¹ UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 189.

⁴¹² BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **O outro Leviatã e a corrida ao fundo do poço**. Coimbra: Almedina, 2015.

⁴¹³ MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

⁴¹⁴ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 537-538.

ou do cavalo é dada, a luta de classes consiste em buscar alternativas que anulem a posição previamente hierarquizada, e o poder de fogo, das peças mais importantes”⁴¹⁵.

Assim, o “jogo” da luta de classes é contrário ao jogo de damas, já que nesse jogo a hierarquia das peças é horizontal, sendo que qualquer peça de mesmo valor pode acabar com a formação de jogo do adversário. “A metáfora do xadrez serve para colocar em pé o que é característico da construção da esfera pública: a construção e o reconhecimento da alteridade, do outro, do terreno indevassável de seus direitos, a partir dos quais se estruturam as relações sociais”⁴¹⁶.

Como não poderia ser diferente, essa relação se dá, também, nas formas: capital x pesquisa científica; pesquisa científica x trabalho, uma vez que em ambos os casos a ciência é ponto de convergência e uma oportunidade de síntese entre ser humano e fatores de produção. Em ambos os casos conhecimento, tecnologias e comunicação são canais de mediação para o desenvolvimento social⁴¹⁷.

Assim é que no atual modelo de Estado, o argumento não pode ser analisado estritamente no nível teórico posto pela economia política marxista, como também a economia clássica não é suficiente. A análise do posicionamento da universidade em relação ao mercado e ao trabalho impõe a análise, também, do conflito entre grupos diferentes de trabalhadores, ou no conflito entre ramos diferentes da indústria (trabalhadores e capitalistas tomados em conjunto).

“Em vez disso, Marx julgava que os trabalhadores e o capital são atores unificados na tentativa de maximizar as suas respectivas prosperidades (salários agregados para trabalhadores e lucros agregados para capitalistas)”⁴¹⁸. Desse modo, a luta de classes é produto fixo de qualquer época, e pode ser dividido sempre entre capitalistas e trabalhadores, e o trabalho e o capital são considerados atores unitários, lateralizando a competição entre capitalistas por mercados ou entre trabalhadores por empregos⁴¹⁹.

⁴¹⁵ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

⁴¹⁷ PAZETO, Antônio Elízio. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, out./dez. 2005. p. 488.

⁴¹⁸ TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 35.

⁴¹⁹ PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. The structure of class conflict in democratic capitalist societies. **The American Political Science Review**, vol. 76, n. 2, p. 215-238, jun./1982.

Por outro lado, já no liberalismo clássico de Adam Smith, por exemplo, a troca de trabalho por dinheiro, tal como qualquer outra relação comercial, aumenta a eficiência da aplicação de recursos⁴²⁰. O argumento da “mão invisível” constitui-se, nesse sentido, numa ferramenta acessível a qualquer indivíduo, sem distinções. “Se Marx julga esse argumento inaceitável, não é apenas porque não aceita o argumento da mão invisível [...], mas também porque percebe uma desigualdade fundamental e sistemática, e, portanto, uma injustiça, numa troca em que a pessoa vende sua própria força de trabalho como uma mercadoria”⁴²¹. Para Marx, portanto, e com razão, essa troca tem como função a criação da mais-valia, a reprodução do capitalismo, bem como a desigualdade que desse sistema é decorrente.

É possível identificar, então, que os argumentos relativos à eficiência das instituições podem ser encontrados na literatura liberal clássica, enquanto autores que se preocupam com a distribuição de poder na sociedade, como Marx, ocupam-se de argumentos explícitos de redistribuição.

Mas Marx é enquadrado nos atores que analisam as instituições do ponto de vista redistributivo de consolidação. Para essa análise, “tanto a política como as instituições são explicadas por suas consequências benéficas, não para o sistema como um todo (como no caso do funcionalismo), mas para a classe dominante” e por isso que as instituições que separam a esfera econômica da esfera política podem ser explicadas em termos dos interesses a longo prazo da burguesia⁴²², afastando o campo do Estado como espaço de transformação social para o trabalhador.

Ocorre que com o advento do Estado social, e com a compreensão do antivalor, o Estado desloca a luta de classes da fábrica para sua estrutura, como já dito. Ao campo marxista, especialmente, a consideração do fundo público põe por terra os conceitos de capital e força de trabalho enquanto mercadoria. A conhecida fórmula do circuito capital-dinheiro (D-M-D') de Marx⁴²³, é transformada pelo fundo público para Anti-D-D-M-D'(-D), sendo que o último termo é uma quantidade de moeda que tem como oposição interna a fração do fundo público presente nos resultados da produção social, que se expressa em moeda mas não é dinheiro.

⁴²⁰ SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁴²¹ TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 107.

⁴²² TSEBELIS, George. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 107.

⁴²³ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. p. 299.

Essa transformação vai implicar, então, na modificação da composição do capital e na taxa de exploração. “A composição do produto, na equação $C+V+M$, sofre a seguinte transformação: $-C+C+V(-V)+M$, na qual a taxa de mais-valia se reduz pela presença, na equação, das antimercedorias sociais que funcionam como um *ersatz* do capital variável”⁴²⁴. Assim, quando analisada a equação geral do produto, “a taxa de mais-valia cai, enquanto na equação de cada capital particular ela pode, e geralmente deve, se elevar”⁴²⁵.

Exatamente por essa razão, as instituições de pesquisa, enquanto instituições do Estado, tem potencial, em relação aos trabalhadores, de se apresentar como uma instituição redistributiva do tipo *new deal*⁴²⁶. Especialmente a universidade, na condição de uma das instituições especializadas no contexto da economia do conhecimento e da realidade social, no caso brasileiro, é capaz de estabelecer a interlocução sistêmica entre formação, mundo do trabalho e desenvolvimento da sociedade⁴²⁷. O ponto essencial é que as relações entre as classes sociais “não são mais relações que buscam a anulação da alteridade, mas somente se perfazem numa perequação — mediada pelo fundo público — em que a possibilidade da defesa de interesses privados requer desde o início o reconhecimento de que os outros interesses não apenas são legítimos, mas necessários”⁴²⁸.

Os períodos conturbados são uma vantagem inesperada para os “fazedores de projetos” como se dizia no século XVIII. Não tenho, no entanto, a intenção de propor o meu. Se é uma aventura cujo cenário somente a história escreve, o futuro é altamente imprevisível. O amanhã comportará o desconhecido. Mas também será trabalhado a partir da herança do hoje. O longo percurso feito até aqui permite destacar conexões fortes entre a situação econômica, o nível de proteção das populações e os modos de ação do Estado Social. Consequentemente, se é absurdo pretender predizer o futuro, é possível, contudo, desenhar eventualidades que o comprometerão num sentido diferente em função das opções que forem feitas (ou, que ao contrário, não forem

⁴²⁴ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

⁴²⁵ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

⁴²⁶ Conforme aponta Tsebelis, o jogo da mudança institucional ocorre de três maneiras: “Em primeiro lugar, pode efetuar-se com a concordância dos atores, porque eles julgam que isso seja de seu interesse comum. Nesse caso, a mudança produz uma instituição eficiente. Em segundo lugar, se um dos atores tem em mãos o poder institucional, pode modificar a instituição de acordo com seus próprios interesses. Nesse caso, refiro-me a instituições de consolidação. Em terceiro lugar, o ator mais fraco pode buscar reforços, formar coligações e modificar a instituição que não lhe foi favorável. Nesse caso, refiro-me a instituições *new deal*”. TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 115.

⁴²⁷ PAZETO, Antônio Elízio. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 13, n. 49, p. 487-496, out./dez. 2005. p. 488.

⁴²⁸ OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

feitas) em matéria de política econômica, de organização do trabalho e de intervenções do Estado Social.⁴²⁹

No campo das políticas de CT&I a criação de um sistema simbiótico depende dessa interlocução entre o mercado e os trabalhadores por meio da mediação da universidade. Do contrário, e num sistema parasitário, o próprio conceito de universidade passa a ser corrompido em favor de ideias que pretendem submeter a produção do conhecimento aos ditames do utilitarismo e do pragmatismo dominantes na sociedade.

“A universidade conclama a sociedade a adotar sua mensagem e suas normas: ela introduz na sociedade uma cultura que não é feita para sustentar formas tradicionais ou efêmeras do aqui e agora, mas está pronta para ajudar os cidadãos a rever seu destino *hic et nunc*”⁴³⁰. Ao promover os valores intrínsecos à cultura universitária, “tais como a autonomia da consciência e a problematização, o que tem como consequências o fato de que a investigação deva manter-se aberta e plural, que verdade tenha sempre a primazia sobre a utilidade, que a ética do conhecimento seja mantida”⁴³¹, defende, ilustra e promove uma leitura social radicalmente distinta das realizadas pelas demais instituições do estado.

Deve ser enfatizado, portanto, o seu potencial de intensificar o capital cultural interno, de fazer um trabalho com as organizações dos trabalhadores e propor projetos de pesquisa e cursos de formação para, e com, os trabalhadores. Trata-se da possibilidade de realizar um trabalho em rede no seio das universidades, de modo a problematizar de forma sistemática as relações entre universidade e mundo do trabalho, num outro patamar, de forma coletiva e não pontual.

Deixar de ser pontual porque, até o momento, a interação da universidade com o mundo do trabalho oscilou entre a universidade funcional e de resultados – condição necessária e garantia de qualificação profissional frente ao emprego e ao mercado competitivo –, e a universidade operacional – em que o foco institucional social é substituído por padrões próprios das organizações de mercado.

⁴²⁹ CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 560.

⁴³⁰ MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 2000. p. 10.

⁴³¹ MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 2000. p. 10.

Nesse último aspecto, a mercantilização da universidade, e por consequência da ciência, representa um desvio em sua função intelectual e investigativa “cujo foco centra-se no princípio de que ciência, trabalho e produção deixam de ter sentido público e passam a ter finalidade privada, sendo, para tanto, mercantilizados”⁴³².

Assim, há a necessidade de empenho nos diálogos contínuos com os trabalhadores, para que se atinja um estágio de reciprocidade entre conhecimento e trabalho, de forma particular diante do papel da universidade frente ao desenvolvimento nacional. Do contrário, os sistemas de inovação estabelecidos através da utilização do fundo público serão inquestionavelmente parasitários, tornando as universidades “espaços de propriedade, com evidente relação de exclusividade ou de subordinação, em detrimento da produção de conhecimentos, da formação e de relações de interdependência”⁴³³.

Tendo em vista o debatido, na terceira seção se passará a debater os meios para o fim de disseminar as práticas mais avançadas de produção em todas as partes da economia e de aprofundá-las: a dependência de uma educação dialética em sua abordagem ao corpo de conhecimento recebido e cooperativa em seu ambiente social e a reformulação da arquitetura institucional e do regime jurídico da ordem do mercado. E mais, os motivos para realizar uma efetiva rebelião democrática contra um vanguardismo insular das ciências que não só empobrece e divide sujeitos socialmente, mas também porque menospreza as capacidades nacionais, tendo como tarefa mais importante o enfrentamento dos efeitos agravantes da desigualdade do atual confinamento das práticas mais avançadas de produção.⁴³⁴

Seção 3. Entre a resistência à mudança e o resistir para mudar: ataques ao trabalho universitário e os entraves à autenticidade desenvolvimentista

A possibilidade do experimentalismo institucional por meio da Universidade Pública para construção de um sistema simbiótico de produção de ciência e tecnologia para o desenvolvimento pressupõe a consideração dos trabalhadores imateriais como protagonistas do

⁴³² PAZETO, Antônio Elízio. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, out./dez. 2005. p. 492.

⁴³³ PAZETO, Antônio Elízio. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, out./dez. 2005. p. 492.

⁴³⁴ UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*. p. irreg.

processo. Se se declara a institucionalidade como reflexo de vontades individuais transpassadas pelo trabalho que se exerce e pelo trabalho que lhe atribui sentido, igualmente a consideração do sujeito enquanto partícipe, sujeito, e substrato do sistema é indispensável.

A experimentação para criação de um sistema simbiótico de ciência e tecnologia, que realize operações permeadas pelo antivalor, para ter espaço, exige a cultura experimentalista, mas também o ambiente concreto para que se realize. Se são os trabalhadores imateriais da pesquisa aqueles que potencialmente podem, através da instituição a que pertencem, colaborar ativamente e de forma concreta para uma nova arrancada desenvolvimentista no Brasil, especialmente considerando suas condições enquanto trabalhadores (não só jurídicas, econômicas, mas também do ponto de vista das subjetividades), pressuposto básico é que possam atuar despreocupados a segurança de sua condição. Ao contrário, a precarização e a precariedade no tratamento deste ator essencial é a ordem do dia.

Em que pese a estruturação do trabalho científico envolva muitos agentes que empreendem verdadeiro trabalho na atividade, que vão desde os servidores, técnicos administrativos, técnicos de laboratório, são, sem sombra de dúvidas, os professores universitários que consolidam o ensino e a pesquisa científica brasileira. Junto de suas atividades de pesquisa, mas também de ensino e de extensão, tem uma trajetória de resistência aos ataques, à desvalorização e à desqualificação de suas atividades.

No caso brasileiro, o histórico dos cursos superiores não se retrai tanto no tempo, tendo seu marco inicial no final do século XIX, com a fundação de Universidades Públicas apenas no início do século XX. O conjunto de Universidades que se formaram acabaram por centralizar a “formação de pessoal superior e a produção do conhecimento no Brasil até o final do século XX, quando começam novos ciclos para as nossas universidades”⁴³⁵. Nos últimos vinte anos, esses novos ciclos impuseram às universidades brasileiras “momentos de inflexão importantes, estratégicos e muito distintos - em sua retração e em sua expansão, na sua elitização e democratização”⁴³⁶.

As políticas adotadas por Paulo Renato de Souza Paiva, Ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso, anunciavam a partir de 1995 um projeto claro de mudança no formato da educação superior, baseando-se em duas premissas: “a desconfiança com relação às

⁴³⁵ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

⁴³⁶ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

universidades públicas federais, vistas como *locus* da ineficiência, do corporativismo e do desperdício”, em conjunto com a “a aposta na expansão do sistema das universidades privadas, vistas como o lugar virtuoso da eficiência advinda da competição”⁴³⁷, que demonstravam, em resumo, uma desconfiança na esfera pública e uma aposta no setor privado.

Nesse projeto, evidentemente, os professores universitários sentiram o golpe: a retração dos recursos das universidades públicas impactaram no financiamento de pesquisas; os salários foram objeto de defasamento e congelamento; “houve grande quantidade de aposentadorias (que aumentaram exponencialmente em vista do projeto de reforma no sistema de previdência) de pessoal docente e técnico que não foram repostas, de modo que as universidades diminuíram de tamanho”⁴³⁸. Situação que não só impôs dificuldades práticas ao cotidiano, como acarretou a “fuga de cérebros”, de modo a se pulverizar o potencial antes concentrado no setor público, para outros países e setores privados.

Obviamente que esta política educacional é acompanhada da ideologia neoliberal que deu unidade à toda política governamental. A condição de trabalho na Universidade acompanhou a tendência reformista do Estado que seguiu a direção da desregulamentação da economia, da flexibilização do trabalho, da redução dos gastos sociais, da privatização das empresas estatais, dentre outras. Para atrair investimentos, o Estado se utilizou do seu papel de regulador, fazendo do rebaixamento salarial sua principal moeda.

Ideologicamente, a ofensiva neoliberal foi potencializada pela fragilidade do movimento operário, provocada pelo aumento do desemprego. Os representantes da burguesia no governo ressaltam a necessidade de efetivar a cidadania através do empenho da participação de “todos” nas medidas para sair da crise. Assim, toda a nação é convocada e intimada a aceitar as medidas neoliberais como única alternativa. O Estado se mostra aberto à participação do “cidadão”, desde que seja para aceitar a sua cota de sacrifício.

Mudança de rota foi estabelecida com a chegada da esquerda ao poder a partir de 2002. Com um novo olhar acerca da política universitária houve a progressiva recomposição de salários e das vagas para professores e servidores. A reestruturação e expansão da Universidades federais veio por meio do Decreto 6.096/2007 que instituiu o REUNI, prevendo o aumento do quadro de professores, verbas para infraestrutura, multiplicação dos *campi* e até

⁴³⁷ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

⁴³⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

criação de novas universidades. Com a aprovação de um novo Plano Nacional de Educação em 2014, projetou-se um crescimento a ponto de levar a crer que, até 2024, se chegaria a algo muito próximo à universalização total do ensino superior público. No tocante aos investimentos, de modo correspondente, aponta-se o “expressivo aumento das verbas para ciência e tecnologia, que foi sentido fortemente nas agências oficiais de fomento”⁴³⁹. Estes avanços decorrem claramente da atuação de “grandes Ministros da Educação que tinham um projeto de desenvolvimento nacional e educacional, com a plenitude da atividade pública educacional do ensino superior”⁴⁴⁰, mas ainda assim, a despeito dos incentivos ao longo dos governos Lula e Dilma, em algumas IFES os gestores negligenciaram “os acréscimos em infraestrutura e em recursos humanos foram desproporcionais ao crescimento no número de vagas, levando a um processo de expansão precarizado”⁴⁴¹.

Em que pese tenha-se acreditado que a inflexão política e ideológica bastante radical adotada por Michel Temer, após sua ascensão à presidência no pós-impeachment, fosse o prenúncio do fim do “bom período” para as universidades públicas, já com o anúncio de cortes de verbas para pesquisa – em que pese sem sua efetivação concreta, tendo o governo cedido à diversas pressões –, foi somente com a eleição do projeto bolsonarista (que se caracteriza pela ausência de projeto e radicalismo destrutivo) que as universidades entram definitivamente em rota de ataque: na esfera de reconhecimento de trabalho, na esfera financeira, na esfera da autonomia, e na esfera democrática.

Tais medidas – se implementadas – não só colocam por terra as premissas básicas ao defendido nesta dissertação, como também apresentam-se como obstáculos incontornáveis a uma autêntica política desenvolvimentista no paradigma do conhecimento.

Quanto às três perspectivas apresentadas (reconhecimento, finanças e autonomia), no primeiro semestre de 2019, o governo federal realizou um contingenciamento de cerca de 30% nas verbas de custeio e de 50% nas verbas de capital do orçamento das universidades e institutos federais, comprometendo assim tanto as ações voltadas às áreas-fim – ensino, pesquisa, extensão e inovação – quanto a manutenção e o funcionamento institucional, envolvendo gastos

⁴³⁹ FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

⁴⁴⁰ OPUSZKA, Paulo Ricardo. Entrevista concedida à APUFPR. In: **APUFPR faz Denúncia Contra o Ministro da Educação**. Curitiba: Apufpr, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNt6GcJeQ78&list=PLhOKP2_slgkcIR7MxfuDuuGaqUBwALw9t&index=2>. Acesso em: 20 dez. 2019.

⁴⁴¹ SARMENTO, Thais Ferrugem; MENDES, Jussara Maria Rosa. Trabalho e sofrimento: a extinção de cargos na universidade pública. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, pp. 104-112, jan./abr. 2018.

discrecionários, como limpeza, segurança, energia elétrica, água etc. Fato que por si só, colocou em risco toda a estrutura universitária, atribuindo a perspectiva de paralisação total das atividades em diversas instituições⁴⁴².

Ato contínuo, o Ministério da Educação lançou o Programa Future-se⁴⁴³, via projeto de lei, como medida de salvamento da drástica situação das Universidades. Algo como jogar um bote salva vidas furado à alguém que se acaba de empurrar ao mar. É de se ressaltar, que nenhuma das principais entidades que legitimamente discutem a política do ensino superior (Andifes, Conif, SBPC, UNE, IFES, IES, Confies, Andes, Fasubra) foram consultadas ou tiveram oportunidade de contribuir à proposta. Medida sob-medida para um objetivo político tacanho de um governo sem compromisso com a ciência.

No tocante específico da precarização do trabalho – sem adentrar no mérito e nos equívocos das propostas financeiras e administrativas – a adesão ao Future-se dependerá de compromisso das instituições com a redução de despesa com pessoal. Cheque em branco para reduzir o gasto com professores, “abrindo a possibilidade para a mudança de regime jurídico de contratação (desestimulando o emprego de professores em regime de dedicação exclusiva) e novas formas de contrato por meio das organizações sociais (via CLT, por exemplo)”⁴⁴⁴, mesmo que sejam os professores em dedicação exclusiva os responsáveis pela manutenção da

⁴⁴² Cite-se, por exemplo, o caso da IFES na qual este trabalho foi desenvolvido. Diversos foram os apelos aos governos (federal e locais) e à sociedade civil para que a Universidade pudesse seguir com suas atividades. V.g. GALINDO, Rogério. Reitor faz apelo para que população ajude a salvar UFPR. **Plural**, mai./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/reitor-faz-apelo-para-que-populacao-ajude-a-salvar-ufpr/>>. Acesso em: 10 dez. 2019; GALINDO, Rogério. Contagem regressiva: UFPR fecha as portas em 100 dias. **Plural**, mai./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/contagem-regressiva-ufpr-fecha-as-portas-em-100-dias/>>. Acesso em: 10 dez. 2019; GALINDO, Rogério. UFPR decide iniciar segundo semestre, mesmo com risco de fechar em semanas. **Plural**, jul./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-decide-iniciar-segundo-semester-mesmo-com-risco-de-fechar-em-semanas/>>. Acesso em: 10 dez. 2019; GALINDO, Rogério. UFPR esvazia seus cofres com as contas deste mês. **Plural**, ago./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-esvazia-seus-cofres-com-as-contas-deste-mes/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

⁴⁴³ “A proposta apresenta um programa de governo, com prazo de duração indeterminado, que pretende funcionar por adesão mediante assinatura de termo específico com o Ministério da Educação. Ao aderir ao FUTURE-SE, as IFES se comprometem a: (i) utilizar a organização social contratada para o suporte à execução de atividades desenvolvidas nos institutos e nas universidades federais; (ii) adotar as diretrizes de governança específicas instituídas na proposta legislativa, inclusive aderir ao Sistema de Governança a ser indicado pelo Ministério da Educação; e (iii) adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa. A operacionalização do FUTURE-SE pretende se dar por meio de contratos de gestão com organizações sociais cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa, ao desenvolvimento, à inovação, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à saúde, e estejam relacionadas às finalidades do Programa”. UFPR. **Análise, reflexões e questões acerca do projeto de lei do programa Future-se**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfupr/wp-content/uploads/2019/08/UFPR-FUTURE-SE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴⁴⁴ XIMENES, Salomão. Entrevistado. In: Para aderir ao Future-se, universidades terão compromisso de redução de gasto com professores. **Terra**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/para-aderir-ao-future-se-universidades-terao-compromisso-de-reducao-de-gasto-com-professores,1b22cb3c95c70a585e48fd99f0cda1eb71t86psf.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

produção científica de ponta nas universidades.⁴⁴⁵ Além de que, a redução do número de docentes sob regime de direito público para reformulação da tutela a partir do direito privado “contribui para que aqueles que permanecem na universidade se tornem invisíveis e para que suas possibilidades de enfrentamento coletivo das dificuldades sejam cada vez mais limitadas”⁴⁴⁶.

A proposta do Future-se, ainda, muito distante de ser bem intencionada, foi acompanhada de um discurso para a sociedade civil no sentido de fomentar a perseguição política e ideológica aos trabalhadores universitários. Em total descolamento da realidade, e sem compromisso ético nenhum com a dignidade do cargo, o Ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, já protagonizou alguns episódios que embora sejam constrangedores, são igualmente perigosos perante a formação da opinião pública.

O corte de verbas respaldado por supostas “balbúrdias” em seus campi, foi acompanhada da afirmação do baixo desempenho acadêmico da comunidade universitária – nos quais se incluem os pesquisadores enquanto na seção anterior demonstrou-se, numericamente, o contrário – seria decorrente de eventos “ridículos” e “bagunças” que refletiriam uma espécie de “sobra” de dinheiro público.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ É possível ressaltar que o Marco Legal da Ciência e da Tecnologia, de certa forma, já possibilita a precarização da atividade docente via subversão do sistema de dedicação exclusiva. Aquele docente que presta quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e está impedido de exercer outra atividade remunerada, seja pública ou privada. Este docente, “zebra gorda”, geralmente em final de carreira, que passou a vida – e construiu a vida – no serviço público, obteve as devidas progressões, e que de fato consolida o ensino e a pesquisa científica brasileira, encontra ameaça ainda maior se conjugada esta possibilidade ao Future-se. Prática que empurrará o docente porta a fora em buscas de oportunidades no mercado. No contexto do Future-se, os arts. 14-A e 15, Lei nº 13.243/2016, são as ferramentas jurídicas manejáveis a exercer pressão política sobre professores estáveis para disputa do mercado – e mercantilização absoluta de suas pesquisas –, abrindo-se brechas a precarização das contratações para suprimimento das demandas educacionais e de pesquisa na instituição, ou então, deixando-se vácuos propositalmente para a defasagem do sistema. (É a redação dos artigos: “Art. 14-A. O pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério, poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa e participar da execução de projeto aprovado ou custeado com recursos previstos nesta Lei, desde que observada a conveniência do órgão de origem e assegurada a continuidade de suas atividades de ensino ou pesquisa nesse órgão, a depender de sua respectiva natureza”. E na sequência estabelece: “Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação”).

⁴⁴⁶ SARMENTO, Thais Ferrugem; MENDES, Jussara Maria Rosa. Trabalho e sofrimento: a extinção de cargos na universidade pública. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, pp. 104-112, jan./abr. 2018

⁴⁴⁷ Cf. VEJA. Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. **Veja**, abr./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

O trabalho imaterial dos pesquisadores foi reduzido – de forma totalmente descolada da realidade – à de produtores de drogas: a crença descabida de que existiriam plantações de maconha e laboratórios de drogas sintéticas em universidades federais⁴⁴⁸.

Dados como credores indevidos do Estado, seus salários também são colocados em cheque: “Tenho de ir atrás da zebra mais gorda, que está na universidade federal trabalhando em regime de dedicação exclusiva para dar só 8 horas de aula por semana e ganhar R\$ 15 mil, R\$ 20 mil”⁴⁴⁹.

Maior explicação não se supõe, senão o medo da democratização do conhecimento e a expansão das capacidades produtivas para modificação estrutural das desigualdade brasileiras. “Uma carreira acadêmica pode ser destruída por universidades ou governos com base no fato de que o conteúdo de um trabalho, seja real ou imaginado, é uma possível ameaça aos poderes existentes”⁴⁵⁰, especialmente porque entre o limite entre manifestações de expressão especificamente políticas é passível de entrecruzamento quando posto em análise do ponto de vista da liberdade acadêmica. “A parede que existe entre a liberdade acadêmica e a expressão política é porosa; possui portas e janelas. A luz exterior ilumina o lado de dentro, e o trabalho interno muitas vezes se derrama pelos corredores e pelas ruas do lado de fora”⁴⁵¹.

O que o autoritário teme é que a discussão aberta em um seminário universitário se mova para fora desses muros. Eles estão certos em temer a circulação de idéias, que são imprevisíveis e incontroláveis. E têm razão em temer idéias que contestam a legitimidade do regime autoritário, ou fascismo, ou regimes racistas, pois uma vez que o caráter injusto desses regimes é abertamente demonstrado e discutido, uma vez que essas formas de crítica intelectual ganham uma “vida pública”, as pessoas podem muito bem identificar e se opor a um governo injusto e se levantar para exigir o fim da injustiça.⁴⁵²

⁴⁴⁸ Cf. VEJA. Na Câmara, Weintraub reafirma que há plantação de maconha em universidades. **Veja**, dez./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/na-camara-weintraub-reafirma-que-ha-plantacao-de-maconha-em-universidades/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴⁴⁹ Cf. ESTADÃO CONTEÚDO. Weintraub critica salário de professor universitário: “zebra gorda”. **Exame**, set./2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/weintraub-critica-salario-de-professor-universitario-zebra-gorda/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴⁵⁰ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

⁴⁵¹ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

⁴⁵² BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

É justamente neste derrame que a troca de experiências vivida e as condições da experiência por e pelo trabalho ganham significação de destaque. Que ganham a potencialidade da mudança. Que expressam a vivência democrática. Que ganha corpo do ponto de vista do desenvolvimento. O Future-se é a caricatura da tentativa de resistência da dominação posta. O trabalho imaterial na Universidade é a prática de resistências de existências e cidadania.

Na primeira batalha, o lado de cá, da pesquisa, venceu. Em 2019 a maioria das grandes Universidades Públicas Federais rejeitou a adesão ao Projeto Future-se. Entretanto, e em função disso, o Governo Bolsonaro, através do MEC, deu um passo tremendamente temerário editando a Medida Provisória nº 914, que trata da eleição para reitor nas Universidade Federais de uma forma bastante complicada. Nas entrelinhas fica clara a intenção de não respeitar a indicação do reitor mais votado na consulta à comunidade acadêmica.

Além de alterar completamente o universo eleitoral nas consultas para reitor, cria a possibilidade de um candidato com mais votos na consulta à comunidade acadêmica ser preterido em função de algum acordo prévio – com concordância ideológica – de outro candidato com o Governo Federal. Um compromisso prévio relativo à adesão ao Future-se passa a ser determinante eleitoral incontrolável e imprevisível, pois alheio às regras da disputa.

Além de ferir a autonomia e democracia universitária, o Ministério da Educação demonstra a indisposição em reconhecer a vontade majoritária das urnas para indicação de um determinado reitor para o cargo. Demonstra a tentativa de, ao contrário do proposto anteriormente, instituir uma democracia de “baixíssima energia” na universidade, tornando a possibilidade a reconstrução do desenvolvimento pela universidade a partir da reconstrução institucional pela democracia mobilizadora, em prática imobilizante.

As universidades têm muitas obrigações com diferentes públicos; não somente com sua comunidade local, regional e nacional, mas também com uma comunidade global mais ampla, em parte porque a pesquisa hoje depende de trocas, traduções e trânsitos. Assim, a reflexão desenhada ao longo de toda a dissertação, torna clara a “obrigação global das universidades de se opor à censura, à criminalização do conhecimento, e à destruição da vida profissional daqueles que sofrem ataques por seus pontos de vistas, sejam reais ou imaginados”⁴⁵³.

⁴⁵³ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

Só uma solidariedade expansiva e vigilante entre instituições de educação superior pode iluminar e defender essas duas liberdades entrelaçadas, resistir à perseguição de acadêmicos e acabar com a onda crescente de anti-intelectualismo e censura, o desprezo vergonhoso por aqueles que contam as histórias dos subalternos. Ao insistir na liberdade de pensamento, apoiamos aqueles que questionam a legitimidade de formas de política injustas – incluindo a estrutura política da universidade em si quando coloca seu destino nas mãos de interesses corporativos ou do poder do Estado. Apoiamos aqueles que questionam crenças estabelecidas de racismo, misoginia e a exploração de trabalhadores; aqueles que têm pensamento crítico sobre autoridade, poder e violência; aqueles que lutam pela sindicalização do trabalho acadêmico.⁴⁵⁴

Do ponto de vista da “ideologia constitucionalmente adotada”⁴⁵⁵, o exercício do trabalho imaterial na universidade pública brasileira é um direito não exatamente individual – já que surge da “união entre o pesquisador acadêmico, a universidade e o Estado”, mas sobretudo um poder dentro da universidade ao ponto em que seu exercício deve ter apoio e garantia institucional.

“A resistência da universidade à interferência política externa demonstra a relação entre a liberdade acadêmica e à ideia da universidade como um santuário”⁴⁵⁶. Obviamente que não um santuário de homens dignos de veneração – do contrário controles institucionais e sociais seriam dispensáveis. Mas um santuário como um ideal que vale a pena ser reanimado, mas um espaço que possibilita o desdobramento a parte mais íntima do ser social: as diversas construções pelo trabalho em sua ontologia.

“As universidades produzem ideias que têm vida própria; a livre circulação dessas ideias faz parte da cultura política democrática e a proteção dessa circulação é uma obrigação das sociedades democráticas”, e o experimentalismo democrático por ela – inclusive através da definição estruturada do conflito que define a liberdade acadêmica – pode implicar numa “concepção mais ampla de como abordar a resolução de conflitos em outros domínios”. Dessa forma, “cultivar formas produtivas de conflito é o que procuramos fazer tanto dentro dos muros

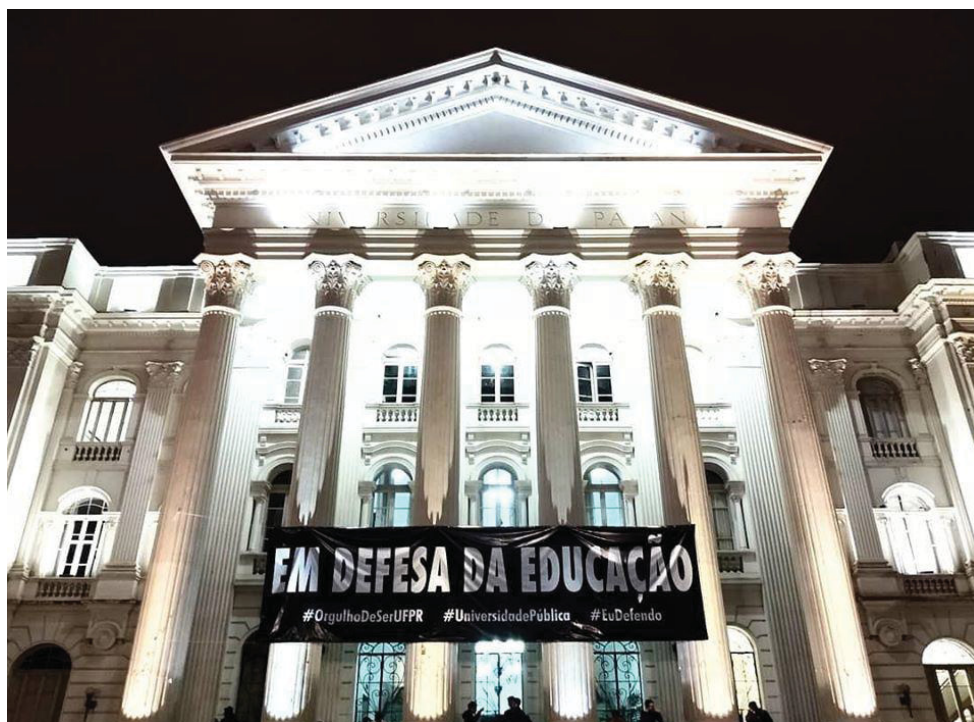
⁴⁵⁴ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

⁴⁵⁵ “Não se trata de sentido filosófico ou político amplo, de ideologia, nem mesmo de cada ideologia política geralmente referida, tal como a capitalista, a socialista, a comunista, etc. Independentemente dessa configuração referimo-nos aos princípios que sejam fundamentais na ordem jurídica considerada, mesmo que isoladamente se identifiquem com alguma daquelas ideologias políticas acima referidas. A ideologia a que nos referimos é aquela definida, em direito positivo, no estado de direito, pela constituição vigente, em cada época. Por isso nos referimos ideologia constitucionalmente adotada”. (SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de Direito Econômico**. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2017. p. 28).

⁴⁵⁶ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

da universidade, quanto buscamos conhecimento, quanto fora desses muros, à medida que nos engajamos em promover práticas democráticas de debate e contestação na esfera pública”.⁴⁵⁷

Em que pese todos os entraves expostos anteriormente possam, por um lado, demonstrar a dificuldade de se colocar, de forma plena, um projeto de desenvolvimento nacional pelo conhecimento autêntico como proposto nas linhas deste trabalho, também dizem algo sobre o papel das universidades na vida democrática de alta energia. Diz algo sobre o alvo correto quanto da nova leitura do desenvolvimento. O trabalho imaterial da pesquisa e sua construção para com a sociedade ou para com sujeitos, pertence “à universidade e, ainda assim as universidades pertencem aos seus locais e organizações políticas. As paredes são mais porosas do que as distinções legais às vezes permitem”⁴⁵⁸.



Fonte: UFPR, 2019.

⁴⁵⁷ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

⁴⁵⁸ BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estado e Capital nas intermediações do trabalho imaterial enquanto fator de desenvolvimento. O título deste trabalho impõe riscos e desafios. Para além das questões metodológicas e do amplo esforço acerca do conteúdo abrangente que as discussões propostas impõe, o maior desafio é o de realizar um trabalho declaradamente propositivo e consistente a partir da revisão da bibliografia.

Ao se recuperar no Primeiro Capítulo o delineamento das políticas nacionais de desenvolvimento, especialmente aquelas de meados dos anos 1950 até o advento do golpe militar, as críticas às concepções furtadianas ou dos pensadores do ISEB podem surgir facilmente, apontando para um trabalho que pretende retornar ao passado sem considerar o tempo histórico, ou ainda “falsamente engalanado com os números dos projetos aprovados, das iniciativas tomadas, dos investimentos implantados”⁴⁵⁹. Mas as duas primeiras seções daquele capítulo foram propostas justamente para demonstrar o contrário, algo como uma nostalgia benjaminiana, “a das oportunidades perdidas, do que poderia ter sido e que não foi, a da chance da história que passou e não volta mais”⁴⁶⁰.

A retomada do que chamou-se de “subversão do pensamento” serve para botar-se no lugar de onde só há ranger dos dentes na amargura do que não foi. Sua retomada é um pedido para que Celso Furtado lidere o pensamento desenvolvimentista novamente “qual um novo dom Sebastião”, para dizer que “nunca houve a batalha fatal, que foi apenas um pesadelo, que a história é feita de derrotas e que a derrota das derrotas é esta celebração”. Retomar o substrato daquele pensamento realizado *in actione* “vergasta a vitória dos vencedores com o amargor da incompletude, da falsificação e da desolação”.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁴⁶¹ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

“Estamos prontos, novamente, doutor Celso Furtado. Com nossa precariedade, com nossa mágoa pelo tempo perdido, com nosso nordestinismo de nordestinados, com nossa ética federalista e republicana”⁴⁶², para retomar no trabalho humano o verdadeiro substrato de qualquer desenvolvimento que se proponha, seja ele econômico, social, político, etc. Retomar para afirmar que “as vidas vividas não foram desperdiçadas: elas prepararam o futuro, no solo árido da desolação do presente”⁴⁶³.

Retomar o trabalho humano inclusive como necessário a uma democracia que se proponha participativa. A um desenvolvimento que se diga democrático, e a uma Constituição que se pretenda efetiva. Esta foi a proposta da terceira seção do primeiro capítulo.

Atento aos indevidos transplantes ultrapassados, no Segundo Capítulo pretendeu-se demonstrar a atualidade do debate inserido no atual paradigma de produção e competitividade, qual seja a realização da ciência – enquanto produtora de bens, subjetividades, e mudanças sociais profundas e estruturais, além de ser uma nova tentativa de se sair da “camisa-de-força” da produção de matérias-primas e bens primários que não pode ser alcançado plenamente com a mera industrialização.

De tal modo, tendo em vista que a categoria do trabalho trespassou toda esta dissertação, a primeira seção tratou de abordar a questão da construção de subjetividade produzida através da produção do trabalho imaterial – ainda dito, frequentemente, como improdutivo e diletante – o espaço-potência para o desenvolvimento.

Na sequência, tratou-se de buscar na discussão acerca da ontologia do ser social o processo de tomada de consciência do trabalho para, com radical deslocamento, empreender deliberadamente um projeto de desenvolvimento autenticamente nacional.

A terceira seção vem para mostrar que a tomada desta consciência do trabalho ainda transborda dos limites do Direito que pretende tutelar o trabalho, tomando essa tutela como em sua completude. Assim, foi possível demonstrar que o espaço do trabalho no Direito ainda é muito limitado e que o Direito do Trabalho é insuficiente para tutelar as relações necessárias para empreender o processo de desenvolvimento por meio do trabalho.

Por fim, o espaço. *A Universidade Pública e o trabalhador científico*. Se o Direito do Trabalho mostra-se incompleto para respaldar um projeto de desenvolvimento no contexto da

⁴⁶² OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

⁴⁶³ OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

sociedade de conhecimentos, encontra-se no debate das instituições e seus moldes a o espaço para sua implementação.

Com base na teoria ungeriana, o experimentalismo institucional se coloca como proposta. Não como proposta utópica, mas como proposta exequível, operacionalizada por meio da Universidade Pública para implementação prática de todo substrato tratado nos capítulos antecedentes.

Inclusive por meio de dados concretos, demonstrou-se o potencial da formulação de uma política de ciência e tecnologia simbiótica por meio da Universidade Pública, sendo esta uma possível mediadora de anseios e demandas sociais que surgiram com o antivalor.

Por fim, ao tratar do ator social apto a implementar tais propostas – o pesquisador científico que, no Brasil, por excelência, é o Professor Universitário –, retoma-se a necessidade da prática da resistência. Trata-se de não permitir que o destino que sepultou os ideais desenvolvimentistas outrora, possa novamente imperar. Que o destino não se apresente, contraditoriamente, como um destino. Porque afinal, “se tudo movem cordéis lá de cima, para que lutar, reagir? Deus quis”⁴⁶⁴.

Existem motivos para reagir. E as condições existem. O tema da nação, sua realização num mundo que valorize o trabalho humano, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento autenticamente nacional é o ponto central desta dissertação. Tal como ontem, cabe construir a especificidade brasileira que deve corresponder e sustentar a luta da cidadania pelo seu lugar na nação, e desta no mundo.

⁴⁶⁴ LOBATO, Monteiro. **Urupês**. In: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **O ISEB e o desenvolvimentismo**. Disponível em <<https://goo.gl/7B8VVc>>. Acesso em 26 nov. 2018.
- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- AMARAL, Augusto Jobim do. *Blitzkrieg* neoliberal: mais um ataque. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resistência**. Bauru: Canal 6, 2017.
- AMATO, Lucas Fucci. **Construtivismo jurídico: teoria no direito**. Curitiba: Juruá, 2017.
- ANDES. **Só instituições públicas fazem pesquisa no Brasil, afirma organização**. 01 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=9298>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **O outro Leviatã e a corrida ao fundo do poço**. Coimbra: Almedina, 2015.
- BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, Estado e Constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.
- BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e Direito Econômico. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 105, pp. 389-406, jan./dez. 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, vol. 14, n. 1, jan./abr. 2012.

BRANDÃO, Carlos. Prefácio. In: AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. *E-book*. p. irreg.

BRASIL. **A instituição da SUDENE**: marco histórico no desenvolvimento brasileiro. Disponível em: < http://www.sudene.gov.br/sudene#instituicao_sudene>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita. **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/4GKN5t>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Resenha de Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, vol. 1, n. 2, abr/1981.

BUTLER, Judith. Por que a luta por liberdade acadêmica é a luta pela democracia. **Sexuality, policy, watch**. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/a-criminalizacao-do-conhecimento-por-judith-butler/8391>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

BRUGGER, Bill. **Republican theory in political thought**: virtuous or virtual. Nova York: St. Martin's Press, 1999.

CAPES. Processo nº 23038.011597/2018-23. Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES, 01 ago. 2018. Disponível em: < <https://goo.gl/aT2RhC>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CARDOSO JR, José Celso. Trinta anos de disputas por um projeto nacional de desenvolvimento nos trópicos. In: CARDOSO JR, José Celso. **A Constituição Golpeada: 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CARDOSO, Fernanda Graziella. **A armadilha do subdesenvolvimento**: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade. São Paulo, 2012. 250 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Tayguara Torres. **O novo Nordeste**: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre o desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50. 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, Jairo. Tecnologia, política e filosofia em Álvaro V. Pinto. **Pensando – Revista de Filosofia**, vol. 8, n. 15, pp. 21-30, 2017.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018. *E-book*. p. irreg.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CASTRO, Antonio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**: café - auge, “sobrevida” e superação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHEIBUB, Zairo B. Reforma administrativa e relações trabalhistas no setor público: dilemas e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 15, n. 43, pp. 115-146, jun. 2000.

CHICCHI, Federico. Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial. Entrevistadores: Cesar Sanson e Graziela Wolfart. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 327, mai./2010.

CHICCHI, Federico. Lado imaterial do trabalho não é suficientemente tematizado pelas teorias da modernidade industrial. Entrevistadores: Cesar Sanson e Graziela Wolfart. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 327, mai./2010.

CIPRIANI, Cristian; BORTOLETO, Edivaldo José. A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto. **Humanidades e inovação**, Palmas, v. 2, n. 2, jan./jul. 2015.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil**: a report for CAPES, 2017. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

CLARK, Giovani. CORRÊA, Leonardo Alves. NASCIMENTO, Samuel Pontes do. Ideologia Constitucional e Pluralismo Produtivo. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. especial, p. 265-300, 2013.

CLARK, Giovani; CORREA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. O Direito Econômico, o pioneirismo de Washington Peluso Albino de Souza e o desafio equilibrista: a luta histórica de uma disciplina entre padecer e resistir. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 73, p. 301-324, 2018

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **O direito e os direitos**: elementos para uma teoria crítica do direito contemporâneo. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 127.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Força da lei e o projeto de declínio da ordem simbólica. **Revista de Direitos Fundamentais e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 1, p. 89-112, jan./abr. 2017.

COUTINHO, Diego R. Direito e institucionalismo econômico: apontamentos sobre uma fértil agenda de pesquisa. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 37, n. 3, jul./set. 2017.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DEJOURS, Christophe. Inteligência operária e organização do trabalho. In: HIRATA, Helena (Org.) **Sobre o modelo japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: Edusp, 1993.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução. São Paulo: LTr, 2006.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª ed. São Paulo: LTr, 2019. *E-book*.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**: Na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do individualismo metodológico. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, pp. 163-204, 1989.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ELSTER, Jon. **Ulysses unbound**: studies in rationality, precommitment, and constraints. Cambridge University Press, 2000.

ENGELMANN, Wilson; WILLIG, Júnior Roberto. **Inovação no Brasil**: entre os riscos e o marco regulatório. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

ESTADÃO CONTEÚDO. Weintraub critica salário de professor universitário: “zebra gorda”. **Exame**, set./2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/weintraub-critica-salario-de-professor-universitario-zebra-gorda/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). **Educar em Revista**, vol. 34, n. 71, set./out. 2018.

FRANÇA JUNIOR, Reginaldo Pereira; LARA, Ricardo. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no projeto ético-político profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, pp. 20-31, jan./jun. 2015.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Economia da República velha, 1889-1930**. Departamento do Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

FREITAS, Ana Maria Aparecida de; SILVA, Carolina de Freitas e. A reforma trabalhista e a implementação de políticas públicas de reducionismo de direitos sociais: crise e austeridade em tempos de golpe. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017.

FREITAS, Marcos Cezar. Introdução. In: VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

FURTADO, Celso. A busca de novo horizonte utópico. In: _____. **O longo amanhecer**: reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Editora Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 45.

FUTEMA, Fabiana. Um ano depois, reforma trabalhista não gera empregos esperados. **Veja**, 10 nov. 2018. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/economia/um-ano-depois-reforma-trabalhista-nao-gera-empregos-esperados/>>. Acesso em: 24 jul. 2019; BRAGON, Ranier. Reforma trabalhista não cria novas vagas e defensores culpam crise. **Folha de S. Paulo**, 11 mai. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/reforma-trabalhista-nao-cria-novas-vagas-e-defensores-culpam-crise.shtml>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. *E-book*.

GALEB, Maurício. Globalização e o ataque ao mundo do trabalho: resistência ou submissão?. In: OPUSZKA, Paulo Ricardo (Org.). **Direito do Trabalho e efetividade**: temas clássicos problemas contemporâneos. Curitiba: CRV, 2017.

GALINDO, Rogério. Contagem regressiva: UFPR fecha as portas em 100 dias. **Plural**, mai./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/contagem-regressiva-ufpr-fecha-as-portas-em-100-dias/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GALINDO, Rogério. Reitor faz apelo para que população ajude a salvar UFPR. **Plural**, mai./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/reitor-faz-apelo-para-que-populacao-ajude-a-salvar-ufpr/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GALINDO, Rogério. UFPR decide iniciar segundo semestre, mesmo com risco de fechar em semanas. **Plural**, jul./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-decide-iniciar-segundo-semester-mesmo-com-risco-de-fechar-em-semanas/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GALINDO, Rogério. UFPR esvazia seus cofres com as contas deste mês. **Plural**, ago./2019. Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/ufpr-esvazia-seus-cofres-com-as-contas-deste-mes/>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GANEM, Carlos; SANTOS, Eliane Menezes dos (Org.). **Brasil inovador: o desafio empreendedor**. Brasília: IEL, 2006,

GENRO, Tarso. Ontologia da Reforma e seus devedores. In: RAMOS, Gustavo Teixeira; MELO FILHO, Hugo Cavalcanti; LOGUERCIO, José Eymard; RAMOS FILHO, Wilson. **O golpe de 2016 e a Reforma Trabalhista: narrativas de resitência**. Bauru: Canal 6, 2017.

GRYNSZPAN, Mario. **O Brasil de JK: movimentos sociais no campo**. São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), [s.d.]. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Politica/MovimentosSociaisCampo>>. Acesso em 24 fev. 2018.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. 2 ed. Recife: Ministério do Interior, 1967. p. 14. Disponível em <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/PDEN%20-%20segunda%20edicao.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

GUILE, David. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 135, p. 611-636, dez. 2008.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. In: Benjamin, W., Horkheimer, M., Adorno, T. & Habermas, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

HARVARD'S CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Atlas of Economic Complexity**. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. Mercado interno y modernización de pautas de consumo en Celso Furtado: un debate más allá de la imitación. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 17, pp. 27-46, jul./dez. 2015.

HILLESHEIM, Jaime; MACHADO, Giovanny Simon. Considerações para uma política de trabalho pelo menos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 400-408, dez. 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, jan./abr. 2008.

IHU. Relatório do Banco Mundial distorce dados e ignora a realidade do país, alertam especialistas. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 01 dez. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574237-relatorio-do-banco-mundial-distorce-dados-e-ignora-a-realidade-do-pais-alertam-especialistas>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

JANEWAY, William H. A inovação não sobrevive sem apoio político. Entrevista concedida a Bruno Ferrari. **Exame**. 31 jan. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-inovacao-nao-sobrevive-sem-apoio-politico/>>. Acesso em 27 abr. 2018.

KLEBA, John Bernhard. Tecnologia, ideologia e periferia: um debate com a filosofia da técnica de Álvaro Vieira Pinto. **Convergência**, México D.C., n. 42, pp. 73-93, set./dez. 2006.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: a derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LARA, Gustavo Dalpupo de. **Mangabeira Unger e o experimentalismo institucional**: da redenção das teorias críticas ao paradoxo da estabilidade-revisibilidade do direito. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

LENCIONI, SANDRA. A mudança do discurso desenvolvimentista face à crise da economia: a falência das políticas de desenvolvimento social. **Revista do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**, São Paulo, vol. 6, p. 83-89, 1992.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. In: LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Globo, 2007.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. vol. II. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MALLORQUIN, Carlos. **O estruturalismo de Celso Furtado**. Tradução do artigo publicado no periódico Cahiers Du Brésil, 1998, pp. 33-34. S. 1.: S. n, 1998. Disponível em: <https://celsofurtado.phl-net.com.br/artigos_scf/Carlos_Mallorquin.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

MALTA, Mauro Moitinho; PELÁEZ, Carlos Manuel (Org.). **Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

MANDEL, E. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

MELO, William; RODRIGUES, Fabiana Malha. Entre o diálogo e a discordância: um debate sobre as teses de Roberto Mangabeira Unger. **Estudos Brasileiros**, n. 63, 2016.

MIRANDA, Jorge. **Apreciação pelo Partido Popular Democrático (PPD) dos Projetos de Constituição e das Propostas de Sistematização durante o Processo Constituinte Português de 1976**. Disponível em <http://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01000166j.html>. Acesso em 25 jun. 2019.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, Programa de Estudos Pós-Graduado em História da PUC-SP, vol. 29, n. 2, p. 391-416, dez/2004.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de Economia**, Curitiba, n.2, ano 36, p. 25-50, maio/ago. 2012.

MORIN, Edgar. **Complexidade e transdisciplinaridade**: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRN, 2000.

MUÑOZ, Humberto. La burocracia universitária. **Revista de la Educación Superior**, vol. 48, n. 189, 2019.

MURAT, L. **Depoimento - Francisco Julião**. [s. l.], 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130836>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

NETTO, Antônio Delfim. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

NOHARA, Irene Patrícia. Desafios de inovação na administração pública contemporânea: “destruição criadora” ou “inovação destruidora” do direito administrativo?. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 17, n. 194, p. 65-71, abr. 2017.

NOLL, Maria Izabel. Getúlio e Lula: aproximações, distanciamentos, ganhos e limites de duas Eras. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 491, ago./2016

NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, António José Avelãs. **Do capitalismo ao socialismo**: polêmica com Jan Tinbergen. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, pp. 5-10, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. A metamorfose da arribação: fundo público e a regulação autoritária na expansão econômica do nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-91, jul./1990.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. **Novos Estudos Cebrap**, n. 22, pp. 8-28, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. Políticas do antivalor, e outras políticas. Entrevista concedida a Fernando Haddad. **Teoria & Debate**, Fundação Perseu Abramo, n. 34, mar./1997.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. A economia política como elemento estruturante da economia e mercado e sua abordagem crítica. In: _____ (Org.). **Reflexões da economia política para um Direito Econômico brasileiro**. Curitiba: Instituto Memória, 2015.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Cooperativismo Popular**: análise jurídica e econômica. Curitiba: Juruá, 2012.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. Entrevista concedida à APUFPR. In: **APUFPR faz Denúncia Contra o Ministro da Educação**. Curitiba: Apufpr, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BNt6GcJeQ78&list=PLhOKP2_sIgcIR7MxfuDuuGaqUBwALw9t&index=2>. Acesso em: 20 dez. 2019.

OPUSZKA, Paulo Ricardo. Estágio de desenvolvimento das conquistas (direitos) sociais em busca da consciência coletiva e cultura jurídica. In: VARGAS, Tuany Baron; SOUZA, Fábio Augusto de; LIMA, Erick Alan de (Orgs.). **Direitos humanos no ocaso do estado social**: da derrocada à resistência. Curitiba: Kindle Direct Publishing, 2020. OPUSZKA, Paulo Ricardo; VARGAS, Tuany Baron de. A vulnerabilidade do trabalho no desenvolvimentismo brasileiro: obstáculos da crise e da modernização. In: POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; BARBATO, Maria Rosaria; MOURA, Natália das Chagas. (Org.). **Trabalho, tecnologias, multinacionais e migrações**: desafios contemporâneos dos direitos humanos na ordem democrática global. 1 ed. Belo Horizonte: Conpedi, 2018. *E-book*.

PACHECO, Adriano Pereira de Castro; BENINI, Elcio Gustavo. The Creative Economy in times of crises: Brazilian endogenous development in the composition of Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 38, n. 2, pp. 324-337, 2018.

PASSADOR, Cláudia Souza; PASSADOR, João Luiz; ARRAES, Andréa Moreira Duarte; ARRAES, Helder Feitosa Libório. Políticas Públicas de Combate a Seca no Brasil e a Utilização das Cisternas nas Condições de Vida de Famílias na Região do Baixo Salitre (Juazeiro - BA): Uma Dádiva De Deus?. **Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C1521.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PAZETO, Antônio Elízio. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 487-496, out./dez. 2005.

PEREIRA, Anthony W. Profeta no exílio: o retorno no mito de Francisco Julião. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 7, n. 1, 1991.

PEREZ, Carlota. Prefácio. In: MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. *E-book*. p. irreg.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; COSTA, Paulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela de Moraes. Elites estatais e industrialização: Brasil, Argentina e México. In: COSTA, Paulo Roberto Neves; PONT, Juarez Varallo (Org.). **Empresários, desenvolvimento, cultura e democracia**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 98.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2015. *E-book*.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. The structure of class conflict in democratic capitalist societies. **The American Political Science Review**, vol. 76, n. 2, p. 215-238, jun./1982.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RIGOTTO, Gaudêncio. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira. **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

RUIZ, Castor Bartolomé. A economia e suas técnicas de governo biopolítico. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 390, abr./2012.

RUIZ, Castor Bartolomé. **O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt**. Disponível em: < <https://goo.gl/oo1gkJ> >. Acesso em: 24 mar. 2019.

SARMENTO, Thais Ferrugem; MENDES, Jussara Maria Rosa. Trabalho e sofrimento: a extinção de cargos na universidade pública. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, pp. 104-112, jan./abr. 2018.

SARMENTO, Thais Ferrugem; MENDES, Jussara Maria Rosa. Trabalho e sofrimento: a extinção de cargos na universidade pública. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, pp. 104-112, jan./abr. 2018

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. **Economia e Sociedade**, 2013, vol. 22, n.3, pp. 855-860.

SAWAYA, Rubens R. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 64, 2008.

SCHAFF, Adam; FRIEDRICHS, Gunter. **Microelectronics and society: for better or for worse**. Oxford: Pergamon Press, 1992.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser social: uma reflexão da ontologia de György Lukács. **Contradictio**, v. 2, n. 1, 2009.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e sociabilidade na ontologia de Georg Lukács. **Saberes – Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 3, 2009.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK: a operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6597/799.pdf?sequence=1> >. Acesso em 28 jun. 2018.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019.

SILVEIRA, Raquel Dias da. Algumas reflexões sobre gestão de recursos humanos na Administração Pública – Um paralelo com a iniciativa privada. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 14, n. 166, p. 62-69, dez. 2014.

SILVEIRA FILHO, José da. **Aquarela do Brasil: do café ao Plano Real**. Curitiba: Ed. do autor, 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de Direito Econômico**. 6ª ed. São Paulo: LTr, 2017.

SUPIOT, Alain. **Crítica do Direito do Trabalho**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 37.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Unicamp: Instituto de Economia, 1998.

TEIXEIRA, Carlos Sávio Gomes. **A esquerda experimentalista: análise da teoria política de Unger**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; ROMANELLI, Sandro Luís Tomás Ballande. Para que servem instituições? Breves apontamentos sobre abordagens neoinstitucionalistas em Teoria do Estado. In: SGARBOSSA, Luís Fernando; IENSUE, Geziela (Org.). **Estudos em Teoria do Estado e Constituição: desafios e perspectivas**. Campo Grande: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica - IBPJ, 2018.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: EdUSP, 1998.

UFPR. **Análise, reflexões e questões acerca do projeto de lei do programa Future-se**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2019/08/UFPR-FUTURE-SE.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Depois do colonialismo mental: repensar e reorganizar o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Economia do Conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. *E-book*.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O direito e o futuro da democracia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O que a esquerda deve propor?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

UNGER, Roberto Mangabeira. **Politics: the central texts – theory against fate**. Londres: Verso, 1997.

UNGER, Roberto Mangabeira. **The Knowledge Economy**. Londres: Verso, 2019. *E-book*.

UNGER, Roberto Mangabeira. **The universal history of legal thought**. [Mimeo], 2017. Disponível em: <<http://www.robertounger.com/en/wp-content/uploads/2017/01/the-universal-history-of-legal-thought.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VEJA. Na Câmara, Weintraub reafirma que há plantação de maconha em universidades. **Veja**, dez./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/na-camara-weintraub-reafirma-que-ha-plantacao-de-maconha-em-universidades/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VEJA. Universidades com ‘balbúrdia’ terão verbas reduzidas, diz Weintraub. **Veja**, abr./2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WANDELLI, Leonardo Vieira. **O direito humano e fundamental ao trabalho: fundamentação e exigibilidade**. São Paulo: LTr, 2012.

WARAT, Luis Alberto. **Introdução Geral ao Direito: a epistemologia jurídica da modernidade**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

XIMENES, Salomão. Entrevistado. In: Para aderir ao Future-se, universidades terão compromisso de redução de gasto com professores. **Terra**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/para-aderir-ao-future-se-universidades-terao-compromisso-de-reducao-de-gasto-com-professores,1b22cb3c95c70a585e48fd99f0cda1eb71t86psf.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. De História e Consciência de Classe a Dialética do Esclarecimento, e volta. **Lua Nova**, n. 59, pp. 159-175, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1

**AS CORRENTES BÁSICAS DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO – MEADOS DOS ANOS 50
A INÍCIO DOS ANOS 60⁴⁶⁵**

CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO				
As grandes correntes	Principais núcleos		Principais economistas	Principais órgãos de divulgação
Neoliberal	<ul style="list-style-type: none"> Fundação Getúlio Vargas Confederação Nacional do Comércio Associação Comercial de São Paulo Conselho Nacional de Economia (CNE) 		<ul style="list-style-type: none"> Eugênio Gudim Octávio G. de Bulhões Dênio Nogueira Daniel de Carvalho 	<ul style="list-style-type: none"> Revista Brasileira de Economia Revista do CNE Digesto econômico Carta Mensal
Desenvolvimentista	Setor público (não-nacionalista)	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Mista Brasil – Estados Unidos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) 	<ul style="list-style-type: none"> Roberto Campos Ary Torres Lucas Lopes Glycon de Paiva 	<ul style="list-style-type: none"> Revista Brasileira de Economia Digesto econômico Carta Mensal
	Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> Confederação Nacional da Indústria (CNI) Fiesp 	<ul style="list-style-type: none"> R. Simonsen J. P. de A. Magalhães Nuno F. De Figueiredo 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos Econômicos Desenvolvimento e Conjuntura
	Setor público (nacionalista)	<ul style="list-style-type: none"> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) Assessoria Econômica de Vargas Clube dos Economistas Cepal Iseb 	<ul style="list-style-type: none"> R. Simonsen Celso Furtado Rômulo de Almeida Américo B. Oliveira Evaldo C. Lima 	<ul style="list-style-type: none"> Estudos Econômicos Revista Econômica Brasileira
Socialista	<ul style="list-style-type: none"> Partido Comunista Brasileiro Iseb 		<ul style="list-style-type: none"> Caio Prado Jr. Nelson W. Sodré Aristóteles Moura 	<ul style="list-style-type: none"> Revista Brasiliense Estudos Sociais

⁴⁶⁵ Dados extraídos de BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 242-243.

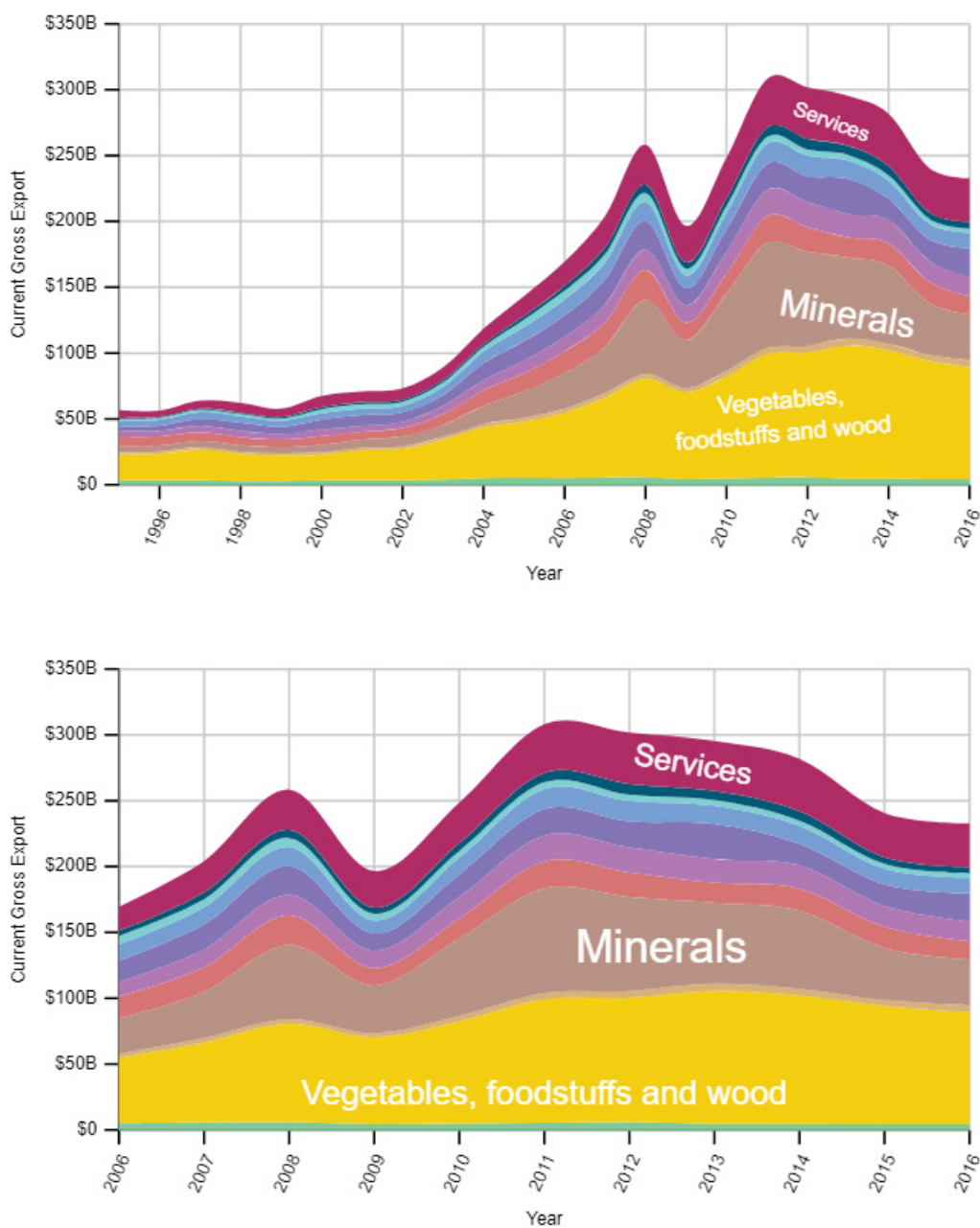
CARACTERIZAÇÃO BÁSICA					
As grandes correntes		Orientação teórica	Projeto econômico básico	Teses básicas (ideias-força)	Interpretação do processo de crescimento
Neoliberal		Teorias clássicas e neoclássicas (liberalismo)	Crescimento equilibrado via forças de mercado	No Brasil não há desemprego, apenas baixa produtividade	Crescimento desequilibrado e ineficiente, por erros de política econômica
Desenvolvimentista	Setor público (não-nacionalista)	Ecletismo pós-keynesiano	Industrialização em ritmo compatível com equilíbrio, com intensa participação do capital estrangeiro e com planejamento parcial	Tese dos “pontos de estrangulamento / pontos de crescimento”	Existência de tendências a desequilíbrios, não corrigidas (confirmadas) por erros de política econômica
	Setor privado	Ecletismo pós-keynesiano Prebisch	Industrialização com proteção estatal ao capital indústria nacional	Crédito à produção como instrumento de crescimento	Substituição de importações
	Setor público (nacionalista)	Ecletismo pós-keynesiano Prebisch	Industrialização planejada e fortemente apoiada por empreendimentos estatais	Teses cepalinas (desenvolvimento para dentro, estruturalismo, etc.)	Substituição de importações, existência de desequilíbrios estruturais, confirmados por ausência de planejamento e corrigíveis apenas no longo prazo
Socialista		Materialismo histórico	Viabilizar o desenvolvimento capitalista para preparar a passagem ao socialismo. Industrialização planejada em bases estritamente nacionais e reforma agrária	Tese da etapa antifeudal e anti-imperialista	Duas contradições obstruem o crescimento econômico: monopólio de terra e imperialismo

POSIÇÃO RELATIVA ÀS PRINCIPAIS QUESTÕES CONCRETAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO							
As grandes correntes		Capital estrangeiro	Empresa estatal	Planejamento	Protecio-nismo	Salário, lucro e distribuição de renda	Reforma agrária
Neoliberal		Por estímulos	Enfaticamente contrária	Entre contrário e tolerante a ensaios de planejamento parcial	A favor de fortes reduções de tarifas	Argumento neoclássico de produtividade marginal	Contrária
Desenvolvimentista	Setor público (não-nacionalista)	Por estímulos	Tolerante, quando capital privado (nacional e estrangeiro) não manifesta interesse	Favorável a planejamento parcial	Favorável	Redistribuição de renda reduz o crescimento	Omissa
	Setor privado	Favorável, mas com controles	Moderadamente favorável	Favorável	Enfaticamente favorável	Defesa do lucro (argumento do reinvestimento)	Por reforma limitada
	Setor público (nacionalista)	Favorável, desde que com controles e desde que em setores outros que não os de serviços públicos e de mineração	Enfaticamente favorável	Enfaticament e favorável a planejamento geral e regional	Favorável	Concentração de renda obstrui o crescimento	Favorável
Socialista		Enfaticament e contrária (exceto capital de empréstimo	Enfaticamente favorável	Enfaticament e favorável	Favorável	Pela redistribuição de renda (argumento do mercado interno) via reforma agrária e luta sindical	Enfaticament e favorável

ANEXO 2

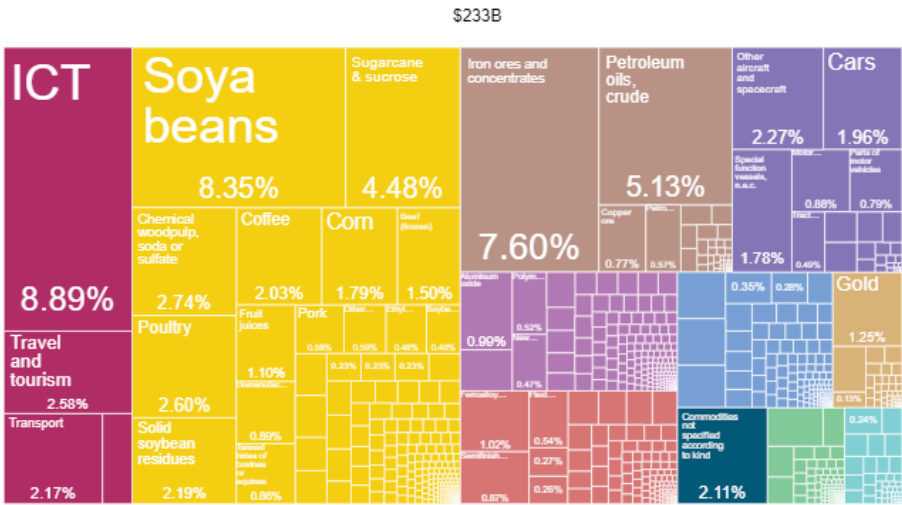
MAPAS DE COMPLEXIDADE ECONÔMICA – BRASIL⁴⁶⁶

O QUE O BRASIL EXPORTOU ENTRE 1995-2016?

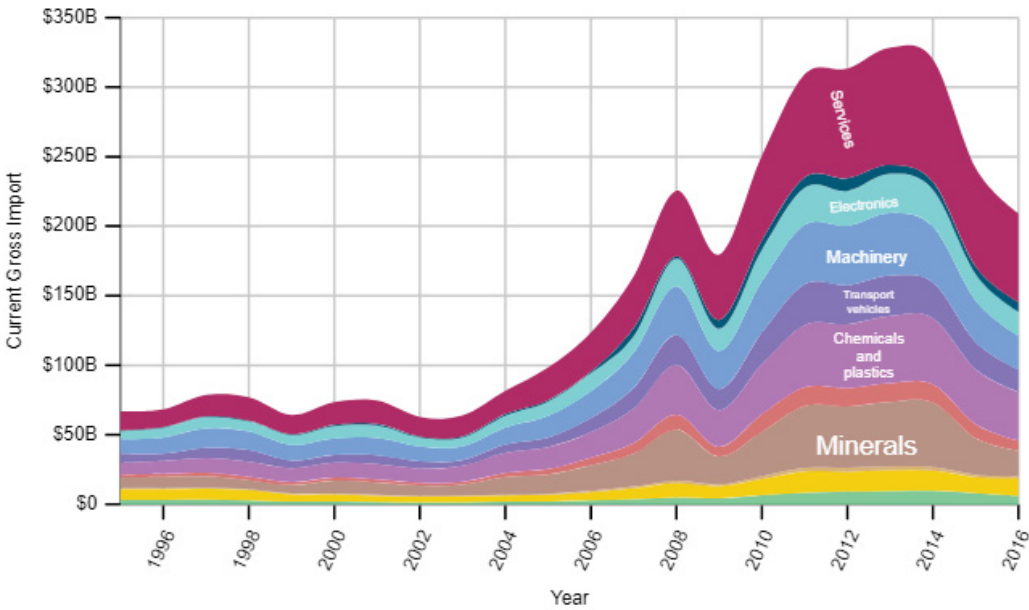


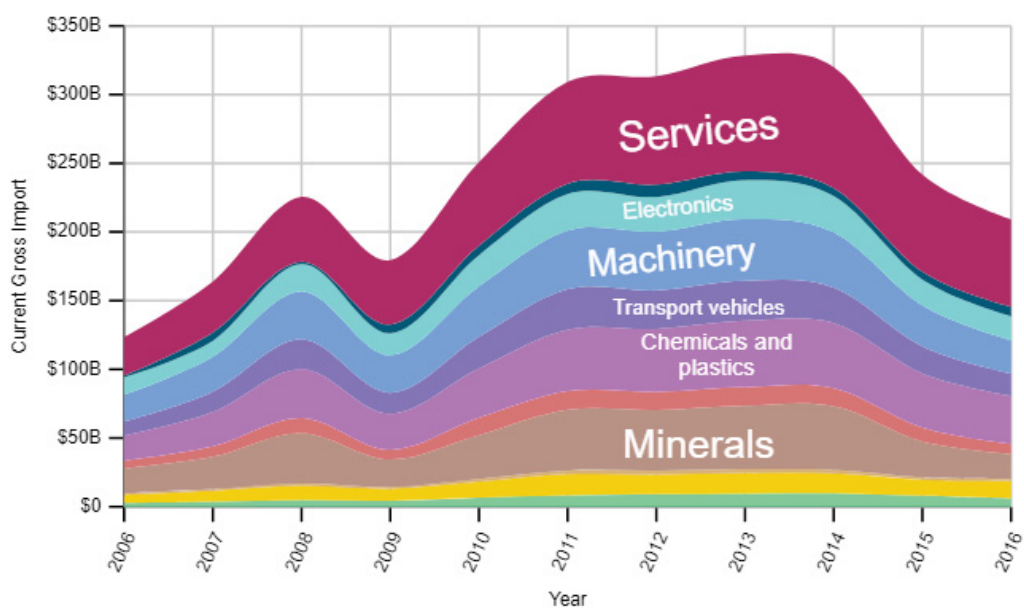
⁴⁶⁶ Dados extraídos de HARVARD'S CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Atlas of Economic Complexity**. Disponível em: <<http://atlas.cid.harvard.edu/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

O QUE O BRASIL EXPORTOU EM 2016?

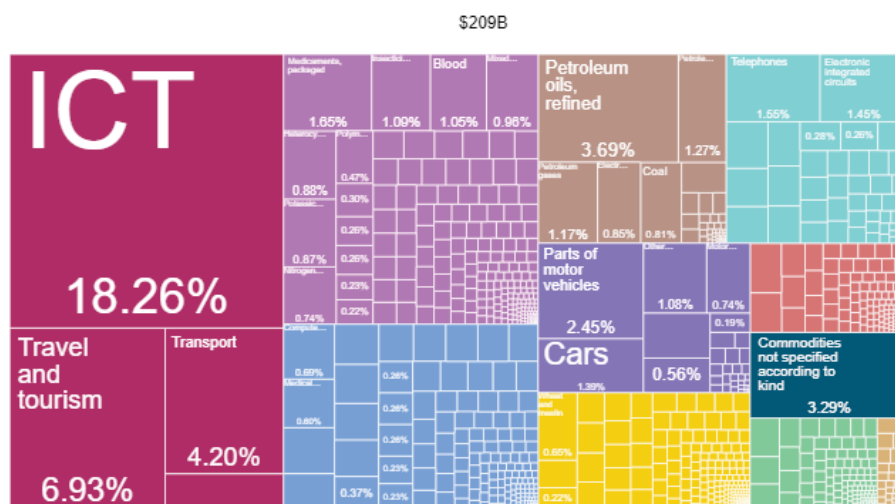


O QUE O BRASIL IMPORTOU ENTRE 1995-2016?





O QUE O BRASIL IMPORTOU EM 2016?



Legenda:

